



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE AGRONOMIA (PPC) - UBEC

Maiο, 2018

SUMÁRIO

I.	INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO	10
II.	CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES, DA REGIÃO E DO CURSO	12
	CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO	12
	Dados da mantenedora.....	12
	Dados da mantida	12
	Breve histórico da instituição	13
	Identidade Estratégica da IES.....	16
	1.1.1. Missão	16
	1.1.2. Princípios institucionais	Erro! Indicador não definido.
	1.1.3. Valores institucionais.....	18
	1.1.4. Visão de futuro.....	19
	CONTEXTO DA REGIÃO	20
	Área de influência.....	20
	Cenário Socioeconômico	22
	Cenário Cultural.....	23
	Cenário da Infraestrutura	24
	Cenário Educacional	25
	1.1.5. Educação Básica	Erro! Indicador não definido.

1.1.6. Educação Superior	26
CONTEXTO DO CURSO.....	26
Missão do curso.....	26
Breve histórico do curso.....	27
III. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	29
CONCEPÇÃO DO CURSO.....	29
Objetivos do curso	30
1.1.1. Geral.....	Erro! Indicador não definido.
1.1.2. Específicos	Erro! Indicador não definido.
Perfil do egresso do curso	32
1.1.3. Atribuições no mercado de trabalho	34
INTEGRAÇÃO COM O CAMPO DE ATUAÇÃO DO CURSO	35
CORRELAÇÃO ENTRE VAGAS E RECURSOS	44
DIFERENCIAIS COMPETITIVOS DO CURSO.....	44
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E SUA CORRELAÇÃO COM O CURSO.....	45
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	45
Matriz Curricular.....	46
DISCIPLINAS OPTATIVAS	48
Alocação dos professores nas disciplinas.....	48

A Integralização da Carga Horária Total do Curso	55
Conteúdos Curriculares	55
1.1.4. Coerência dos conteúdos curriculares com o perfil do egresso	56
1.1.5. Adequação dos Conteúdos Curriculares à Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	58
1.1.6. Adequação dos conteúdos curriculares à Educação das Relações Étnico-Raciais	58
1.1.7. Adequação dos conteúdos curriculares à Política Nacional de Educação Ambiental.....	58
1.1.8. Coerência do PPC com as Diretrizes Curriculares.....	59
1.1.8.1. Demonstrativo do cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para o curso	59
Ementário e Bibliografia.....	63
1.1.9. Adequação e atualização das ementas	63
1.1.10. Descrição do ementário e bibliografia do curso.....	64
PROPOSTA PEDAGÓGICA	112
Metodologia de Ensino	112
1.1.11. Desenvolvimento do Processo de Ensino-Aprendizagem	115
1.1.12. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) no Processo Ensino-Aprendizagem	118
1.1.13. Atividades de Tutoria – Modalidade Semipresencial	119

ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO	119
Estágio Curricular	120
1.1.14. Acompanhamento do estágio	122
1.1.15. Relevância do estágio e da prática profissional	122
Trabalho de Conclusão de Curso	123
1.1.17. Relevância do Trabalho de Conclusão de Curso.	132
Atividades Complementares	133
1.1.18. Acompanhamento das atividades complementares.....	135
1.1.19. Relevância das atividades complementares	136
Programas ou Projetos de Pesquisa (iniciação científica).....	137
Programas ou Projetos de Extensão	139
SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	144
Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem	144
Sistema de Auto Avaliação do Curso	145
Avaliações Oficiais do Curso	152
IV. CORPO SOCIAL DO CURSO	154
CORPO DISCENTE.....	154
Forma de Acesso ao Curso.....	154
Atenção aos Discentes.....	155

1.1.1. Apoio psicopedagógico ao discente	156
1.1.2. Mecanismos de nivelamento	156
1.1.3. Apoio às atividades acadêmicas.....	158
Ouvidoria.....	158
Acompanhamento de Egressos	159
Registros Acadêmicos.....	Erro! Indicador não definido.
GESTÃO DO CURSO	160
Coordenação do Curso.....	160
1.1.4. Formação Acadêmica.....	160
1.1.5. Experiência	161
1.1.6. Regime de trabalho e carga horária dedicada ao curso	161
1.1.7. Atuação da coordenação	161
Composição e Funcionamento do Colegiado de Curso	162
Núcleo Docente Estruturante - NDE.....	163
1.1.8. Composição.....	163
1.1.9. Atuação	164
CORPO DOCENTE	165
Titulação e experiência do corpo docente e efetiva dedicação ao curso	165
1.1.10. Titulação	166

1.1.11. Regime de trabalho do corpo docente	166
1.1.12. Experiência (acadêmica e profissional)	166
1.1.12.1. Experiência profissional	166
1.1.12.2. Experiência no magistério superior	167
1.1.12.3. Experiência no exercício da docência na educação básica	167
Plano de Carreira e Incentivos ao Corpo Docente	168
DO PLANO DE CARREIRA	168
PARTICIPAÇÃO DO CORPO DOCENTE NA DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO..	168
CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	169
Formação e Experiência Profissional do Corpo Técnico e Administrativo	169
Plano de Cargos e Salários e Incentivos ao Pessoal Técnico-administrativo	171
V. INFRAESTRUTURA.....	172
ESPAÇO FÍSICO GERAL	172
Infraestrutura de Segurança	180
Manutenção; Conservação e Expansão das Instalações Físicas e dos Equipamentos	181
Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais	181
Recursos Audiovisuais e Multimídia.....	182
ESPAÇOS FÍSICOS UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DO CURSO	182

Sala de Professores e Sala de Reuniões.....	183
Gabinetes de Trabalho para Docentes.....	183
Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos.	183
Salas de Aula	183
Equipamentos.....	183
1.1.1. Acesso a equipamentos de informática pelos alunos	184
LABORATÓRIOS E AMBIENTES ESPECÍFICOS PARA O CURSO	185
INSTALAÇÕES GERAIS	186
LABORATÓRIOS TEMÁTICOS	186
Infraestrutura e serviços dos laboratórios especializados	187
1.1.2. Laboratório de Informática	187
1.1.3. Laboratório de Sensoriamento e Geoprocessamento e Desenho Técnico	187
1.1.4. Laboratório de Microbiologia e Imunologia.....	187
1.1.5. Laboratório de Bromatologia	188
1.1.6. Laboratório de Química e Bioquímica.....	188
1.1.7. Laboratório de Solos	188
1.1.8. Laboratório de esterilização de água.....	189
1.1.9. Laboratório de Fitopatologia.....	189
1.1.10. Laboratório de Nematologia	189

1.1.11.Laboratório Anatomia e Morfologia Vegetal.....	190
1.1.12.Laboratório de Anatomia Animal	190
1.1.13.Laboratório de Entomologia	190
1.1.14.Casa de Vegetação	191
1.1.15.Viveiro de Mudanças.....	191
1.1.16.Hidroponia	192
VI. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	193
VII. ANEXOS	194

I. INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO						
Denominação do Curso:	Agronomia					
Modalidade:	Presencial / Semestral					
Endereço de Oferta:	Rodovia TO-050 Loteamento coqueirinho, Lote 7 Palmas – TO CEP: 77000-000					
Regime de matrícula:	Semestral					
Tempo de integralização	10 Semestres					
Turno de Funcionamento:	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais	
Vagas anuais:	X			X		
Alunos por turma Teórica:	50					
Alunos por turma Prática:	50					
Carga Horária Total	DISC.	ES	AC	PP	TCC	TOTAL
	3120	160	200	-	120	3600
Situação Legal do Curso	Autorização:			Reconhecimento:		
Documento	Portaria MEC			Portaria MEC		
N. Documento	Nº 1161			Nº 469		
Data Documento	27 de Dezembro de 2006			22 de Novembro de 2011		
Data da Publicação	28 de Dezembro de 2006			24 de Novembro de 2011		
N. Parecer/Despacho	DOU Nº 248, Seção 01, Página 52			DOU Nº 225, Seção 01, Página 56		
Conceito MEC (CC)	3					
Conceito Preliminar de Curso (CPC)	Ano:	2016	Conceito:	3		

Legenda:

Disc.: Carga horária destinada às **Disciplinas**

ES: Carga horária destinada ao **Estágio Supervisionado**

AC: Carga horária destinada às **Atividades Complementares**

PP: Carga horária destinada às **Práticas Pedagógicas**, se for o caso.

TCC: Carga horária destinada ao **TCC**

II. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES, DA REGIÃO E DO CURSO

CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO

DADOS DA MANTENEDORA

Mantenedora:	União Brasiliense de Educação e Cultura – UBEC				
End.:	SMPW Quadra 05, conjunto 13, lote			n.: 08	
Bairro:	Núcleo Bandeirante	Cidade:	Brasília	CEP: 71.735-513	UF: DF
Fone:	(61) 3383-9000				
E-mail:	ubec@ubec.edu.br				
Site:	www.catolica.edu.br/ubec				

DADOS DA MANTIDA

Mantida:	Católica do Tocantins				
End.:	Acsu -SE 140 Av. Teotônio Segurado Lote 01 Qd. 1402			n.º: SN	
Bairro:	Centro	Cidade:	Palmas	CEP: 77000-000	UF: TO
Fone:	(63) 3221-2100		Fax:	(63) 3221-2100	
E-mail:					
Site:	www.catolica-to.edu.br				

BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A FACTO - Faculdade Católica do Tocantins foi criada dia 25 de novembro de 1999, pela 56ª Assembleia Geral da União Brasileira de Educação Católica - UBEC, sua Mantenedora, teve provisoriamente nomeados em Reunião Extraordinária da Diretoria da UBEC, em 04 de abril 2002 a Prof.^a Débora Pinto Niquini como Diretora Geral, o Prof. José Cardoso de Sousa como Vice-Diretor Administrativo, o Prof. Bruno de Azevedo Costa como Vice-Diretor de Planejamento e Desenvolvimento e como Vice-Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Prof. Pe. Duile de Assis Castro.

Na 193ª Reunião Ordinária da Diretoria da UBEC, do dia 16 e 17 de dezembro de 2002, foram nomeados, em definitivo, respectivamente, como Diretor Geral e Vice-Diretor Administrativo, os Prof. Luiz Antonio Hunold de Oliveira Damas e Rocco Procida.

No dia 06 de março de 2003, tendo como sede uma pequena instalação do Colégio Marista Palmas, a Católica de Tocantins iniciou suas atividades com os cursos de Administração de Empresas, com habilitações em Planejamento e Gestão em Turismo e Planejamento e Gestão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, ofertando também o Curso Normal Superior, com as habilitações para o Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil. O protocolo de autorização do MEC, foi emitido no dia 21 de outubro de 2002. O primeiro vestibular ocorreu no dia 23 de fevereiro de 2003, e as atividades educacionais se iniciando exatamente no dia 06 de março de 2003. Dos candidatos, cinquenta e três foram convertidos em matrículas. Assim, se iniciam os cursos de Administração de Empresas e Normal Superior.

Visando ao seu desenvolvimento e ao exercício pleno de sua existência, a UBEC, mantenedora da FACTO, inicia no dia 26 de maio de 2004, em um terreno de 103.000 m² na Avenida Teotônio Segurado, uma obra projetada para 6.089 m² de área construída, com a intenção de firmar a sua identidade, proporcionar maior visibilidade à sua marca e fixar a sede própria de sua mantida, a FACTO. A inauguração da obra aconteceu em 25 de fevereiro de 2005 e neste mesmo mês, com o quinto processo seletivo, foram incorporados ao portfólio da Instituição cursos de Sistemas de Informação e Ciências Contábeis.

O ano de 2006 foi marcado pelo início da oferta do curso de Bacharelado em Direito e pelo início de novas obras. Inicia-se ali a construção de um complexo de 5.961 m², em uma área de 500.000 m², no Loteamento Coqueirinho, Lote 7, na Rodovia TO-050. Consolidava-se assim, a Unidade II da FACTO.

Estas novas instalações foram inauguradas no dia 10 de fevereiro de 2007 e nesta mesma data, começaram as atividades dos Bacharelados em Agronomia e Zootecnia. No segundo semestre do ano de 2007, iniciou-se o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental.

Outro importante momento da IES nos leva ao ano de 2011. A partir dele, a Faculdade Católica do Tocantins dedica-se à oferta de cursos de engenharia. No primeiro semestre a FACTO ofereceu o Bacharelado em Engenharia Elétrica e, no segundo, o Bacharelado em Engenharia Civil e em Engenharia da Produção. Além disso, no mesmo ano foi ampliado o prédio da unidade I, em mais 1.549m².

No segundo semestre de 2012, atenta à sua vocação para a sustentabilidade e visando fortalecer os cursos de engenharia, a FACTO passa a ofertar o Bacharelado em Engenharia Ambiental.

Sensível ao contexto social e suas demandas por profissionais preparados no nível de pós-graduação, e atenta à necessidade de elevar o grau de sua proposta educacional, a FACTO, ao longo dos anos de 2007 a 2017, ofereceu 20 cursos de pós-graduação lato sensu e MBA's.

Na busca de responder à necessidade de preparação dos talentos institucionais e da sociedade, a FACTO, no ano de 2012, iniciou o procedimento de implantação do Doutorado Interinstitucional em parceria com a Pontifícia Universidade de Minas Gerais – PUCMINAS, com projeto aprovado pela CAPES e efetivado em 2013. Este foi o primeiro Doutorado em Direito da Região Norte do Brasil, inserindo no cenário acadêmico oito novos doutores.

Em 2014, as áreas de conhecimento abrangidas pela Instituição se referenciam no seu projeto de inserção para o desenvolvimento regional e tiveram, como parâmetros a atuação segmentada em: Centro Superior de Direito por meio do curso de Direito Matutino e Noturno; Escola de Negócios por meio dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Curso

Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental; Centro Superior Politécnico por meio dos cursos de Sistemas de Informação, Engenharia Elétrica, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia Ambiental e Sanitária e o Centro Superior de Ciências Agrárias com os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia

Em 2015 o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) aprovou, após uma consulta acadêmica realizada pela Diretoria da Instituição, alteração na estrutura de seus Centros Superiores. Assim, a partir do segundo semestre de 2015, a FACTO passou a contar com: Centro Superior de Ciências Sociais Aplicadas, com os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito Matutino e Noturno; Centro Superior Politécnico com os cursos de Sistemas de Informação, Engenharia Elétrica, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia Ambiental e Sanitária, todos no turno noturno. Centro Superior de Ciências Agrárias e Ambientais com os cursos de Agronomia (integral e noturno), Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental e Zootecnia, no turno noturno e Medicina Veterinária, curso com oferta em tempo Integral.

Em 2016, a FACTO foi autorizada a ofertar o curso de Arquitetura e Urbanismo, que compõe mais um curso do Centro Superior Politécnico, além de ampliar o número de vagas ofertadas no Curso de Agronomia, passando a 200 vagas anuais.

A FACTO, compõe-se de duas unidades integradas, somando 13.600 m², com 95 salas de aulas, 3 salas de coordenações, 17 laboratórios, 13 laboratórios de informática, duas bibliotecas, 2 salas especiais de estudo para docentes, 8 salas para administração, 2 capelas. Em área construída, somam-se mais 12.264,69 m², relativo ao primeiro bloco, constituindo um conjunto futuro de 5 blocos iguais.

Nesses anos de sua existência a FACTO contribuiu com a formação profissional de Tocantins e Estados vizinhos formando mais de 345 administradores, 2215 bacharéis em direito, 227 contadores, 60 analistas de sistemas de informação, 19 engenheiros elétricos, 88 zootecnistas, 117 agrônomos e 198 de tecnólogos em gestão ambiental até o ano de 2017, em seu primeiro semestre.

A Faculdade Católica do Tocantins, concebida com a finalidade de “ministrar Ensino Superior, atuar no desenvolvimento da pessoa humana e da sociedade, promover a educação integral de discentes, formando profissionais da educação e outros profissionais, comprometendo-se com a qualidade e os valores éticos e cristãos”, cristalizou sua missão com a reformulação de sua Missão geral, que neste novo PDI é: “potencializar a educação integral do cidadão por meio da geração e transferência do conhecimento e da educação evangelizadora, na perspectiva do desenvolvimento sustentável”.

Fiel à sua missão institucional, a FACTO projeta seu futuro, desejando tornar-se centro de referência do conhecimento e do saber na região Norte do país. Para isto, propõe-se à otimização gradativa de sua infraestrutura física, investindo nos projetos de extensão e de iniciação científica e ofertando de curso de pós-graduação lato sensu, buscando identificar no mercado a necessidade de novos cursos de graduação e renovando seu portfólio de cursos de acordo com as necessidades locais e regionais. Almeja, a curto, médio e longo prazo, palmilhar as trilhas da inovação, do fortalecimento do empreendedorismo e da parceria com empresas, visando ao desenvolvimento sustentável.

Identidade Estratégica da IES

1.1.1. Missão

Potencializar a formação integral do cidadão, por meio da geração e transferência de conhecimento e da educação evangelizadora, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

1.1.2. Eixos estruturantes

O eixo estruturante remete às vigas de amarração de um edifício. Metaforicamente, nas organizações sociais, os eixos estruturantes dizem respeito aos fios condutores que alinham, de forma estrutural, o arcabouço institucional: a gestão, os processos, as atividades, os produtos e as atitudes dos indivíduos.

A FACTO constituiu como seus eixos estruturantes a pastoralidade, a inovação, a pertinência, as metodologias ativas e a sustentabilidade.

No curso de agronomia a presença destes eixos está quando:

- ✓ A pastoralidade, recebe e acolhe seus novos docentes, cuida e acompanha seus discentes no decorrer do curso buscando estabelecer as relações, estando presente na vida do aluno dentro e fora da sala de aula, sempre atenta à ausência do mesmo, acompanha as atividades domiciliares, preocupa-se em estreitar o relacionamento com a família e prima pelos relacionamentos com festividade para criação de novos elos;
- ✓ A inovação: propõem vistas técnicas semestralmente aos acadêmicos em regiões produtoras agrícolas, onde é visto atividades de produção, industrialização, comercialização, gerenciamento e atuação, também apresenta parcerias e estágio inovadores com instituições públicas e privadas;
- ✓ A pertinência: está atento às atualizações ocorridas no meio, se preocupa com as relações sociais desenvolvidas no curso, apoia e executa as atividades de gestão.
- ✓ As Metodologias Ativas estão presentes entre os tópicos de formação permanente do corpo docente, de maneira que sejam empregadas, a médio prazo, de forma plena em todas as turmas do curso, alinhando-se aos fundamentos do PDI;
- ✓ A sustentabilidade, elegendo a equidade, o equilíbrio e a conservação como pontos de atenção da Coordenação do curso e do NDE para garantia do desenvolvimento do curso, com olhares especiais para os aprendizes, os docentes e para os espaços de aprendizagem.

1.1.4. Princípios institucionais

A Católica do Tocantins tem como princípios na oferta de serviços educacionais, em torno dos quais se desenvolvem as atividades de ensino, pesquisa e extensão, os seguintes fundamentos:

- **CATOLICIDADE:** Educação pautada pelas diretrizes da Igreja Católica; Evangelização do educando em um mundo em transformação; Conhecimento a serviço do bem comum; Compreensão da existência humana a partir da ótica de Criador e Criatura.

- **CIDADANIA:** Comportamento ético e respeitoso da pluralidade; Formação pessoal, profissional e cidadã; Tratamento justo dos interesses pessoais e corporativos; Responsabilidade socioambiental.
- **SUSTENTABILIDADE:** Respeito ao Planeta Terra em todas as suas dimensões; Eficácia e eficiência administrativo-financeira, acadêmica e pedagógica; Gestão por resultados e responsabilidade corporativa; Relação sustentável com os diferentes contextos.
- **INDISSOCIABILIDADE:** Geração e disseminação do conhecimento; Integração entre ensino, pesquisa e extensão; Organização curricular interdisciplinar e sistêmica; Teoria e prática desenvolvidas de forma simultânea.
- **RACIONALIDADE:** Não duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; Maximização da produtividade dos colaboradores; Recursos, serviços e processos compartilhados; Otimização dos custos das operações institucionais.

1.1.5. Valores institucionais

Os valores são aquelas qualidades da experiência humana que consideramos tão importantes a ponto de servir como orientação para a maneira como vivemos nossas vidas e atuamos em sociedade. Os valores são luz orientadora que garantem o cumprimento da Missão. Eles são força impulsora que transmite energia à nossa motivação e capacidade de viver desta ou daquela maneira na comunidade. Portanto, são muito importantes – tão importantes que precisamos investigar o processo e aprender maneiras mais precisas de construí-los e vivenciá-los dentro da Comunidade Educativa.

Os Valores da Católica do Tocantins são:

- **VIDA:** Bem supremo doado por Deus; Pautada na igualdade, liberdade e fraternidade; Dignamente defendida em todas as suas manifestações; Respeito aos direitos individuais, sociais e políticos fundamentais.
- **ÉTICA:** Conduta cristã e atenção aos preceitos legais e sociais; Integridade dos serviços prestados; Ação educativa que conduz à formação integral; Equidade e transparência no relacionamento institucional.

- **ALINHAMENTO:** Comprometimento com a missão institucional; Atitudes e comportamentos afirmativos do senso de pertença; Interdependência entre a UBEC e Instituições Mantidas; Atuação socialmente responsável.
- **EMPREENDEDORISMO:** Gestão empreendedora; Incremento à competitividade institucional; Valorização das iniciativas portadoras do novo; Proatividade frente às mutações da sociedade.
- **INOVAÇÃO:** Elemento central das estratégias institucionais; Desenvolvimento de novas perspectivas; Busca da excelência, perenidade e longevidade; Adoção de modelos acadêmicos e administrativos inovadores.

1.1.6. Compromisso com a Inclusão Social

O curso de Agronomia da FACTO é contemplado pelos programas de PROUNI, Bolsas Sociais e FIES (do Governo Federal), Proeducar (Governo do Estado do Tocantins) e dos financiamentos privados (Bradesco Universitário, Pravalor e Fundacred), assim como Bolsa de Extensão, PIBIC (próprio), Bolsa Funcional, Bolsa Monitoria, Desconto Pontualidade, desconto para acadêmicos com mais de 60 anos e para os Egressos, e conveniados, além do Seguro Estudantil, que auxilia o acadêmico por um semestre em caso de demissão ou de demissão/morte do seu responsável financeiro.

1.1.7. Visão de futuro

Ser Centro Universitário de referência na Região reconhecido pela excelência dos processos de ensino e aprendizagem e da transferência de conhecimento caracterizada pela pastoralidade, inovação, empreendedorismo e sustentabilidade.

CONTEXTO DA REGIÃO

O Estado do Tocantins, em função de suas características culturais, geográficas e edafoclimáticas, encontra no setor primário a base estrutural de sua economia. Por ser considerado a última fronteira agrícola do país, o estado tem investido substancialmente em infraestrutura no setor do agronegócio. Ao redor da capital do estado, existe um grande número de pequenas propriedades rurais com carência de mão de obra técnica no setor produtivo. Os programas de extensão praticados pela instituição, contribuem para a assistência técnica a estes produtores, incrementando a cadeia produtiva e propagando conhecimentos.

Para a consolidação do setor agrícola no estado, torna-se necessário a disponibilização de mão de obra qualificada para alavancar o seguimento. A Católica do Tocantins, detentora do curso bacharelado em agronomia na região central do Tocantins, disponibiliza, semestralmente, profissionais com habilidades e competências adequadas para atuação na cadeia agrícola. A instituição possui infraestrutura adequada para a plena formação acadêmica e profissional. Considerando a juventude do estado, tem-se, por consequência, a multiculturalidade e a diversidade étnica de seus cidadãos. Esta característica faz com que o contexto econômico e social do estado possua leve desbalanço em função dos costumes e culturas.

A plena formação pedagógica permite a uniformização e o nivelamento do conhecimento através da agregação de valor científico, ético e moral. A Católica do Tocantins, neste cenário, é uma instituição que busca, em sua essência, formar além de bons profissionais, bons cidadãos.

ÁREA DE INFLUÊNCIA

A atuação da Católica do Tocantins com sede no município de Palmas ocorre, prioritariamente, na REGIÃO IX - REGIÃO METROPOLITANA DE PALMAS, composta pelos municípios de Aparecida do Rio Negro, Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras, Lajeado, Miracema do Tocantins, Monte do Carmo, Oliveira de Fátima, Palmas, Porto Nacional, Tocantínia. Esta região administrativa apresentam os seguintes dados:

- Área (km²) = 20.154,438
- População (hab.) (IBGE - 2000) = 234.481
- População (hab.) (IBGE - 2011) = 337.623
- Densidade Demográfica 2011 (hab./Km²) = 16,75
- Taxa anual de crescimento 2000/2011(%) = 3,37

Sua abrangência é expandida para todo o Estado do Tocantins e Estados limítrofes pela concepção educacional no ensino, na pesquisa e na extensão.

Cenário Socioeconômico

A Secretaria de Estado do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública indica o seguinte cenário sócio econômico para o Estado do Tocantins, até o ano de 2020:

VARIÁVEIS	2010	2020
• População - Total (hab.)	1.383.445	1.644.722
População urbana	1.090.106	1.343.738
População rural	293.339	300.984
• Densidade demográfica (hab./km ²)	4,98	5,92
• Estrutura etária da população		
Menos de 15 anos	28,77	27,00
15 a 59 anos	62,74	62,50
60 anos a mais	8,50	10,50
• Taxa de mortalidade infantil (nº de óbitos infantis menores de 1 ano por 1000 nascidos vivos)	16,5	13,0
• Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais (%)		
População urbana (%)	6,82	5,0
População rural (%)	23,49	15,5
• Domicílios por rendimento mensal per capita sem salários mínimos		

VARIÁVEIS	2010	2020
Sem rendimentos	5,52%	2%
Até ¼	12,79%	10%
Mais de ¼ a ½	24,53%	16%
Mais de ½ a 1	29,69%	20%
Mais de 1 a 2	15,56%	25%
Mais de 2 a 3	4,94%	10%
Mais de 3 a 5	3,79%	6%
Mais de 5	3,18%	11%
• PIB Total (milhões)	15.543	34.447
Participação do setor agropecuário	21%	22,5%
Participação do setor de indústria	24%	25%
Participação do setor de serviços	55%	52,5%
• Receitas – Total (R\$ milhões)	6.497,53	10.000
• Estradas pavimentadas (km)	6.497,53	10.000
• Saneamento / Água tratada – pop. Urbana atendida (%)	97%	100%
• Saneamento / Esgoto – pop. Atendida (%)	32%	60%
• Área plantada – Total (ha)	667.705	1.100.000
• Produção agrícola – principais produtos (ton)		
Soja (ton.)	994.006	3.000.000
Cana-de-açúcar (ton.)	715.317	1.500.000
Arroz (ton.)	447.320	2.500.000
Frutas (ton.)	172.549	400.000
• Silvicultura – Total (ha)	83.204	800.000

Previsões elaboradas por diversos setores do Governo do Estado do Tocantins – Fonte: SEPLAN – TO.

CENÁRIO SOCIOECONÔMICO

Com uma localização estratégica, no centro geodésico do Brasil, aliada a um conjunto de fatores geoclimáticos mais a implementação de políticas de fortalecimento da infraestrutura

logística e de incentivos fiscais, o Tocantins vem se destacando no cenário nacional como um potencial sustentador do crescimento socioeconômico brasileiro nos próximos anos.

No Tocantins, conforme a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI), as terras fartas e férteis do Tocantins, aliadas às características de solo e clima, contribuem para o fortalecimento da produção agrícola do Estado. Desta forma, a estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para a safra de 2013/2014 é de recordes principalmente na produção de grãos. Segundo a entidade, o Estado deverá produzir mais de 3 milhões de toneladas de soja neste ano.

O Estado de Tocantins caracteriza-se por ter na agricultura o setor que absorve a maior parte da população economicamente ativa. A agropecuária contribui com 60% do PIB, e é a principal atividade econômica do Estado, com destaque para a pecuária. A seguir, aparecem o comércio e os serviços, com predomínio do setor público. A indústria fica em último lugar. A maioria das empresas instaladas no Estado é de estabelecimentos comerciais (80% do total), e 12% são indústrias e empresas de construção civil, concentradas principalmente nos municípios de Araguaína, Palmas e Gurupi.

Aliado a essas características, os investimentos do Estado em áreas estratégicas como o fortalecimento da infraestrutura, com a implantação dos distritos industriais – a estimativa do governo é terminar o ano com 12 distritos estruturados – tem se mostrado efetiva para a atração de novos investimentos. Além disso, a representatividade do Estado em eventos em outras unidades da Federação e também fora do Brasil são fatores de fortalecimento da marca Tocantins.

CENÁRIO CULTURAL

O Estado do Tocantins se constitui em nova fronteira de desenvolvimento nacional. Esta característica tem fundamentos históricos culturais alicerçados em fluxos migratórios bem característicos da região norte e sudeste, sendo que, este representa o mais recente fluxo migratório regional do Brasil.

Esta formação do tocantinense implica num ambiente de efervescência cultural diferenciado, onde a convivência de diversos agrupamentos humanos ocorre de forma pacífica e integradora, formando uma ambientação propícia ao desenvolvimento de uma cultura “*sui generis*” voltado para a abertura ao novo, a novas propostas de convivência.

Palmas, como a mais nova capital planejada do país, oportuniza um convívio com a modernidade referenciado na experiência de agregação de valores diversificados e em constante construção que sinalizam uma identidade própria, diferenciada e em permanente mutação.

CENÁRIO DA INFRAESTRUTURA

Secretaria de Estado do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública indica o seguinte cenário sócio econômico para o Estado do Tocantins, até o ano de 2020:

VARIÁVEIS	2010	2020
• Estradas pavimentadas (km)	6.497,53	10.000,00
• Saneamento / Água tratada – pop. Urbana atendida (%)	97%	100%
• Saneamento / Esgoto – pop. Atendida (%)	32%	60%
• Área plantada – Total (há)	667.705	1.100.000
• Produção agrícola – principais produtos (ton)		
Soja (ton.)	994.006	3.000.000
Cana-de-açúcar (ton.)	715.317	1.500.000
Arroz (ton.)	447.320	2.500.000
Frutas (ton.)	172.549	400.000
• Silvicultura – Total (ha)	83.204	800.000

Previsões elaboradas por diversos setores do Governo do Estado do Tocantins – Fonte: SEPLAN –TO.

Atualmente, grandes obras de Infraestrutura estão sendo executadas ou estão sendo planejadas no Estado do Tocantins. Dentre elas pode-se destacar a Ferrovia Norte-Sul, a Hidrovia Araguaia-Tocantins, a duplicação da BR 153 entre Anápolis e Palmas, a Ferrovia Oeste-Leste e a instalação de um Terminal Logístico no Aeroporto de Palmas.

CENÁRIO EDUCACIONAL

A administração da educação pública no Tocantins é feita por meio de 13 diretorias regionais. O processo de implantação busca vencer desafios desde a infraestrutura física das escolas até a formação continuada dos docentes.

No cenário atual, observa-se a implantação nos principais municípios, de escolas de tempo integral e uma preocupação com o treinamento de diretores dentro de técnicas de gestão atualizadas e baseadas no atingimento contínuo de metas.

As matrículas no ensino fundamental no ano de 2012 apontam para uma estabilização do número de matriculados com um decréscimo na distorção idade – série, observando-se um acréscimo de matrículas nas escolas de tempo integral disponíveis no Estado. Esta estabilização de alunos matriculados também pode ser verificada no ensino médio.

1.1.8. Educação Superior

No Ensino Superior observa-se que, o percentual de alunos matriculados – faixa etária 18 a 24 anos – na região norte é de apenas 6,7%. A demanda de vagas está concentrada em poucos cursos de graduação. Na educação superior estão catalogados 136 cursos superiores ofertados em 31 municípios do Estado, incluindo-se a educação presencial e educação a distância. Em Palmas, 25 Instituições ofertam cursos de educação superior.

Uma das condições básicas do propósito Institucional refere-se à oferta de seus serviços educacionais, que aderentes à vocação do Estado do Tocantins apresentam-se em quatro escolas:

- Escola de Ciências Agrárias, localizada na Unidade II, composta pelos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia. O estudante da Escola de Ciências Agrárias deve ser capaz de identificar e solucionar questões de forma transversal, multidisciplinar, ética e com base nos princípios cristãos, de planejar e atuar visando à preservação ambiental, a sustentabilidade do meio ambiente, promovendo o desenvolvimento, o bem estar e a qualidade de vida dos cidadãos e das comunidades em que vive e convive.

CONTEXTO DO CURSO

MISSÃO DO CURSO

A missão institucional da Católica do Tocantins destaca “a formação integral da pessoa humana”. A partir dessa perspectiva, o curso de Agronomia promove a reconciliação entre ciência e valores humanos, entre o homem e a natureza e, numa relação dialógica, entre o homem e o seu semelhante. Busca-se a formação integral da pessoa, a inserção crítica na sociedade, a intervenção para a melhoria da qualidade da vida humana e do meio ambiente, dentro dos valores do diálogo, da cooperação e da justiça.

BREVE HISTÓRICO DO CURSO

O curso de Agronomia da Católica do Tocantins, teve autorização para funcionamento e aprovação da estrutura curricular pela Portaria do Ministério de Educação e Cultura nº 1.161 de 27/12/2006.

No semestre 2017/1, considerando fatores como a pujança do Agronegócio tocantinense, demandas crescentes pelo curso e criteriosa avaliação mercadológica, a instituição inicia o curso de Agronomia período integral, atendendo os anseios e demandas do vasto campo das ciências agrárias pela formação plena de novos profissionais.

A proposição de criação do curso de Agronomia ocorreu a partir de um diagnóstico que passou por um processo de levantamento e análise de dados e informações, em que foram identificados importantes referenciais para a sua implementação, quais sejam:

- A inserção da Católica do Tocantins na região geoeconômica do Norte do País;
- O dinamismo do desenvolvimento do Tocantins;
- O crescimento do setor agropecuário na região;
- A necessidade de um curso atual, moderno e de referência nesta mesma região;
- O perfil do novo profissional a ser formado;
- O conteúdo programático das disciplinas do curso.

A proposta curricular da Católica do Tocantins procura atender os referenciais acima, na medida em que:

- Constitui-se em um centro de reflexão, estudo, debate, pesquisa e análise da realidade, com espírito crítico e criativo, empenhando-se de modo especial no cultivo dos valores humanos e na ética cristã;
- Tem como objetivos o desenvolvimento e a manutenção da educação, do ensino e da pesquisa, a promoção da cultura nos planos intelectual, artístico, físico, moral e espiritual;
- Reveste-se de instrumento de realização da vocação integral do homem.

Assim, o objetivo da Católica do Tocantins é de formar profissionais agrônomos competentes, habilitados ao eficiente desempenho de suas funções, com sentido de responsabilidade e solidariedade, com uma visão geral da área de conhecimento abrangida pela profissão. Desta feita, capazes de tomar decisões que priorizem as questões socioeconômicas e ambientais, num horizonte pessoal com forte senso de empreendedorismo, bem como, buscando o desenvolvimento e o domínio de algum campo específico de interesse.

III. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

CONCEPÇÃO DO CURSO

O progresso da sociedade surge como um desafio para o profissional da Agronomia. A globalização da economia, as transformações do meio e os recursos naturais e a crescente exigência de profissionais capacitados conduzem a uma nova perspectiva das atividades do Agrônomo como agente do bem-estar social. Sua responsabilidade transcende os locais de atuação, o desempenho econômico-financeiro e o simples cumprimento de metas pré-estabelecidas.

Tem-se presente que o agrônomo tem um papel de extrema importância no setor agrícola como um todo. Nas funções de planejamento, organização e controle para a condução de uma atuação estratégica voltada para o desenvolvimento da sociedade e a preservação do meio ambiente e da própria vida.

O comprometimento perante situações como estas servirá de base para um contínuo aperfeiçoamento do agrônomo, ampliando sua área de atuação e buscando constantemente a sua valorização, enquanto sujeito no processo de reconstrução da sociedade.

O Curso de Agronomia da Católica do Tocantins apresenta uma proposta curricular direcionada para atividades de gerenciamento, de planejamento, de fiscalização, de execução e de coordenação dos negócios agrícolas, agroindustriais e do agronegócio.

Com esta proposta curricular, que garante uma coexistência entre teoria e prática, pretende-se formar profissionais de Agronomia com competências e habilidades para adaptação às novas situações do mundo globalizado. Neste sentido o projeto pedagógico pretende atender as especificidades da área da Agronomia. Observam-se as novas tecnologias, a atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, o contexto sócio econômico, ambiental e cultural com a visão ética e humanística.

A proposta guarda, ainda, uma orientação que permitirá ao futuro profissional ser um empreendedor. Isto, por certo, é de grande valia em mundo que tem se caracterizado, cada vez mais, pela necessidade da responsabilidade técnica e pelo compromisso social.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso pretende desenvolver capacidade de questionamento, pensamento lógico e análise crítica, bem como habilidades para escrever, falar e ouvir. Além das disciplinas específicas das áreas de matemática, física, química e biologia, o curso também inclui empreendedorismo, desenvolvimento sustentável, ética, educação ambiental, meio ambiente, legislação, antropologia religiosa, sociologia, língua portuguesa, metodologia científica e estatística.

Com o intento de promover os estudantes à sujeitos ativos no processo de aprendizagem, o Projeto do Curso, e seu currículo, estão dimensionados para desenvolver no estudante a motivação e a capacidade para continuar a aprender fora do ambiente universitário, de identificar e resolver problemas não estruturados, de trabalhar em equipes e usar a tecnologia de maneira criativa.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Católica do Tocantins, este curso capacitará estudantes da área de Agronomia para: desempenhar funções na administração pública municipal, estadual e federal, secretarias públicas de agricultura, organizações não governamentais, empresas rurais, empresas privadas, assessoria e de consultoria, e entidades afins. Além de: enfrentar os desafios que se lhes apresentem no campo profissional, a partir do domínio dos conhecimentos técnico-científicos que lhes permitam acompanhar os avanços da ciência e da tecnologia.

Em outras palavras, o Curso de Agronomia da Católica do Tocantins, tem a intenção de formar profissionais com sólida formação humanista, acompanhada de consistente base teórica, prática e com conhecimentos adicionais que propiciem um rápido ajustamento ao mercado de trabalho cada vez mais complexo, sofisticado e menos disposto a complementar a formação acadêmica do graduado para adequá-lo às suas reais necessidades de mão-de-obra especializada.

COMPETÊNCIAS DO CURSO

O curso tem por objetivo geral formar profissionais com uma postura técnica pró-ativa, dentro de uma visão holística para atuação no vasto campo de aplicação da Agronomia, contribuindo para o desenvolvimento do Estado do Tocantins e região.

As oportunidades para o agrônomo crescem à medida que o mundo se torna mais globalizado. Do profissional de agronomia exige-se a capacidade para o gerenciamento, o planejamento, a fiscalização, a execução e a coordenação de atividades ligadas à área, uma vez que deverá:

a) projetar, coordenar, analisar, fiscalizar, assessorar, supervisionar e especificar técnica e economicamente projetos agroindustriais e do agronegócio, aplicando padrões, medidas e controle de qualidade;

b) vistoriar, periciar, avaliar, emitir laudos e pareceres técnicos, com responsabilidade técnica-social, respeitando a fauna/flora, visando a conservar e/ou recuperar a qualidade do solo, ar e água, usando tecnologias integradas e sustentáveis do ambiente;

c) atuar na organização e gerenciamento empresarial e comunitário interagindo e influenciando nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais;

d) produzir, conservar e comercializar alimentos, fibras e outros produtos agropecuários;

e) participar e atuar em todos os segmentos das cadeias produtivas do agronegócio;

f) exercer atividades de docência, pesquisa e extensão no ensino técnico profissional, ensino superior, pesquisa, análise, experimentação, ensaios e divulgação técnica e extensão;

g) enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mundo, do trabalho, adaptando-se às situações novas e emergentes.

1.1.1. Habilidades

O aluno deve demonstrar os seguintes domínios e competências no desempenho das atividades de Bacharel em Agronomia, habilitado para:

- Propor soluções técnicas para a agropecuária compatíveis com a realidade socioeconômica e com a sustentabilidade;
- Planejar e potencializar o uso de unidades de produção rural e agroindustrial a partir de diagnose sistêmica;
- Diagnosticar problemas e potencialidades de uma unidade de produção rural e agroindustrial;
- Elaborar, executar e gerenciar projetos agropecuários;
- Planejar e executar ensaios experimentais e interpretar seus resultados;
- Interpretar políticas de desenvolvimento.
- Ser capaz de ler e compreender textos, relatórios e documentos;

PERFIL DO EGRESSO DO CURSO

O egresso do curso de agronomia da Católica do Tocantins, deverá estar mais que habilitado ao exercício profissional. Dele espera-se ainda que: Compreenda o meio social, político, econômico, ecológico e cultural, numa visão global, por meio da formação humanística; Atue de forma ética, acima de qualquer outro interesse; Aja sempre livre de preconceitos e promova o bem comum.; Invista em sua educação permanente, bem como na vida daqueles que com ele estiverem, por entender que a construção de uma sociedade mais justa e igualitária é tarefa de todos.

Em sintonia com o mercado de trabalho, com as novas diretrizes curriculares, com as exigências legais e com o Exame Nacional de Cursos do Ministério da Educação, a Católica do Tocantins se empenha na construção de um perfil profissiográfico destinado ao pleno desenvolvimento profissional dos graduandos. Para tal orientará o Curso de Agronomia de

modo a contemplar os indicadores que têm constituído referências para as provas de aferição de competências, em todo o País, tendo em vista o exercício da profissão.

O Curso objetiva formar um profissional capacitado a atuar nas áreas do conhecimento da Agronomia. Além das matérias fundamentais, o estudante disporá de um conjunto de disciplinas que permitem uma visão holística e uma formação técnica pró-ativa. Tanto quanto, o discente é incentivado ao necessário processo de educação continuada, pois assim estará capacitado e apto a exercer a docência e se iniciar em atividades pesquisa.

A Católica do Tocantins objetiva formar profissionais capazes de organizar e dirigir o conjunto de atividades relativas à Agronomia de quaisquer tipos de entidades, ou seja, privadas, governamentais ou não governamentais. Para tanto, o perfil profissional almejado contempla conhecimentos multidisciplinares.

O egresso deve ser capaz de gerenciar, planejar, fiscalizar, executar e coordenar as ações de que visem a melhoria das relações socioeconômicas do setor agrícola, orientando suas ações segundo as exigências legais e éticas. Para tanto possuirá o domínio de informática aplicada a área de Agronomia, de forma a auxiliar os usuários das informações, seja a si ou a outros, nas tomadas de decisões frente aos desafios da sociedade, dos avanços tecnológicos, da globalização da economia e da dinâmica inerente às transformações do meio ambiente.

Para atender a esses requisitos básicos, o Curso de Agronomia apresenta uma estrutura curricular que objetiva garantir um atualizado e eficiente embasamento teórico, científico e prático, aliado à utilização de tecnologias avançadas e ao desenvolvimento de metodologias inovadoras. Estas com o fim de dotar o profissional de uma visão holística e de conhecimento sobre os principais enfoques necessários para uma atuação eficiente e eficaz da cadeia do agronegócio.

Deve possuir qualidades necessárias para saber lidar com pessoas, ter poder de síntese, habilidade gerencial, senso de observação, visão filosófica e estratégica da organização, superando os desafios e adquirindo competências para o exercício profissional, aplicando os conhecimentos específicos.

O agrônomo deve ser prático, conciso, dinâmico, inovador, criativo, informante, crítico, aberto para a aprendizagem contínua e multidisciplinar, agindo em consonância com os processos de transformações pelos quais passam a sociedade como um todo. Finalmente, atualizar-se continuamente de forma a acompanhar a velocidade das inovações tecnológicas, de forma a poder prever, planejar, executar, controlar e oferecer a resposta adequada a cada nova situação.

1.1.2. Atribuições no mercado de trabalho

A área de atuação do egresso do curso superior de Agronomia é bastante ampla, indo desde atividades internas das unidades de produção até as atividades do meio urbano, incorporando áreas genéricas e específicas do conhecimento, incluindo esferas do ensino, pesquisa e extensão, supervisão coordenação e orientação técnica.

Dentre as diversas possibilidades de atuação para o profissional Engenheiro Agrônomo pode-se destacar: Estudo, planejamento, projeto e especificação; estudo de viabilidade técnico-econômica; assistência, assessoria e consultoria; direção de obra e serviço; vistoria, perícia, arbitramento, laudo e parecer técnico; desempenho de cargo e função técnica; ensino, pesquisa, extensão, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica, elaboração de orçamento; padronização, mensuração e controle de qualidade, execução de obra e serviço técnico; execução de instalação, montagem e reparo; operação e manutenção de equipamentos e instalação; execução de desenho técnico.

O desempenho destas atividades refere-se a: engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia; melhoramento vegetal; ecologia e agrometeorologia; zootecnia; melhoramento animal; agrostologia; recursos naturais renováveis e não renováveis; gestão e legislação ambiental; defesa fitossanitária; química agrícola; tecnologia de armazenamento, transformação, beneficiamento e conservação de alimentos e produto de origem animal e vegetal (amido, açúcar, óleos, laticínios, vinhos e destilados; zimotécnica agropecuária; bromatologia, rações e nutrição animal; pedologia / edafologia; manejo e conservação; fertilizantes, corretivos e condicionantes do solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; moto-

mecanização agrícola; implementos agrícolas; crédito, economia e administração rural; sociologia e desenvolvimento rural; assistência técnica e extensão rural; políticas públicas para agricultura e meio rural; legislação agrária e profissional.

INTEGRAÇÃO COM O CAMPO DE ATUAÇÃO DO CURSO

Criado por determinação da Constituição de 1988, o Estado do Tocantins é a unidade federativa mais recente do Brasil e originou-se a partir da divisão do Estado de Goiás (parte norte e centro-norte), constituindo-se numa unidade autônoma na região.

Ocupando uma área de 277.620 km², o Estado é pouco menor que o Equador e ligeiramente maior que Burkina Faso e Nova Zelândia e tem como capital Palmas, que é considerada a segunda capital mais segura do Brasil, superada apenas por Natal, sendo também, a última cidade do século XX completamente planejada, já que o município nasceu e foi projetado para ser a capital do Estado, sendo também a mais nova capital estadual do país, fundada em 20 de maio de 1989.

No Tocantins, o poder público ainda tem um peso considerável na atividade econômica. Cerca de 54 mil empregados diretos pelo governo estadual se contrapõem aos 73 mil empregados contados pelo Censo Empresarial de 2000 em 25.248 empresas privadas.

De acordo com informações da Assessoria de Comunicação da Secretaria Estadual de Administração (abril/2009), são cerca de 21 mil servidores públicos que estão lotados em Palmas (entre comissionados, contratados de forma emergencial e concursados). Segundo a Assessoria de Comunicação da prefeitura de Palmas (abril/2009), são 7.514 funcionários municipais. Em Palmas, segundo a Assessoria de Comunicação do INSS (abril/2009), o total de aposentados e pensionistas chega a 14 mil.

A economia estadual apoia-se, sobretudo, na atividade agropecuária com concentração na produção de grãos e na pecuária de corte. O Tocantins possui cerca de 55% de seu solo apto para lavoura. Se somarmos a esse montante os solos aptas para pastagem, chega-se a quase 70% do seu território. Apenas 13% são considerados inaptos para qualquer uso agrícola.

De acordo com o IBGE/SEPLAN-TO, o Produto Interno Bruto – PIB do Tocantins, em 2011 chegou a casa de R\$ 18.059.159,00. Considerando o ano de 2010, o PIB teve uma evolução de 4,54%. O Produto Interno Bruto per capita em 2010 foi de R\$ 17.240.000,00.

Produto Interno Bruto – PIB do município de Palmas, em 2010 chegou a casa de R\$ 3.927.446,00. A capital do Estado tem o maior Produto Interno Bruto do Tocantins representando 22,8% do PIB estadual. Palmas foi concebida para ser o centro administrativo e econômico do Tocantins, devido a isso, o setor de serviços é o principal setor da economia palmense. No município em 2010, serviços foram responsáveis por 71,6% do valor adicionado, indústria por 27,7% e a agropecuária 0,7%. No setor de serviços as atividades que mais se destacaram foram o comércio e a administração pública, que juntas somaram um percentual de 64% do valor total do setor. Seguidamente, na indústria a atividade com maior representatividade foi a construção civil que teve uma atuação de 84% do total do setor, destacando-se as obras públicas que alcançaram um patamar de 64% de atuação. Na agropecuária, o município apresentou em 2010 maior produção nas culturas de soja, mandioca e cana-de-açúcar e criação de bovinos e aves (SEPLAN/TO, 2012).

Abaixo, seguem tabelas demonstrativas acerca do PIB e PIB Per Capita da cidade de Palmas e Valor Adicionado Bruto por Setor de Atividade entre os anos 2009 e 2010.

PIB e PIB Per Capita a Preços Correntes e Colocação do PIB no Estado - 2009 e 2010

Variável	2009	2010
PIB (1000 R\$)	2.964.944	3.927.446
PIB - <i>per capita</i> anual (R\$)	15.717	17.203
Colocação do PIB no Estado	1	1

Fonte: IBGE/SEPLAN-TO/Diretoria de Pesquisa

Nota: Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos líquidos de subsídios.

Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes por Setor de Atividade - 2009 e 2010

Setor	2009	(%)	2010	(%)
Total	2.575.047	100,00	3.425.337	100,00
Agropecuária (1000 R\$)	20.727	0,80	24.340	0,71
Indústria (1000 R\$)	688.845	26,75	948.392	27,69
Serviços (1000 R\$)	1.865.476	72,44	2.452.605	71,60

Fonte: IBGE/SEPLAN-TO/Diretoria de Pesquisa

Nota: Valor Adicionado é obtido pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário.

Quanto à evolução dos saldos do emprego por setor de atividade econômica entre os anos de 2011 e 2012, a tabela explicita abaixo demonstra o setor de serviços representando 75,03 da geração de emprego.

Evolução dos Saldos do Emprego Formal por Setor de Atividade Econômica, com Ajustes¹ - 2011 e 2012

Setor	Saldo 2011	Saldo 2012
Extração Mineral	10	-7
Indústria de Transformação	270	184
Serviços Industriais de Utilidade Pública	60	72
Construção Civil	336	761
Comércio	411	1.300
Serviços	3.367	748
Administração Pública	31	5
Agropecuária	2	6
Total	4.487	3.069

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/SEPLAN-TO/Diretoria de Pesquisa

(1) Ajustes recebidos de janeiro a dezembro, relativo aos meses de janeiro a novembro de cada ano.

Nota: Saldo referente as admissões menos desligamentos de trabalhadores com carteira assinada.

O levantamento realizado pelo IBGE, por meio do Cadastro Geral de Empresas de 2010 aponta que em Palmas havia 6.503 empresas, que empregaram 112.846 trabalhadores, movimentando R\$ 2,886 milhões em salários. O número de empresas cresceu aproximadamente 14% em relação ao quantitativo do ano anterior, quando havia 5.716 empresas registradas. No mesmo período também foi registrado um salto na geração de postos de trabalho, quando mais 3.907 pessoas foram empregadas.

Essa taxa de crescimento é bastante superior em relação à registrada nos anos anteriores, já que de 2008 para 2009 o número de empresas havia crescido 5%, representando a geração de mais de 2 mil empregos. A taxa de crescimento do quantitativo de novos empreendimentos é ainda maior quando comparado com o ano de 2006, registrando um avanço de 41% (IBGE, 2010).

O Tocantins também possui grande potencial agrícola. Segundo um levantamento do projeto Radam-Brasil, 60% da superfície do Estado são de solos agricultáveis e mais de 25% apresentam condições de produção se utilizada a tecnologia já disponível. A cada ano, surgem novas fronteiras agrícolas.

O desenvolvimento social e econômico da Região Metropolitana de Palmas tem favorecido o recebimento de um grande contingente de imigrantes do Maranhão, Pará, Piauí, Bahia e Norte do Mato Grosso, contribuindo para a configuração de um quadro social heterogêneo, com necessidades diferenciadas em função de classe, gênero, fazendo emergir novas formas de adaptação, de relacionamento familiar e de relações de trabalho. Em 2005, houve um crescimento de 16,5% na arrecadação, com volume de R\$ 692 milhões segundo dados da Secretaria da Fazenda.

Em termos gerais, a economia de Palmas apresenta-se predominantemente formada por sociedades limitadas e firmas individuais, sendo o tipo de empresa mais comum, as microempresas, que compõem aproximadamente 80% das empresas Palmenses. Sua influência econômica e comercial abrange todo o estado do Tocantins, além do sul do Pará e do sul do Maranhão.

Na década de 90, o crescimento do município de Palmas foi demasiadamente grande, já que em 1991 a cidade tinha uma população estimada em 24.261 habitantes e no ano 2000, esse número foi alterado para 130.528 habitantes. O perfil populacional apresenta o predomínio do sexo feminino (52,7%), enquanto que na totalidade do Estado a predominância é do sexo masculino (50,5%).

Quanto à faixa etária, observa-se que em âmbito nacional, estadual e municipal o que prevalece é a faixa etária entre 30 e 49 anos. No Estado do Tocantins a proporção chega a 25,4%

e na capital 28,1%. Nota-se que a representatividade das faixas etárias (20 a 29 anos e 30 a 49 anos), representa 52,1% da população do município.

Um dos indicadores que se revela indispensável ao desenvolvimento regional é a alfabetização, que segundo estimativa Target 2009, abrange apenas 76,4% da população do Estado. Na capital, o índice chega a 87,6%, superior à média nacional que é de 80,8%. Da mesma forma, também é preponderante a densidade demográfica da capital, que se posiciona ao patamar de 85,65 habitantes por km².

O quantitativo de domicílios urbanos do Estado do Tocantins e a correlação com a faixa de renda da população demonstram que dos mais de 275 mil domicílios, 30,3% são habitados por famílias/pessoas que se enquadram na faixa de renda da classe C2. Em seguida, a classe C1 é a que apresenta maior representatividade.

No município de Palmas, dos mais de 54 mil domicílios, a maior representatividade também é da classe social C2 (25,0%), a segunda classe com maior representatividade quanto à renda, é a classe C1. A média brasileira de domicílios urbanos quanto à faixa de renda, apresenta distribuição percentual similar: C1 (24,5%) e C2 (23,9%).

No Estado do Tocantins, o IPC chega a 0,51, ou seja, para cada R\$ 100,00 gastos na economia brasileira, apenas R\$ 0,51 são gastos no contexto do estado tocantinense. Já o consumo per capita da população urbana apurado foi de R\$ 8.796,89 ao ano.

Assim, primeiro no ranking estadual e 116º no estadual, o município de Palmas, sendo uma capital relativamente nova, apresenta indicadores pujantes e relativamente novos em relação às demais unidades federativas e suas capitais, ressaltando que a base da economia está focada no agronegócio e o ambiente econômico é propício ao desenvolvimento de diversas atividades ainda em fase de consolidação.

A análise do percentual de consumo e despesas da população urbana de Palmas, indica que a faixa de renda C2 apresenta predominância no município. Essa classe social despende maior parte da remuneração com a modalidade manutenção do lar (25,2%), em seguida, com

os gastos relacionados à modalidade alimentação no domicílio (19,0%) e a modalidade outras despesas (15,8%).

De acordo com a CM Consultoria (junho/2009), relata que, sob a ótica do consumo e despesas, a modalidade “matrículas e mensalidades” apresentam-se na 11ª posição no rol de prioridades da população do município de Palmas, sendo a classe A2 a que despense maior parte da renda (4,4%) na modalidade.

Comparativamente às demais classes sociais, a classe A2, ao despender maior parte da renda em relação às despesas com matrículas e mensalidades, contribuem para que o perfil socioeconômico do município possa apresentar-se fragmentado e desigual.

A área de abrangência da Católica do Tocantins inclui todo o Estado do Tocantins, como também a Região Norte do País sob ponto de vista econômico, social e educacional. Atenderá, em primeira estância, à população de Palmas (Capital) onde residem 15 % (172,5 mil) dos estimados 1 milhão e 150 mil habitantes estaduais. Deste total, 74 % se concentram em núcleos urbanos (SEPLAN-TO, 2004). Afora este contingente mais imediato, deverá atrair também, moradores do Oeste da Bahia, do Nordeste do Mato Grosso, do Sudeste do Pará, do Sul do Piauí e do Sudoeste do Maranhão, em cujo raio de abrangência residem cerca de 800 mil pessoas que intercambiam diretamente com o Tocantins. Neste caso, merecem destaque cidades como Barreiras (132) e Luís Eduardo Magalhães (25), na BA; São Félix do Araguaia (12), no MT; Marabá (169), Conceição do Araguaia (43,4) e Redenção (63,2), no PA; Corrente (24) e Floriano (54,6), no PI; e, Açailândia (88,5), Balsas (60,2) e Imperatriz (230,5), no MA.

O mais novo Estado e a mais nova Capital nacional têm se caracterizado como um centro de imigração de pessoas de todos os estados, principalmente oriundas das regiões interioranas da Amazônia Ocidental, do Nordeste e do Centro-oeste. Isto ocorre devido à expansão das atividades produtivas do Tocantins e seu entorno e pela relativa facilidade de obtenção de lotes urbanos. Estas razões levam o Estado, e principalmente a cidade de Palmas, a ter hoje uma das maiores taxas de crescimento demográfico do país.

Cabe destacar que Palmas assim como as demais capitais, concentram grande quantidade de Órgãos Públicos das esferas Municipal e Estadual, assim como relativos aos 03

(três) poderes da República, quais sejam, Executivo, Legislativo e Judiciário. Este é um fato relevante do ponto de vista socioeconômico e da formação, na medida em que as famílias destes meios buscam fomentar a educação de seus filhos até os bancos universitários.

Em nível nacional, o Agronegócio tem sido um importante contribuinte na formação do PIB nacional – algo próximo aos 33%. Por seu turno, somente a cadeia produtiva da agricultura contribui com cerca de 19% na formação da riqueza do país. Este fato não somente é oriundo das favoráveis condições edafoclimáticas do território nacional, de conjunturas internacionais propícias ou de determinações político institucionais, mas, fundamentalmente, de um conjunto de profissionais que atuam nas diversas frentes do setor. No caso, o Agronegócio gerou, na última década, cerca de 18 milhões de empregos, correspondendo a 30% da população economicamente ativa no país. A participação da agricultura em particular é expressiva uma vez que destes 18 milhões, 5,9 milhões – cerca de 1/3 - foram provenientes do setor agrícola.

Num Estado com forte vocação agroexportadora, como o Tocantins, isto tem uma importância capital. Dentro deste particular, nas definições de macro políticas de desenvolvimento merecem destaque os chamados projetos indutores, como o Programa de Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER III, instalado em Pedro Afonso – região central do Estado, o Projeto Formoso – próximo a Gurupi, sul do Estado –, a maior área irrigável do Planeta e o Projeto Sampaio, localizado no Bico do Papagaio – norte tocantinense. Estes são responsáveis pela maior parte da produção de grãos estadual. Tais empreendimentos, por sua vez, acabam por atrair novas iniciativas que, tanto quanto as pioneiras demandam o acompanhamento de profissionais habilitados a conferir qualidade aos serviços e, principalmente, aos produtos, dentro de todo o processo da gestão a partir da imprescindível adoção da unidade produtiva rural como uma empresa.

Outra área perfeitamente possível de absorver os agrônomos é a pecuária. Cada vez mais se tecnificando, o setor pecuário – somente a bovinocultura concentra cerca de 6,5 milhões de cabeça no Estado – tem, por força das condições advindas da sua própria matriz produtiva (extensiva), condições de oferecer ao mercado nacional e internacional o chamado “boi verde”. Este, sem dúvida, um mercado crescente e potencial para o profissional da Agronomia em associação com os demais profissionais das Ciências Agrárias.

De tamanha importância é o setor primário que, em se tratando somente das atividades diretamente ligadas à produção agropecuária, a meta da Secretaria de Agricultura do Estado (SEAGRO) é a criação de 197.530 empregos no campo na safra 2005/2006 (Jornal do Tocantins, 23/02/2005). O que representará um crescimento de 16% na abertura de postos de trabalho, em comparação ao período anterior (2003/2004). Isto, em grande parte, decorrente do aumento da área de cultivo que ficou em 40% na comparação entre os dois períodos que pode ser creditada, em especial, aos recursos liberados pelo Banco do Brasil para investimento e custeio da safra atual que foi da ordem de R\$ 170 milhões (Jornal do Tocantins, 19/08/2004).

É importante constatar, também, que o Tocantins deverá sofrer um forte impulso em seu processo de desenvolvimento com a conclusão da Ferrovia Norte-Sul – corta o Estado de Norte a Sul, passando por Palmas. A Ferrovia Norte-Sul é um dos projetos brasileiros que promove uma revolução na economia do Estado, viabilizando diversos projetos impulsionando a produção de grãos, carnes, frutas, álcool dentre outros produtos. Pois, toda essa produção passa a ser exportada vai Porto de Itaquí, no Maranhão, mais próximo da Europa que os portos do Sul do País, conferindo aos nossos produtos uma competitividade lucrativa.

É válido lembrar, ainda, que o mercado de consultoria, importante em áreas de fronteira como o Tocantins e potenciais absorvedores de profissionais qualificados em Agronomia, começam a mostrar sinais de crescimento em consonância à recuperação da economia nacional. Os investimentos privados são visíveis na região, como, por exemplo, a Bunge Alimentos e a Bunge Fertilizantes que estão instalando unidades na cidade de Porto Nacional, distando 65 km de Palmas; e o Frigorífico Minerva (segundo maior exportador do País), que está construindo uma filial em Paraíso, 66 km de Palmas. Fatalmente, empresas prestadoras de serviços e agregadas irão acompanhar esta dinâmica, reproduzindo uma tendência de outras regiões de perfil semelhante.

Por fim, cabe ressaltar que a ampliação do leque dos usuários potenciais da Agronomia decorre da necessidade de uma empresa (privada) evidenciar suas realizações para a sociedade como um todo. Antigamente a empresa tinha por objetivo informar ao público pura e simplesmente seus produtos e/ou serviços. No capitalismo moderno isto somente não é mais suficiente. Os sindicatos precisam saber quais as condições (ambientais) oferecidas ao

trabalhador, o governo demanda a agregação de riqueza à economia dentro do cumprimento estrito das leis ambientais, os ambientalistas exigem conhecer a contribuição para o meio ambiente, os consumidores mais exigentes priorizam produtos e/ou serviços ecologicamente corretos, e assim por diante.

Não fosse suficiente a relevância da profissão como sustentação técnica para o desenvolvimento sustentável regional, o curso de Agronomia a ser oferecido no Estado em sintonia ao reconhecimento da demanda crescente por profissionais com formação superior na área.

O mercado de trabalho do Agrônomo acompanha o desenvolvimento econômico do País e do Estado do Tocantins nos setores industriais, comerciais e de prestação de serviços, e também com a modernização do setor público. Por seu turno, não se pode esquecer que cada vez mais o mercado se torna exigente por profissionais de elevada capacidade técnica e cultura geral, capaz de lidar com problemas, suportar pressões, apresentar soluções rápidas e que possa interagir com profissionais de outros países, inclusive no que se refere à legislação e normas ambientais estrangeiras.

Por tudo isto, o curso de Agronomia da Católica do Tocantins buscará a formação do profissional num processo interdisciplinar, desenvolvendo-o como intelectualmente competente, profissionalmente apto e culturalmente preparado para atuar na área do negócio agrícola com responsabilidade social, econômica e ambiental onde quer que esteja.

O futuro do curso terá como escopo responder didática e pedagogicamente ao desafio da complexificação crescente da área da Agronomia, trabalhando para a flexibilização profissional, a agilidade no raciocínio e na tomada conjunta de decisões, condizentes com as transformações que sofre a empresa e a organização na atual conjuntura nacional e internacional.

CORRELAÇÃO ENTRE VAGAS E RECURSOS

A Católica do Tocantins possui uma infraestrutura que possibilita a execução de aulas práticas e desenvolvimento de projetos de pesquisa nos laboratórios e setores agropecuários da Faculdade.

A Instituição possui laboratórios de Anatomia Animal, Laboratório de Bromatologia, Laboratório de Entomologia e Morfologia Vegetal, Laboratórios de Informática, Laboratório de Fitopatologia, Laboratório de Microbiologia e Imunologia, Laboratório de Nematologia, Laboratório de Química e Bioquímica, Laboratório de Sementes, Laboratório de Solos, Laboratório de Processamento de Produtos Agroindustriais, Laboratórios de Geoprocessamento e Desenho Técnico, Casa de Vegetação e Viveiro de Mudanças. Os laboratórios possuem capacidade para 30 alunos por atividade. Todos possuem infraestrutura com bancadas de mármore, cadeiras e banquetas, ar-condicionado compatível com a área de cada instalação, equipamentos de proteção e segurança como óculos, máscaras, luvas, chuveiro com lava-olhos e pias.

Os setores agropecuários possuem capacidade para 50 alunos por aula prática, estão localizados próximos as salas de aulas, adequadamente iluminados para serem utilizados nos períodos noturnos, e contam com equipamentos que possibilitam a adequada contenção e manipulação dos animais.

DIFERENCIAIS COMPETITIVOS DO CURSO

O curso de agronomia destaca-se pelo fato de estar voltado para o ensino a pesquisa e a extensão, possuímos áreas experimentais totalmente iluminadas, possibilitando assim que o nosso aluno que tem que trabalhar para se manter ou mesmo ajudar a família, pode desenvolver pesquisas no âmbito regional ou mesmo nacional.

O curso oferece uma formação sólida voltada para o agronegócio e para a sustentabilidade do meio ambiente. Os professores especialistas, mestres e doutores são profissionais com destacada atuação no mercado de trabalho.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E SUA CORRELAÇÃO COM O CURSO

Como política institucional, os setores de atendimento e apoio aos discentes serão, continuamente, capacitados para o atendimento prioritário e diferenciados fazendo com que se estabeleçam condições apropriadas de inserção destas pessoas no meio em que vivem.

Ainda, como proposta que se coaduna com a política institucional, a ambientação destes tem o intuito da formação pessoal que os transformem em agentes ativos na sociedade para a defesa de espaços públicos e privados condizentes a condição humana de desenvolvimento integral.

Ainda, a Instituição acompanha a situação das obrigações financeiras de seus alunos em contrapartida ao acesso a seus serviços educacionais por meio da Vice-diretoria Administrativa.

Ao verificarem-se situações de dificuldade de parte de seu corpo discente os procedimentos adotados passam pela intervenção dos respectivos Coordenadores de Curso para o encaminhamento de soluções.

Relevantes ao considerar que os futuros egressos estarão no mercado de trabalho desenvolvendo atividades profissionais que são orientadas e acompanhadas por órgãos de classes. Assim, é política institucional que desde o início da sua formação os alunos passem a conhecer, entender e participar de seus Conselhos Profissionais.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular tem o objetivo principal de conscientizar o aluno da necessidade de logo no início do Curso desenvolver uma aprendizagem contínua, vislumbrando as disciplinas básicas que darão sustentação às pré-profissionalizantes e profissionalizantes. O aluno é orientado a entender toda a programação que será desenvolvida nos anos de ensino, buscando a interdisciplinaridade e observando suas ramificações. O corpo administrativo bem como o corpo docente realiza um trabalho de conscientização e principalmente de orientação

aos ingressos para que consigam valorizar a importância do seu crescimento individual, dentro da sala de aula e nas atividades práticas, fazendo-o buscar diferentes formas de conhecimento, utilizando-se das atividades complementares.

MATRIZ CURRICULAR

PRIMEIRO PERÍODO	CR	CH
Biologia Geral	04	60
Informática Básica	04	60
Introdução à Agronomia	04	60
Química Geral e Analítica	04	60
Português Instrumental	04	60
TOTAL	20	300
SEGUNDO PERÍODO	CR	CH
Bioquímica	04	60
Cálculo	04	60
Desenho Técnico	04	60
Morfologia e Sistemática Vegetal	04	60
Metodologia Científica	04	60
TOTAL	20	300
TERCEIRO PERÍODO	CR	CH
Anatomia e Fisiologia dos Animais Domésticos	04	60
Ciências Ambientais	04	60
Gênese, Morfologia e Classificação do Solo	04	60
Física Geral	04	60
Topografia Aplicada as Ciências Agrárias	04	60
TOTAL	20	300
QUARTO PERÍODO	CR	CH
Estatística Básica	04	60
Fisiologia Vegetal	04	60
Genética Básica e Evolução	04	60
Microbiologia Agrícola	04	60
Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento	04	60
TOTAL	20	300
QUINTO PERÍODO	CR	CH
Agrometeorologia	04	60
Fitopatologia Agrícola	04	60
Experimentação Agrícola	04	60
Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas	04	60
Hidrologia e Manejo de Bacias Hidrográficas	04	60
Estágio Supervisionado I	04	60
TOTAL	24	360

SEXTO PERÍODO	CR	CH
Entomologia Agrícola	04	60
Hidráulica, Irrigação e Drenagem	04	60
Manejo e Conservação de Solo e Água	04	60
Mecânica e Máquinas Agrícolas	04	60
Melhoramento Genético de Plantas	04	60
Estágio Supervisionado II	04	60
TOTAL	24	360
SÉTIMO PERÍODO	CR	CH
Forragicultura e Nutrição Animal	04	60
Fruticultura Tropical	04	60
Olericultura	04	60
Manejo de Plantas Daninhas	04	60
Silvicultura	04	60
Estágio Supervisionado III	04	60
TOTAL	24	360
OITAVO PERÍODO	CR	CH
Optativa I	04	60
Fitotecnia I	04	60
Paisagismo, Parques e Jardins	04	60
Sementes	04	60
Zootecnia Geral	04	60
Estágio Supervisionado IV	04	60
TOTAL	24	360
NONO PERÍODO	CR	CH
Ciências da Religião	04	60
Optativa II	04	60
Construções Rurais	04	60
Fitotecnia II	04	60
Economia e Administração de Empreendimentos Rurais	04	60
Estágio Supervisionado V	04	60
TOTAL	24	360
DÉCIMO PERÍODO	CR	CH
Optativa III	04	60
Fitotecnia III	04	60
Sociologia e Extensão Rural	04	60
Processamento de Produtos Agroindustriais	04	60
Trabalho de Conclusão de Curso	04	60
TOTAL	20	300

DISCIPLINAS OPTATIVAS

	CR	CH
Avaliação e Perícia Técnica Agropecuária	04	60
Elaboração e Análise de Projetos Agropecuários	04	60
Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares	04	60
Criatividade, Negociação e Empreendedorismo	04	60
Tecnologia e Aplicação de Defensivos Agrícolas	04	60
Tópicos Especiais em Bovinocultura de Corte e Leite	04	60
Apicultura e Meliponicultura	04	60
Piscicultura e Aquicultura	04	60
Direito Agrário	04	60
Libras	04	60
História da cultura afro brasileira	04	60
Educação ambiental e sustentabilidade	04	60

QUADRO RESUMO

Demonstrativo	CHT	(%)
Disciplinas	2940	81,7
Estágio Supervisionado	300	8,3
Atividades Complementares	300	8,3
Trabalho de Conclusão de Curso	60	1,7
Carga Horária Total do Curso	3600	100

ALOCAÇÃO DOS PROFESSORES NAS DISCIPLINAS

Disciplinas	Profissão	Titulação
Química Geral	Químico, Biólogo,	Mestre ou Doutor

	Engenheiro Agrônomo ou Zootecnista	
Português Instrumental	Letras	Mestre ou Doutor
Biologia Geral	Biólogo, Engenheiro Agrônomo ou Zootecnista	Mestre ou Doutor
Introdução à Agronomia	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Informática Básica	Engenheiro Agrônomo, Zootecnista, Sistemas de Informação e áreas afins	Especialista, Mestre ou Doutor
Bioquímica	Bioquímico, Biólogo, Engenheiro Agrônomo, Zootecnista	Mestre ou Doutor
Metodologia Científica	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Morfologia e Sistemática Vegetal	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor

Cálculo	Engenheiro Agrônomo, Matemático e áreas afins	Mestre ou Doutor
Desenho Técnico	Engenheiro Civil, Arquiteto, Engenheiro Agrônomo e áreas afins	Mestre ou Doutor
Topografia Aplicada às Ciências Agrárias	Engenheiro Civil, Arquiteto, Engenheiro, Agrônomo e áreas afins	Mestre ou Doutor
Gênese Morf. E Class. De Solos	Engenheiro Agrônomo ou Geólogo	Mestre ou Doutor
Ciências Ambientais	Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Ambiental ou Biólogo	Mestre ou Doutor
Anatomia e Fisiologia dos Animais Domésticos	Engenheiro Agrônomo, Zootecnista, Med. Veterinário ou Biólogo	Mestre ou Doutor

Física Geral	Engenheiro Agrônomo Físico e áreas afins	Mestre ou Doutor
Estatística Básica	Engenheiro Agrônomo, Matemático e áreas afins	Mestre ou Doutor
Fisiologia Vegetal	Engenheiro Agrônomo ou Zootecnista	Mestre ou Doutor
Genética Básica e Evolução	Engenheiro Agrônomo, Zootecnista ou Biólogo	Mestre ou Doutor
Microbiologia Agrícola	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento	Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Ambiental ou Gestor Ambiental	Mestre ou Doutor
Agrometeorologia	Engenheiro Agrônomo e áreas afins	Mestre ou Doutor
Fitopatologia Agrícola	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor

Experimentação Agrícola	Engenheiro Agrônomo, Zootecnista, Matemático e áreas afins	Mestre ou Doutor
Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Hidrologia e Manejo de Bacias Hidrográficas	Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Ambiental	Mestre ou Doutor
Entomologia Agrícola	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Hidráulica, Irrigação e Drenagem	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Manejo e Conservação do Solo	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Mecânica e Máquinas Agrícolas	Engenheiro Agrônomo ou Zootecnista	Mestre ou Doutor
Melhoramento Genético de Plantas	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Estágio Supervisionado I	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Forragicultura e Nutrição Animal	Engenheiro Agrônomo Zootecnista	Mestre ou Doutor

Fruticultura Tropical	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Olericultura	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Manejo de Plantas Daninhas	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Silvicultura	Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal	Mestre ou Doutor
Estágio Supervisionado II	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Fitotecnia I	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Paisagismo, Parques e Jardins	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Sementes	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Zootecnia Geral	Engenheiro Agrônomo, Zootecnista ou Med. Veterinário	Mestre ou Doutor
Optativa I	Engenheiro Agrônomo e áreas afins da disciplina	Mestre ou Doutor
Estagio Supervisionado III	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor

Ciências da Religião	Áreas afins da disciplina	Mestre ou Doutor
Construção Rurais	Engenheiro Agrônomo, Arquiteto ou Engenheiro Civil	Mestre ou Doutor
Fitotecnia II	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Economia e Administração de Empreendimentos Rurais	Engenheiro Agrônomo, Administrador ou Economista	Mestre ou Doutor
Optativa II	Engenheiro Agrônomo e áreas afins da disciplina	Mestre ou Doutor
Estagio Supervisionado IV	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Sociologia e Extensão Rural	Engenheiro Agrônomo, Sociólogo ou Filósofo	Mestre ou Doutor
Fitotecnia III	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor
Tecnologia de Produtos Agropecuários	Engenheiro Agrônomo, Zootecnista ou	Mestre ou Doutor

	Med. Veterinário	
Optativa III	Engenheiro Agrônomo e áreas afins da disciplina	Mestre ou Doutor
TCC	Professores do Curso de Agronomia	Mestre ou Doutor
Estagio Supervisionado V	Engenheiro Agrônomo	Mestre ou Doutor

A INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

A carga horária do curso Bacharelado em Agronomia ofertado pela Católica do Tocantins, atende, em todos os requisitos, a carga horária total prevista pela Resolução CNE/CES nº 3/2007, e ao Parecer CNE/CES nº 261/2006, no que se refere à integralização da carga horária mínima do curso, sendo 3.600 horas/aula relógio distribuídas em 10 semestres. As disciplinas possuem sua carga horária ofertada intercaladamente entre horas teóricas e práticas, permitindo o trabalho efetivo discente no que tange a formação do conhecimento.

CONTEÚDOS CURRICULARES

Sintonizada com as necessidades do mercado de trabalho, com as novas diretrizes curriculares, com as exigências legais e com o Exame Nacional de Cursos do Ministério da Educação, a Católica do Tocantins não medirá esforços na construção de um perfil profissiográfico destinado ao pleno desenvolvimento profissional futuro dos Engenheiros Agrônomos, orientando o Curso de Agronomia de modo a contemplar os indicadores que têm constituído referências para o bom desempenho no exercício da profissão.

Os conteúdos curriculares trabalhados no curso de Agronomia possibilitam o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, tendo sua totalidade de carga horária voltada para disciplinas técnicas/teóricas, atrelado à um contexto bibliográfico atualizado e pertinente que, sob todas as formas, permite ao acadêmico a formação ampla do conhecimento.

1.1.3. Coerência dos conteúdos curriculares com o perfil do egresso

O Curso de agronomia da Católica do Tocantins, objetiva formar um profissional capacitado a atuar nas áreas do conhecimento da Agronomia. Além das matérias fundamentais, o estudante disporá de um conjunto de disciplinas que permitem uma visão holística e uma formação técnica pró-ativa. Tanto quanto, o discente é incentivado ao necessário processo de educação continuada, pois assim estará capacitado e apto a exercer a docência e se iniciar em atividades pesquisa.

A Católica do Tocantins objetiva formar profissionais capazes de organizar e dirigir o conjunto de atividades relativas à Agronomia de quaisquer tipos de entidades, ou seja, privadas, governamentais ou não governamentais. Para tanto, o perfil profissional almejado contempla conhecimentos multidisciplinares.

O egresso deve ser capaz de gerenciar, planejar, fiscalizar, executar e coordenar as ações de que visem a melhoria das relações socioeconômicas do setor agrícola, orientando suas ações segundo as exigências legais e éticas. Para tanto possuirá o domínio de informática aplicada a área de Agronomia, de forma a auxiliar os usuários das informações, seja a si ou a outros, nas tomadas de decisões frente aos desafios da sociedade, dos avanços tecnológicos, da globalização da economia e da dinâmica inerente às transformações do meio ambiente.

Para atender a esses requisitos básicos, o Curso de Agronomia apresenta uma estrutura curricular que objetiva garantir um atualizado e eficiente embasamento teórico, científico e prático, aliado à utilização de tecnologias avançadas e ao desenvolvimento de metodologias inovadoras. Estas com o fim de dotar o profissional de uma visão holística e de conhecimento sobre os principais enfoques necessários para uma atuação eficiente e eficaz da cadeia do agronegócio.

Deve possuir qualidades necessárias para saber lidar com pessoas, ter poder de síntese, habilidade gerencial, senso de observação, visão filosófica e estratégica da organização, superando os desafios e adquirindo competências para o exercício profissional, aplicando os conhecimentos específicos.

O agrônomo deve ser prático, conciso, dinâmico, inovador, criativo, informante, crítico, aberto para a aprendizagem contínua e multidisciplinar, agindo em consonância com os processos de transformações pelos quais passam a sociedade como um todo. Finalmente, atualizar-se continuamente de forma a acompanhar a velocidade das inovações tecnológicas, de forma a poder prever, planejar, executar, controlar e oferecer a resposta adequada a cada nova situação.

Para a construção do perfil supracitado, todo o conteúdo curricular pensado para o curso de agronomia contempla disciplinas dos eixos básicos e gerais específicos no contexto das ciências agrárias. Todas as disciplinas possuem parcialidade da carga horária distribuída para aulas práticas, estabelecendo correlações epistemológicas entre questões teóricas e práticas.

1.1.4. Seleção de conteúdos

Os conteúdos são selecionados tendo em vista o perfil do egresso e as competências a serem desenvolvidas, observadas as especificidades de cada área e das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Agronomia. O NDE valida os conteúdos selecionados pelo professor da disciplina, observando os seguintes critérios:

Relevância social, com vistas a atender às necessidades e condições locais e regionais, guardando-se sua inserção no contexto nacional e internacional bem como considerando as expectativas dos diferentes segmentos sociais no que se refere à atuação dos profissionais da área;

Atualidade, caracterizada pela incorporação de novos conhecimentos produzidos e pela releitura sistemática dos disponíveis, com referência a padrões locais, regionais, nacionais e internacionais do avanço científico-tecnológico e à universalidade do conhecimento;

Potencialidade para o desenvolvimento intelectual autônomo dos acadêmicos, permitindo-lhes lidar com mudanças e diversidades tecnológicas, econômicas e culturais, e a busca, avaliação e seleção crítica de novas informações em diversificadas fontes;

Interdisciplinaridade no desenvolvimento dos conteúdos, possibilitando a abordagem do objeto de estudos sob diversos olhares, incluindo a perspectiva da análise teórica, de questões contemporâneas, bem como da dimensão sócio-cultural.

Conteúdos estruturantes dos diferentes campos de conhecimento, com maiores possibilidades de integração horizontal entre as diferentes áreas de estudos e integração vertical, passíveis de organizar a aprendizagem do acadêmico em níveis crescentes de complexidade.

A cultura, os interesses e as características dos discentes são critérios centrais a serem considerados na seleção e na organização dos conteúdos, bem como dos princípios metodológicos, apresentados em seguida.

1.1.5. Adequação dos Conteúdos Curriculares à Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

O Curso de Agronomia da Católica do Tocantins oferece a disciplina Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como disciplina optativa do curso, conforme as exigências do decreto nº 5.626/2005.

1.1.6. Adequação dos conteúdos curriculares à Educação das Relações Étnico-Raciais

Conforme prevê a Resolução CNE/CP nº. 1/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o curso de Agronomia, considerando suas disciplinas curriculares e atividades do eixo institucional, desenvolve ao longo do curso eventos e programas que permitem a interdisciplinaridade do curso com diretrizes socioambientais e étnico-raciais, permitindo aos acadêmicos a vivência da relação e conhecimento com aspectos culturais, históricos e geográficos das regiões que compreendem a Amazônia Legal.

1.1.7. Adequação dos conteúdos curriculares à Política Nacional de Educação Ambiental

O curso de Agronomia da Católica do Tocantins privilegia seus conteúdos curriculares com disciplinas técnicas focadas nos contextos ambientais, com coerência ao que determina o

Decreto nº 4.281//2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Dentro da grade do curso, a vertente ambiental é tratada das mais diferentes formas, permitindo o conhecimento sextavado sobre a relação meio ambiente, biodiversidade, ecossistemas e sustentabilidade.

1.1.8. Coerência do PPC com as Diretrizes Curriculares

O Projeto Político Pedagógico – PPC do Curso Superior de Agronomia foi construído com coerência à todas as exigências estabelecidas pelas Diretrizes Nacionais Curriculares – DCN's.

1.1.8.1. Demonstrativo do cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para o curso

<i>Agronomia</i>	<i>Bacharelado</i>	<i>Res. n. CNE/CES 01/2006</i>	
Núcleos de Formação	Componentes Curriculares	Desdobramento em Disciplinas	CHT
(Art . 7º - Inciso I - Núcleo de Conteúdos Básicos	Esse núcleo será integrado por: Matemática, Física, Química, Biologia, Estatística, Informática e Expressão Gráfica.	Informática Básica	60
		Biologia Geral	60
		Química Geral e Analítica	60
		Desenho técnico	60
		Cálculo	60
		Física Geral	60
		Estatística Básica	60
		Genética Básica e Evolução	60
		Bioquímica	60
		Experimentação Agrícola	60
		Subtotal	600
Art . 7º - Inciso II - Núcleo de Conteúdos	Agrometeorologia e Climatologia; Avaliação e Perícias;	Topografia Aplicada as Ciências Agrárias	60
		Morfologia e Sistemática vegetal	60

<i>Agronomia</i>	<i>Bacharelado</i>	<i>Res. n. CNE/CES 01/2006</i>	
Núcleos de Formação	Componentes Curriculares	Desdobramento em Disciplinas	CHT
Profissionais Essenciais, constituído por:	Biotecnologia,	Ciências Ambientais	60
	Fisiologia Vegetal e Animal;	Gênese, Morfologia e Classificação do Solo	60
	Cartografia,	Anatomia e Fisiologia de Animais Domésticos	60
	Geoprocessamento e Georeferenciamento;	Fisiologia Vegetal	60
	Comunicação, Ética,	Microbiologia Agrícola	60
	Legislação, Extensão e Sociologia Rural;	Hidrologia e Manejo de Bacias Hidrográficas	60
	Construções Rurais,	Fitopatologia Agrícola	60
	Paisagismo,	Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas	60
	Floricultura,	Agrometeorologia	60
	Parques e Jardins;	Hidráulica, Irrigação e Drenagem	60
	Economia,	Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento	60
	Administração Agroindustrial,	Economia e Administração de Empreendimentos	60
	Política e Desenvolvimento Rural; Energia,	Construções Rurais	60
	Máquinas,	Entomologia Agrícola	60
	Mecanização Agrícola e Logística;	Olericultura	60
	Genética de	Manejo e Conservação do Solo e Água	60
Melhoramento,	Melhoramento Genético de Plantas	60	
Manejo e Produção e Florestal. Zootecnia e Fitotecnia; Gestão	Manejo de Plantas Daninhas	60	
	Fruticultura Tropical	60	
	Forragicultura e Nutrição Animal	60	

<i>Agronomia</i>	<i>Bacharelado</i>	<i>Res. n. CNE/CES 01/2006</i>	
Núcleos de Formação	Componentes Curriculares	Desdobramento em Disciplinas	CHT
	Empresarial, Marketing e Agronegócio; Hidráulica, Hidrologia, Manejo de Bacias Hidrográficas, Sistemas de Irrigação e Drenagem; Manejo e Gestão Ambiental; Microbiologia e Fitossanidade; Sistemas Agroindustriais; Solos, Manejo e Conservação do Solo e da Água, Nutrição de Plantas e Adubação; Técnicas e Análises Experimentais; Tecnologia de Produção, Controle de Qualidade e Pós-	Mecânica e Máquinas Agrícolas	60
		Silvicultura	60
		Elaboração e Análise de Projetos Agropecuários (OPTATIVA)	60
		Tópicos Especiais em Bovinocultura de Corte e Leite (OPTATIVA)	60
		Apicultura e Meliponicultura (OPTATIVA)	60
		Sementes	60
		Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares (OPTATIVA)	60
		Fitotecnia I	60
		Fitotecnia II	60
		Fitotecnia III	60
		Paisagismo, Parques e Jardins	60
		Zootecnia Geral	60
		Processamento de Produtos Agroindustriais	60
		Tecnologia e Aplicação de Defensivos Agrícolas (OPTATIVA)	60
		Avaliação e Perícia Técnica Agropecuária (OPTATIVA)	60
Sociologia e Extensão Rural	60		
Piscicultura e Aquicultura (OPTATIVA)	60		

<i>Agronomia</i>	<i>Bacharelado</i>	<i>Res. n. CNE/CES 01/2006</i>	
Núcleos de Formação	Componentes Curriculares	Desdobramento em Disciplinas	CHT
	Colheita de Produtos Agropecuários		
Subtotal			2.400
Art 7º - Inciso III, IV e V - Núcleo de Conteúdos Profissionais Específicos	Inserido no contexto do projeto pedagógico do curso, visando a contribuir para o aperfeiçoamento da habilitação profissional do formando. Sua inserção no currículo permitirá atender às peculiaridades locais e regionais e, quando couber, caracterizar o projeto institucional com identidade própria.	Introdução à Agronomia	60
		Português Instrumental	60
		Metodologia Científica	60
		Ciências da Religião	60
		Criatividade, Negociação e Empreendedorismo	60
		Libras (OPTATIVA)	60
		Economia e Administração de Empreendimentos (OPTATIVA)	60
		Direito Agrário (OPTATIVA)	60
Subtotal			480
Art. 8º, §§ 1º, 2º e 3º. O estágio curricular supervisionado	Concebido como conteúdo curricular obrigatório	<i>Estágio Curricular Supervisionado I</i>	60
		<i>Estágio Curricular Supervisionado II</i>	60
		<i>Estágio Curricular Supervisionado III</i>	60
		<i>Estágio Curricular Supervisionado IV</i>	60
		<i>Estágio Curricular Supervisionado V</i>	60
Subtotal			300

<i>Agronomia</i>	<i>Bacharelado</i>	<i>Res. n. CNE/CES 01/2006</i>	
Núcleos de Formação	Componentes Curriculares	Desdobramento em Disciplinas	CHT
Art. 9º, §§ 1º e 2º Atividades Complementares	Componentes curriculares que possibilitem, por avaliação, o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, dentro e fora da Instituição	<i>Atividades Complementares</i>	<i>300</i>
	Subtotal		300
Art. 10. Trabalho de Curso	Componente curricular obrigatório, a ser realizado ao longo do último ano do curso.	<i>Trabalho de Conclusão de Curso I</i>	<i>60</i>
	Subtotal		60
CARGA HORÁRIA TOTAL			3600
CHT DA MATRIZ			3.600

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

1.1.9. Adequação e atualização das ementas

As ementas e as bibliografias de cada disciplina são constantemente avaliadas e atualizadas pelos docentes responsáveis pelas mesmas e pelo Núcleo Docente Estruturante que deve zelar pela qualidade do curso. As atualizações visam adequar os conteúdos curriculares ao

perfil do egresso e às necessidades do mercado de trabalho. Bem como disponibilizar aos discentes conteúdos e bibliografias atualizados.

1.1.10. Descrição do ementário e bibliografia do curso

PRIMEIRO PERÍODO

BIOLOGIA GERAL / CH: 60

A origem da vida. A célula. Procariontes e eucariontes. Estrutura celular e organelas citoplasmáticas. Principais processos energéticos e vias metabólicas. O ciclo celular. O núcleo. Os ácidos nucleicos. Noções básicas de biologia molecular e engenharia genética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBERTS, B. et al. **Fundamentos da Biologia Celular**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DE ROBERTIS, E. M. F.; HIB, J.; PONZIO R. **Biologia Celular e Molecular**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. **Biologia Celular e Molecular**. 8 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBERTS, B. et al. **Biologia Molecular da Célula**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DE ROBERTIS, E. M. F.; HIB, J. **Bases da Biologia Celular e Molecular**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

RAVEN, P. et al. **Biologia vegetal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

CURTIS, H. **Biologia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1977. 964 p.

MALACINSKI, G.M. **Fundamentos de biologia molecular**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

INFORMÁTICA BÁSICA / CH: 60

Introdução ao Processamento de Dados; Gerações de Computadores; Noções Básicas sobre a Arquitetura de Microcomputador; Periféricos de Entrada e Saída; Relação Software X Hardware; Softwares Básicos e Aplicativos; Noções Básicas sobre o Sistema Operacional

Windows; Comandos Básicos do Aplicativo Office (Word, Excel, PowerPoint e Outlook), Introdução a Rede de Computadores, Noções Básicas de Internet, Intranet e Extranet e Utilização das Ferramentas de Acesso à Internet.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MEIRELLES, F. S. **Informática: novas aplicações com microcomputadores**. 2. ed. São Paulo: Makron Books Brasil, 1994. 615 p.

NORTON, P. **Introdução à Informática**. São Paulo: Editora Makron Books. 1996.

SILVA, Mario G. da, **Informática - Terminologia - Microsoft Windows Vista - Internet e Segurança - Microsoft Office Word 2007 - Microsoft Office Excel 2007 - Microsoft Office Access 2007 - Microsoft Office PowerPoint 2007**. São Paulo: Erica, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MANZANO, André Luiz N. G. & MANZANO, Maria Izabel N. G. **Estudo dirigido de informática básica**. São Paulo: Érica, 2007.

MANZANO, André Luiz N. G. & MANZANO, Maria Izabel N. G. **Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2007**. São Paulo: Erica, 2007. ISBN 978-85-365-0164-2.

MANZANO, André Luiz N. G. **Estudo dirigido de Microsoft Office Powerpoint 2007**. São Paulo: Erica, 2007.

MANZANO, Jose Augusto N. G. & MANZANO, André Luiz N. G. **Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2007**. São Paulo: Erica, 2007.

VELLOSO, F. de C. **Informática: conceitos básicos**. 7ª ed. revisada e atualizada. São Paulo: Elsevier, 2004.

INTRODUÇÃO À AGRONOMIA / CH: 60

A Faculdade Católica do Tocantins e o Curso de Agronomia. Currículo do Curso de Agronomia. A Formação profissional em Agronomia. Principais campos de atividade do Engenheiro Agrônomo. Principais organizações relacionadas à atividade do Engenheiro Agrônomo. Legislação. Ética. Histórico e importância da Agricultura e da Agronomia. A agricultura no Tocantins, no Brasil e no Mundo. Iniciação científica. Ciência aplicada à agricultura. Os grandes debates atuais na agricultura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FOUREZ, G. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências.** São Paulo: Editora UNESP. 1995.

LOPES, A. S. **Ética profissional.** 6 ° Ed. São Paulo:Atlas, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 22 ed. São Paulo:Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOFF, L. **A Ética da Vida.** Brasília: Letra viva, 1999

PRIMAVESI, O.; ARZABE, C.; PEDREIRA, M. S. **Aquecimento Global e mudanças climáticas: uma visão integrada tropical.** São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2007, 213p.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências.** 11 ed. Porto: Editora Afrontamento. 1999.

MENDONÇA, S. R. **O Ruralismo Brasileiro.** São Paulo: Editora HUCITEC - Estudos Rurais, 1997

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra.** 6ª Ed. São Paulo, Peirópolis, 2000, 219 p.

QUÍMICA GERAL E ANALÍTICA /CH: 60

Fórmulas e Equações Químicas. Soluções. Equilíbrio Químico: Ácidos e Bases. Acidimetria e Alcalimetria. Oxidação e redução. Volumetria de oxi-redução. Precipitação e dissolução. Gravimetria. Complexos e quelatos. Quelatometria. Comportamento químico dos compostos de nitrogênio, de fósforo, de potássio, de alumínio, de cálcio, de magnésio e de enxofre. Amostragem e preparo de amostras e soluções para análise. Erros em química analítica quantitativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ATKINS, P. **Princípios de Química.** São Paulo: Editora Bookman. 2001.

BACCAN, N. **Química Analítica Quantitativa Elementar.** São Paulo: Edgard Blücher. 2001.

VOGEL, A. I. **Análise Química Quantitativa.** 6 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BROWN, T. L. et.al. **Química: a Ciência Central.** 9 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.2005.

HARRIS, D.C. **Análise química quantitativa**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2008.

RUSSEL, J. B. *et al.* **Química Geral**. 2ª ed. São Paulo: Makron Books, v.1 .1994.

ALMEIDA, P.G.V. **Química geral. Práticas fundamentais**. 6ª reimpressão. Viçosa: UFV, 2001.

CONSTANTINO, M.G. *et al.* **Fundamentos da química experimental**. 2ª ed. São Paulo: USP, 2011.

PORTUGUÊS INSTRUMENTAL / CH: 60

A leitura e a escrita na universidade: linguagem e conhecimento. Pressupostos básicos: concepções de linguagem, texto, língua, leitura e escrita. Condições de produção da leitura e da escrita do texto acadêmico. Tipos de textos: estrutura e funcionamento. Argumentação. Coesão e coerência. Correção gramatical.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, A. S. **Curso de redação**. São Paulo: Editora Ática. 1994.

MEDEIROS, J. Bosco. **Redação Empresarial**. São Paulo: Editora Atlas. 1998.

MARTINS, D. & ZILBERKNOP, L. S. **Português Instrumental**. Porto Alegre: Editora Sagra. 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABREU, A. S. **A Arte de Argumentar: Gerenciando Razão e Emoção**. 9ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial. 2006.

ABREU, A. S. **Curso de redação**. 12ª ed. São Paulo: Editora: Ática, 2003.

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. 43ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MARTINS, Maria Helena. **O Que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em Prosa Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

SEGUNDO PERÍODO**BIOQUÍMICA / CH: 60**

Funções de química orgânica. Energia bioquímica. Enzimas, vitaminas e coenzimas. Carboidratos. Lipídeos. Aminoácidos e proteínas. Síntese dos ácidos nucléicos e seus componentes. Respiração e glicólise. Ciclo de Krebs. Cadeia respiratória. Fotossíntese.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHAMPE, P. C. & HARVEY, R. **Bioquímica Ilustrada**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LEHNINGER, A. L. **Princípios de Bioquímica**. São Paulo: Sarvier, 1995.

MURRAY, R. K.; GRANNER, D. L.; MAYES, P. A.; RODWELL, V. W. **Bioquímica de Harper**. México: El Manual Moderno, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

STRYER, L. **Bioquímica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

MARZZOCO, A.; TORRES, B. B. **Bioquímica básica**. Rio de Janeiro: Guanabara - Koogan, 1999.

ALBERTS, B.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K. E WALTER, P. **Biologia Molecular da Célula**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R. E CASE, C. L. **Microbiologia**. 10 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

DE ROBERTIS, E. M. F. E HIP PONZIO, J. R. **Biologia Celular e Molecular**. 14 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

DE ROBERTIS, E. M. F. E HIP PONZIO, J. R. **Biologia Celular e Molecular**. 14 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

CÁLCULO / CH: 60

Funções. Limites e Derivadas, Aplicações de Derivada. Primitivas e Integrais. Integrais Indefinidas. Métodos de Integração. Aplicações da Integral. Funções de Várias Variáveis. Derivadas Parciais. Aplicações da Derivação Parcial. Integração Múltipla. Aplicações da Integração Múltipla.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ÁVILA, G. **Cálculo das funções de uma variável**. 8ª ed. Rio de Janeiro. LTC. 2006.

LEITHOLD, L. **O cálculo com geometria analítica**. V.1. 3ªed. São Paulo. HARBRA. 1994.

LEITHOLD, L. **O cálculo com geometria analítica**. V.2. 3ªed. São Paulo. HARBRA. 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SIMMONS, G. F. **Calculo com geometria analítica**, v.2. 1 ed. São Paulo. PEARSON. 1988.

FERREIRA, R. S. **Matemática aplicada às ciências agrárias: análise de dados e modelos**. 1ª.ed. Uberlândia. UFV. 2005.

FLEMMING, Diva Marília. **Cálculo A: Funções, limites, derivação, integração**. 5ª.ed. São Paulo. MAKRON BOOKS. 2006.

GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. **Um curso de cálculo**. 5ª.ed. São Paulo. LTC. 2005.

ANTON, Howard. **Algebra linear com aplicações**. 8ª.ed. São Paulo. ARTEMED. 2001.

DESENHO TÉCNICO / CH: 60

Instrumentos de Desenho Técnico. Formatos para apresentação de Desenho e Escalas utilizadas. Caligrafia técnica e Cotagem. Desenho em Planta, Vistas, Cortes, Perspectivas e interpretação e representação em 2D e 3D de sólidos geométricos. Traçados em geral. Representação de áreas. Desenho de ambiente arquitetônico (Industrial, comercial, edificações industriais e comerciais e alternativas de Construções Rurais). Utilização de aplicativos CAD e o próprio software Auto Cad.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MAGUINE, D. E. & SIMMONS, C. H. **Desenho Técnico**. São Paulo: Editora Hemus, 1981.

PEREIRA, M. F. **Construções Rurais**. São Paulo: Editora e Livraria Nobel, Série Coleção Adolpho Ducke, 1980.

IRINEU, F. **Pequenas Construções Rurais**. São Paulo: Livraria Nobel, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NEIZEL, E. **Desenho Técnico para a Construção Civil**. Coleção Desenho Técnico. São Paulo: EPU - EDUSP, 1974.

SILVA, Arlindo. **Desenho técnico moderno**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006. 475 p.

VENDITTI, M. V. dos R. **Desenho Técnico sem Prancheta com AutoCAD 2008**. Editora Visual Books. 2007.

BAÊTA, F. C. & SOUZA, C. A. **Ambiência em Edificações Rurais: Conforto Animal**. São Paulo: Livraria Nobel, 1996.

MORFOLOGIA E SISTEMÁTICA VEGETAL / CH: 60

A célula vegetal como base para a compreensão da Botânica. Morfologia dos órgãos vegetativos (raiz, caule e folhas). Morfologia dos órgãos reprodutivos (flor, fruto e sementes). Principais critérios para classificação dos vegetais. Grandes grupos vegetais e ciclos reprodutivos. Conceito de evolução e filogenia em plantas. Unidades Sistemáticas. Nomenclatura botânica. Generalidades sobre a Botânica Sistemática. Sistemas de Engler e de Cronquist. Divisão Gimnospermas. Divisão Magnoliophyta. Herbário vegetal

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GLORIA, B. A. & Guerreiro, S. M.C. **Anatomia vegetal**. 2 ed. Viçosa. Editora: UFV, 2006.

JUDD, W. S. et al. **Sistemática Vegetal: Um enfoque filogenético**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 632p.

VIDAL, W. N; VIDAL, M. R. R. **Botânica – Organografia**. 4 ed. Viçosa. Editora: UFV, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROSO, G. M.; MORIM, M. P.; PEIXOTO, A. L.; ICHASO, C. L. F. **Frutos e sementes: morfologia aplicada à sistemática de dicotiledôneas**. Viçosa: UFV, 2004.

BARROS, G. M. et al. **Sistemática de angiospermas do Brasil**. Vol. 1. 2 ed. Viçosa. Editora: UFV, 2004.

OLIVEIRA, F. & SAITO, M. L. **Práticas de morfologia vegetal**. São Paulo: Ateneu, 1991.

NULTSCH, W. **Botânica Geral**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CARVALHO, D. A & VAN DEN BERG, E. **Sistemática Vegetal. Pteridófitas, Gimnospermas, Angiospermas**. Lavras:UFLA, 2007. 160 p.

METODOLOGIA CIENTÍFICA / CH: 60

Investigação acerca do conhecimento, em particular da ciência. Análise dos procedimentos técnicos e metodológicos de preparação, execução e apresentação da pesquisa científica. Estudo das formas de elaboração dos trabalhos acadêmicos, especialmente das normas técnicas neles utilizadas. Escolha, Seleção e Limitação do Tema. Plano de Trabalho. Pesquisa Bibliográfica. Metodologia de Anotação Documentativa. Citação e Referências Bibliográficas. Aspectos Técnicos de Redação de Monografias. Estrutura do Trabalho Científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FOUREZ, G. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências.** São Paulo: Editora UNESP. 1995.

LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** Atlas, São Paulo: 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, R. **Filosofia das ciências.** São Paulo: Editora Ars Poética. 2006

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Editora Cortez. 1996.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências.** 11 ed. Porto: Editora Afrontamento. 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normas ABNT sobre referências bibliográficas.** NBR 6023/2000. Rio de Janeiro: ABNT. 2000.

TERCEIRO PERÍODO

ANATOMIA E FISILOGIA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS/ CH: 60

Introdução ao estudo da anatomia dos animais domésticos. Anatomia e fisiologia do aparelho Locomotor: osteologia, sindesmologia, miologia. Sistema Nervoso. Aparelho Circulatório. Aparelho Digestivo. Aparelho Respiratório. Aparelho Urogenital. Sistema Endócrino. Sistema Sensorial. Sistema Tegumentar. Sistema Córdio-Circulatório. Sistema Endócrino. Sistema Reprodutor (feminino e masculino).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SWENSON, M.J.; REECE.W.O. (ed) Dukes. **Fisiologia dos animais domésticos.** 12 ed. Rio de Janeiro: Guanabara. 856p. 2006.

CUNNINGHAM, J.G. **Tratado de fisiologia veterinária**. 3ª ed, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 830p. 2004.

DYCE, K. M; SACK, W. O; WENSING, C. J. G. **Tratado de anatomia veterinária**. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KONIG, H. E.; LIEBICH, H. **Anatomia dos animais domésticos**. v.1 e 2, Artmed. 2004.

TORTORA, G. J.; GRABOWSKI, S. R. **Princípios de anatomia e fisiologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2002.

GETTY, R. **Anatomia dos animais domésticos**. v.1 e 2, 5 ed., Ed. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 1986.

DONE, H.D.; GODOY, P.C.; EVANS, S.A.; STICKLAND, N.C. **Atlas colorido de anatomia veterinária do cão e gato**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FRANDSON, R.D.; WILKE, W.L.; FAILS, A. D. **Anatomia e Fisiologia dos Animais de Fazenda**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

CIÊNCIAS AMBIENTAIS / CH: 60

Agroecologia, Ciclos Biogeoquímicos, Ecologia e Meio Ambiente: conceituação e diferenciação. Teoria dos Sistemas: conceitos e definições; Dinâmica de Sistemas. Sistemas Ambientais: Ecossistemas, Biosfera, Ecosfera, Biótipos e Biomas. Desequilíbrios Ambientais. Água: o ciclo e os fins, conseqüências da ação antrópica do homem. Ar: evolução da atmosfera, alterações, causas e efeitos. Terra: definição, distribuição, ocupação, conseqüências e causas e alternativas de recuperação. Impactos ambientais e avaliações. Consciência ambiental e responsabilidade social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PINTO COELHO, R.M. **Fundamentos em Ecologia**. Ed. Artmed. Porto Alegre, RS 252pp. 2000.

ODUM, H.T. **Ecologia**. Guanabara, Rio de Janeiro. 1983.

RICKLEFS, R.E. **A economia da natureza**. 3ra Ed. Ed. Guanabara-Koogan, Rio de Janeiro. 470pp. 1996. Sala, °E.; Jackson, R.B. Mooney

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo. Ed. Cortez. Recife. Fundação Joaquim Nabuco. 1995. 429p.

PERSONA, Mário. **Gestão de Mudanças em Tempos de Oportunidades**. Ed. São Paulo: Futura, 2003

CASCINO, F. **Educação ambiental: princípio história, formação dos professores**. São Paulo: Editora SENAC. 1999.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra**. Petrópolis: Editora Vozes. 1999.

ROSS, S. L. J. **Geografia do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora EDUSP. 1998.

GÊNESE, MORFOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DO SOLO / CH: 60

O solo como meio trifásico (fases sólida, líquida e gasosa). Composição química e mineralógica do solo. A fração orgânica do solo. Organismos do Solo. Noções sobre física e físico-química do solo (propriedades da fração coloidal, reação do meio). Perfis de solos: horizontes e camadas. Características morfológicas dos solos. Processos e fatores de formação (gênese) do solo. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos: organização do sistema e classes gerais. Principais solos de ocorrência no cerrado brasileiro: aspectos geomorfológicos e fitogeográficos como subsídio ao reconhecimento dos solos na paisagem; considerações sobre o uso do solo. Noções sobre solos das regiões fitogeográficas brasileiras. Interpretação de relatórios de levantamentos e mapas pedagógicos, tendo em vista o uso adequado do recurso natural solo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

EMBRAPA. **Sistema brasileiro de classificação de solos – Brasília: Embrapa Produção de Informação**, Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 1999.

GUERRA, A. J. T; CUNHA, S. B. da; **Geomorfologia e meio ambiente**. 6ed. Editora: BERTRAND BRASIL. 2006.

LEPSCH, I. F. **Formação e Conservação de Solos**. São Paulo; Ed. Oficina de Textos, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEINZ, V. & AMARAL, S. E. - **Geologia Geral**. São Paulo: Cia. Editora Nacional 1978.

RESENDE M.; CURI N.; BATISTA S.; - **Pedologia** – Base para distinção de ambientes, 6º Edição, Editora UFLA, 2007, 322 p.

SANTOS R.D.; LEMOS R.C.; SANTOS H.G.; - **Manual de descrição e coleta de solo no campo**, 5ª Edição, SBCS, 2005, 100 p.

SCHNEIDER P.; KLANT E.; GIASSON E.; - **Morfologia do solo – Subsídios para caracterização e interpretação de solos a campo**, Agrolivros, 2007, 72 p.

VIEIRA L. S.; - **Manual de Ciência do solo com ênfase em solos tropicais**, 2ª Ed., Editora Ceres, 1998, 464 p.

FISICA GERAL / CH: 60

Medição. Movimento retilíneo. Vetores. Força e movimento. Trabalho e energia. Conservação da energia. Ondas em meios elásticos. Ótica geométrica. Ótica física. Fenômenos térmicos. Termodinâmica. Teoria cinética dos gases. Eletromagnetismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HALLIDAY, David; KRANE, S. Kenneth; RESNICK, Robert. **Física 1, 2, 3, 4.** ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1996.

HALLIDAY, David; WALKER, J.; RESNICK, Robert. **Fundamentos de Física 1: mecânica.** 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1996.

TIPLER, Paul A. **Física: mecânica, oscilações e ondas, termodinâmica.** 1,2,3,4. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2001

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NUSSENZVEIG, Moysés H. **Física Básica 1, 2 e 3: mecânica** 3 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1996.

SEARS, Francis; ZEMANSKI, Mark W.; YOUNG, Hugh D. **Física 1, 2, 3 e 4: mecânica da partícula e dos corpos rígidos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1983.

SERWAY, Raymond A. **Física 1, 2, 3 e 4: mecânica e gravitação.** 3. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1996.

AFONSO, Marcelo; FINN, Edward J. **Física.** São Paulo: Addison Wesley, 1999.

GOLDEMBERG, J., **Física Geral e Experimental.** 3. ed. São Paulo: Nacional, 1977. Vol. I, II e III.

TOPOGRAFIA APLICADA ÀS CIÊNCIAS AGRÁRIAS / CH: 60

Introdução à topografia às ciências agrárias. Noções elementares de um levantamento topográfico. Divisão da Topografia. Equipamentos utilizados em levantamentos topográficos. Elementos básicos para as medições topográficas. Levantamento topográfico (Planimetria, Altimetria e Planialtimetria). Projeções cotadas – complementação: plano e superfície topográfica. Modelo de medições terrestres. Estudo e locação de plataforma para as obras rurais. Rumos e Azimutes (Coordenadas e transformações). Soma subtração, multiplicação e divisão de ângulos (Enquadramento ao sistema sexagesimal)/transformação de grau em grado. Correção de rumos e Azimutes em poligonais fechadas. Notas sobre a locação de obras rurais, edificações, etc. Locação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BORGES, A. C. **Topografia Aplicada à Engenharia Civil Volume I.** São : Edgard Blucher, 1977.

MACCOMARC, J. C. **Topografia 5ª Edição.** Rio de Janeiro: Ltc 2007.

CASACA, J. M. **Topografia Geral 4ª Edição.** Rio de Janeiro: LTC, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORGES, A. C. **Topografia Aplicada à Engenharia Civil Volume II.** São : Edgard Blucher, 1992

BORGES, A. C. **Exercícios de topografia.** São Paulo: Edgard Blucher, 1995

COMASTRI, José Aníbal.; CARVALHO, Carlos A.B. **Estradas (traçado geométrico).** Minas Gerais: UFV, 1996

QUARTO PERÍODO**ESTATÍSTICA BÁSICA / CH: 60**

Introdução. Estatística Descritiva: Conceitos Fundamentais, Tratamento de Dados. Teoria da Probabilidade. Amostragem, Técnicas de Amostragem, Distribuições Amostrais, Intervalos de Confiança. Testes de t, e F e qui-quadrado Regressão linear. Correlação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FONSECA, J. S., MARTINS, G. de A.: **Curso de Estatística: 6ªed:** São Paulo: Atlas 2006.

MARTINS, G. de A.. **Princípios de estatística: 900 exercícios resolvidos e propostos**. 4ª ed. São Paulo. Atlas, 1990.

RIBEIRO JÚNIOR, J. I.. **Análise estatística no Excel: guia prático**. 1ª ed. Viçosa. UFV. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PIMENTEL-GOMOS, F. **Estatística aplicada a experimentos agrônômicos e florestais**, 1ª ed. Piracicaba-SP: FEALQ, 2002.

CRESPO, A. A. **Estatística fácil**, 18ª. ed. São Paulo. Saraiva, 2002

MEYER, P., **Probabilidade: Aplicações a estatística**, 2ª ed, Rio de Janeiro, LTC, 1983.

SPIEGEL, M. R. **Estatística**. 3ª ed. São Paulo. Makron Books. 1983.

TOLEDO, G. L.. **Estatística básica**. 2ª ed. São Paulo. Atlas. 1985.

GENÉTICA BÁSICA E EVOLUÇÃO / CH: 60

Natureza e função do material genético. Estrutura do DNA e RNA. Código Genético e ação gênica. Noções de Engenharia Genética. Aplicações atuais de biotecnologia na área de Ciências Agrárias. Genética Fisiológica. Genes e desenvolvimento. Conceito de Gene clássico e moderno. Fundamentos de genética clássica. Cromossomos sexuais e genética do sexo. Mutação gênica, cromossômica e numéricas. Genética de microrganismos. Herança extra-cromossômica. Genética Quantitativa e Genética de Populações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

JUNQUEIRA, L. C U. & CARNEIRO, J. **Biologia Celular e Molecular**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

RAMALHO, M.A.P.;SANTOS, J.B.:PINTO, A.B.P. **Genética na Agropecuária**. Lavras: Ed. UFLA, 2008.

VIANA, J. M. S. et al. **Genética**. Volumes 1 e 2. Viçosa, MG: UFV, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SCHUSTER, I. **Estatística genômica aplicada a populações derivadas de cruzamentos controlados**. Viçosa: UFV. 2004. 568p.

ALMEIDA, A. F. **O melhoramento vegetal e produção de sementes na Embrapa**. Brasília. EMBRAPA - SPI. 1997.

CRUZ, C. D. **Princípios de genética quantitativa**. Viçosa. Editora: UFV, 2005.

CRUZ, C. D. *et al.* **Genética**. Vol.II. Viçosa: UFV. 2001.

VIANA, J. M. S. *et al.* **Genética**. Vol. 1 e 2. Viçosa, MG: UFV, 2002.

MICROBIOLOGIA AGRÍCOLA / CH: 60

Evolução e importância da microbiologia. Caracterização e classificação dos microrganismos. Noções básicas sobre bactérias, fungos, vírus e nematóides. Fatores que influenciam o crescimento de microrganismos. Metabolismo, nutrição, controle e Cultivo de microrganismos. A microbiota do solo e da água. Fixação biológica de nitrogênio. Micorrizas. Compostagem. Biodigestor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PELCZAR, M. J.; CHAN, E. C. S.; KRIEG, N. R. **Microbiologia**. Vol. 1. Editora Markron Books do Brasil. 2005.

SIQUEIRA, J.O.; MOREIRA, F.M.S. **Microbiologia e bioquímica do solo** – 2006 Ed. UFLA (Livraria Ceres).

TORTORA, G.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. **Microbiologia**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TRABULSI, L. R.; ALTESTHUM, F. **Microbiologia**. 5 ed. 2008.

MELO, I. S.; AZEVEDO, J. L. **Ecologia microbiana**. Jaguariúna: EMBRAPA/CNPMA, 1998.

JUNQUEIRA, L.C. & CARNEIRO, J. **Biologia Celular e Molecular**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

FISIOLOGIA VEGETAL / CH: 60

Relações Hídricas no sistema solo-planta-atmosfera. Fotossíntese. Respiração. Nutrição mineral e orgânica. Transporte de solutos orgânicos. Hormônios vegetais. Crescimento e desenvolvimento vegetativo. Fotoperiodismo. Graus dias. Dormência e germinação. Senescência e abscisão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

TAIZ, L.; ZEIGER, E. **Fisiologia Vegetal**. Trad. Eliane Romanato Santarém...[et al.]. – 3.ed. – Porto alegre: Artmed, 2004.

PAIVA, R. & OLIVEIRA, L. M; **Fisiologia e Produção Vegetal**. Viçosa. Editora: UFV. 2006.

PRADO, C. H.de A; CASALI, C.A. **Fisiologia vegetal:Práticas em relações hídricas, fotossíntese**. Editora: MANOLE. 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MAESTRE, MOACIR, et al. **Fisiologia Vegetal. Exercícios Práticos**. Viçosa - MG. Editora: UFV. 1998.

MORENGO, R.A. & LOPES, N.F.. **Fisiologia vegetal – Fotossíntese, respiração, relações hídricas e nutrição mineral**. 2 ed. Viçosa. Editora: UFV, 2007.

CUTTER, E. G. **Anatomia Vegetal, Células e Tecidos. Vol. 1, 2 ed**. São Paulo: Livraria Roca Ltda, 1986.

EPSTEIN, Emanuel; BLOOM, Arnold J. **Nutrição mineral de plantas: princípios e perspectivas**. Manaus: 2004. 400p.

CASTRO, P. R B.; KLUGE, R. A. & SESTARI, I. **Manual de Fisiologia Vegetal: Fisiologia de Cultivos**. Piracicaba: Editora Agronômica Ceres, 2008. 864 p.

SENSORIAMENTO REMOTO E GEOPROCESSAMENTO CH: 60

Conceitos e fundamentos de sensoriamento remoto. Sistema de Satélites. Características Espectrais de Solo. Características Espectrais de Vegetação. Aplicações em Geologia. Recursos Hídricos. Índices de Vegetação. Balanço de Energia da Superfície Terrestre. Monitoramento das Secas. Usos do Solo Urbano. Monitoramento de queimadas. Previsão de Safra Agrícola. Classificação de Imagem Digital. Processamento de Dados de Satélites. Sistema de Informações Geográficas. Conceituação e Importância do Geoprocessamento. Aquisição de dados espaciais. Criação de uma base de dados georreferenciada. Elaboração de mapas temáticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERREIRA, A. G. **Interpretação de imagens de satélites meteorológicos: Uma visão prática e operacional do hemisfério sul.** ETILO:Brasília, 2002. Pag. 270.

MOREIRA, M. A. **Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação.** 3 ed.Viçosa: Editora UFV. 2005. 421p.

IBGE: **Manual Técnico de Geociências nº 8 Noções Básicas de Cartografia.** Rio de Janeiro, Ed. IBGE, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NOVO, E.M.L.M. **Sensoriamento remoto - princípios e aplicações.** 2.ed. São José dos Campos: Edgard Blucher, 1992.

MONICO, João Francisco Galera. **Posicionamento pelo NAVSTAR-GPS: descrição, fundamentos e aplicações.** UNESP : São Paulo, 2000. Pag.287.

ASSAD, E.D.; SANO, E.E, ed. **Sistema de informações geográficas: aplicações na agricultura.** – 2.edBrasília: Embrapa-SPI/Embrapa CPAC, 1998MARTINELLI, M.: **Curso de cartografia temática.** Ed. Contexto. São Paulo, 1991.

DRUCK, S.; CARVALHO, M.S.; CÂMARA, G.; Monteiro, A.V.M. (eds) "**Análise Espacial de Dados Geográficos**". Brasília, EMBRAPA, 2004

NOVO, E.M.L.M. **Sensoriamento Remoto: Princípios e Aplicações.** 3ª Edição. Editora Blücher. São Paulo, 2008.

QUINTO PERIODO**AGROMETEOROLOGIA / CH: 60**

Estrutura e composição da atmosfera terrestre. Relações astronômicas Terra-Sol. Radiação solar. Balanço da energia. Temperatura do ar e do solo. Psicrometria. Evaporação e evapotranspiração. Precipitação atmosférica. Balanço hídrico. Classificação climática. Zoneamento agroclimático. Circulação atmosférica, tempo e clima. Mudanças climáticas globais. Aplicações da meteorologia e climatologia na agropecuária. Adversidades climáticas à agricultura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HOLTON, J.R. **An Introduction to Dynamic Meteorology**. 3 ed. Academic Press, 1992.

MENDONÇA, F e DANNI-OLIVEIRA, I.M. **Climatologia** – Noções Básicas e climas do Brasil, São Paulo, Oficina de Textos, 2007

OLIVEIRA, L. L.; VIANELLO, R. L.; FERREIRA, N. J. **Meteorologia fundamental**. Edifapes, 2001, 432 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AYOADE, J.O. **Introdução à Climatologia para os Trópicos**. 4 ed. Editora Bertrand Brasil, 1996.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instituto Nacional de Meteorologia. **Agrometeorologia dos Cultivos** – O fator meteorológico na produção agrícola. Brasília – DF : INMET, 2009

Associação Brasileira para Pesquisa do Potassa e do Fosfato, Ecofisiologia da Produção Agrícola. 1987, 249p.

REIMAR CARLESSO et al. **Usos e Benefícios da Coleta Automática de dados meteorológicos na agricultura**, Santa Maria, Ed. UFSM, 2007, 170 p.

EXPERIMENTAÇÃO AGRÍCOLA / CH: 60

Princípios básicos de experimentação. Planejamento de experimentos. Delineamentos experimentais: inteiramente ao acaso, blocos casualizados, experimentos fatoriais, quadrados latinos. Elementos de análise de variância: Teste de comparações múltiplas: contrastes, Tukey, Duncan e Scheffé. Regressões polinomiais. Fundamentos de estatística não paramétrica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BANZATTO, D. A; KRONKA, S. do N. **Experimentação agrícola** – 4 ed. Editora: FUNEP, 2006. 10

GOMES, F. P; GARCIA, C. G. **Estatística aplicada a experimentos agrônômicos e florestais**. Volume 11. 2002. 10

JUNIOR, J. I. R. **Análises estatísticas no Excel – Guia prático**. Viçosa. Editora: UFV, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBIN, D. **Planejamento e análise estatística de experimentos agrônômicos**. Viçosa. Editora: UFV, 2003. 9

GOMES, F. P. **Curso de estatística Experimental**. São Paulo: Nobel, 1990. 5

RESENDE, M. D. V. **Matemática e estatística na análise de experimentos e no melhoramento genético**. Colombo. Editora EMBRAPA. 2007 4

TOLEDO, G. L. & OVALLE, I. I. **Estatística básica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1995. 5

ANDRADE, G. M. DONAIRE, D. **Princípios de estatística**. 4º ed. São Paulo. Editora Atlas. 2006. 12

FERTILIDADE DO SOLO E NUTRIÇÃO DE PLANTAS / CH: 60

Conceito de fertilidade e produtividade. Composição do solo. Elementos essenciais e benéficos. Nitrogênio, fósforo, potássio, enxofre, cálcio e magnésio no solo e planta. Elementos não essenciais relacionados com a nutrição de plantas: silício, cobalto, sódio. Micronutrientes no solo e planta. Funções dos elementos na planta. Influência da adubação na qualidade dos produtos agrícolas. Métodos de análise de solo e calcário. Absorção e troca de íons. Reação do solo. Acidez do solo e calagem. Absorção iônica radicular. Absorção foliar. Sintomas visuais de deficiência mineral. Adubação e calagem das principais culturas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

EPSTEIN, E; BLOOM, A. J. **Nutrição mineral de plantas: princípios e perspectivas**. Manaus: 2004. 400p

SANTOS, R. D. **Manual de descrição e coleta de solo no campo**. 3 ed. Campinas. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2005

MALAVOLTA, Eurípedes. **Manual de nutrição mineral de plantas**. São Paulo: EDITORA AGE LTDA, 2006. 630p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SOUSA, D. M. G. de, LOBATO, E. **CERRADO: correção do solo e adubação**. Ed. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2004.

EMBRAPA SOLOS. **Manual de análises químicas de solos, plantas e fertilizantes**. Rio de Janeiro: EMBRAPA. 2009.

FONTES, P. C. R. **Diagnóstico do estado nutricional de plantas**. Viçosa. Editora: UFV, 2005.

TREH, F. R. **Solos e fertilidade do solo**. São Paulo: Andrei. 2007.717p.

NOVAIS, R. F.; ALVAREZ V, V. H.; BARROS, N. F.; FONTES, R. L.; CANTARUTTI, R. B.; NEVES, J. C. L. **Fertilidade do Solo**. 1 Ed. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciências do Solo, 2007. 1017 p.

FITOPATOLOGIA AGRÍCOLA / CH: 60

Patogênese e epidemiologia. Variabilidade e resistência a fitopatógenos. Diagnose e provas de patogenicidade. Classificação de doenças de plantas. Princípios gerais de controle de doenças de plantas. Manejo integrado de fito-doenças em plantas cultivadas. Manejo de patógenos em sementes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERGAMIN FILHO, A., KIMATI, H., AMORIM, L. **Manual de Fitopatologia. Vol. 01.** 5 ed. São Paulo. Editora: Ceres, 2011

VALE, F. X. R., ZAMBOLIM, L. **Controle de Doenças de Plantas: Grandes Culturas.** Viçosa, MG, UFV. Brasília; Ministério da Agricultura e do Abastecimento, 1997.

LOPES, C. A; COSTA, H; ZAMBOLIM, L; PICANÇO, M. C; **Manejo Integrado de Doenças e Pragas – Hortaliças.** Viçosa-MG. Editora: UFV. 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERGAMIN FILHO, A., KIMATI, H., AMORIM, L. **Manual de Fitopatologia. Vol. 02.** 5 ed. São Paulo. Editora: Ceres, 2005.

ALFENAS, A. C.; MAFIA, R. G. **Métodos em Fitopatologia.** Viçosa. Editora: UFV. 2007.

ROMEIRO, REGINALDO da SILVA. **Bactérias Fitopatogênicas.** 2 ed. Viçosa-MG. Editora: UFV. 2005.

ZAMBOLIM, L. et. al. **Produtos Fitossaniários (Fungicidas, Inseticidas, Acaricidas e Herbicidas).** UFV, 2008. 652p.

ZAMBOLIN, L. **Sementes: qualidade fitossanitária.** Viçosa: UFV, 2005.

HIDROLOGIA E MANEJO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS / CH: 60

O ciclo hidrológico; Bacias hidrográficas; A água no solo; Atmosfera: composição e estrutura, elementos meteorológicos, circulação, precipitações (formação, medição e análise das chuvas); Evapotranspiração; Infiltração de água no solo; Escoamento Superficial; Estudo de vazão em curso d'água. Morfologia e hidrologia das bacias hidrográficas. Planejamento e utilização de bacias hidrográficas. Conceitos básicos sobre recursos hídricos. Legislação relacionada a recursos hídricos e ambientais. Aspectos institucionais. Aspectos conceituais de gestão de recursos hídricos. Modelos de avaliação/gestão de recursos hídricos (MAGs). Instrumentos de gestão de recursos hídricos. Aspectos técnicos relacionados ao planejamento e manejo integrados dos recursos hídricos. Utilização de sistema de informações geográficas para o planejamento de recursos hídricos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GARCEZ, L.N., ALVAREZ. G.A. **Hidrologia**. Edgar Blucher. 1998.

PINTO, Nelson L. de Sousa. **Hidrologia básica**. São Paulo: Edgard Brucher. 1976.

TUCCI, C.E.M. **Hidrologia, Ciência e aplicação**. Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS; ABRH. 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANDÃO, V. dos S; PRUSKI, F. F; DAVID, D. da S. **Infiltração da Água no Solo**. 3 ed. Viçosa. Editora UFV, 2009.

VALENTE, O. F; GOMES, M. A. **Conservação de Nascentes – Hidrologia e Manejo de Bacias Hidrográficas**. Editora: Aprenda Fácil Editora LTDA, 2005.

SCHWAB, G. O; FREVERT, R. K; EDMINSTER, T. W. & BARNES, K. K. **Soil and water conservation engineering**. New York: John Willey and Sons, 1981. 525 p.

PRUSK, F. F; BRANDÃO, V. dos S; SILVA, D. D, da. **Escoamento Superficial**. Viçosa. Editora UFV, 2003.

REBOUÇÃS, A. C., et. al. **Águas Doces no Brasil**. 3º Edição. São Paulo. 2006.

ENTOMOLOGIA AGRÍCOLA / CH: 60

Introdução, histórico e importância da Entomologia, noções de ecologia ligada à Entomologia, conceito de inseto praga, métodos de controle, conceitos gerais de manejo integrado de pragas, inseticidas, principais grupos, uso adequado, tecnologia de aplicação. Estudos sobre critérios de avaliação de impactos ambientais causados por defensivos agrícolas. Estudo do

comportamento das principais pragas das culturas de importância econômica. Aspectos toxicológicos dos defensivos agrícolas. Receituário Agrônomo, principais passos na sua execução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GALLO, Domingos et al. Entomologia agrícola. Piracicaba: FEALQ, 2002.

ALMEIDA, Pedro José de. **Intoxicação por Agrotóxicos**. Ed Andrei. São Paulo, SP.

ALVES, S. B. **Controle Microbiano de Insetos**. São Paulo: Manole, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARANTES, N e; SOUZA, P. I. de M. de. ARANTES, N. E.; Souza P. I. M. **Cultura da Soja nos Cerrados**. Piracicaba: Potafos, 1993.

FANCELLI, A. L. (Org.); DOURADO NETO, Durval (Org.). **Produção de feijão**. Piracicaba/SP: Livrocere, 2007. v. 1. 386 p.

VIEIRA, C., PAULA JÚNIOR, T.J. de, BORÉM, A. **Feijão**. Viçosa: Editora UFV, 2006.

MIRANDA, G. V.; GALVÃO, J. C. **Tecnologias de produção de milho**. Viçosa, MG: UFV. 2004. 366p.

KREBS, J. R., DAVIES, N. B.. **Introdução à ecologia comportamental**. São Paulo: Atheneu Editora, 1966. 420 p.

HIDRÁULICA, IRRIGAÇÃO E DRENAGEM / CH: 60

Hidrostática e hidrodinâmica. escoamento em condutos forçados. Pequenas barragens de terra. Instalações de recalque. escoamento em condutos livres. A água no solo. Relações solo-água-planta e atmosfera. Necessidade de água pelas culturas. Irrigação por aspersão. Irrigação localizada. Irrigação por superfície. Drenagem Agrícola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO NETO, J. M. **Manual de hidráulica**. São Paulo. Edgard Blucher, 1977.

BERNARDO, S. **Manual de Irrigação**. 8 ed. Viçosa: UFV - Imprensa Universitária, 2006.

PEREIRA P. E.; OZAMAR F.; **Uso e manejo da irrigação**, EMBRAPA, Brasília, 2008, 528p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GALETI P. A.; **Guia do Agropecuário – Água**, IAC, 1983, 135 p.

MAROUELLI W. A.; SILVA H.R.; **Irrigação por aspersão em hortaliças**, Embrapa, 2008, 150 p.

FRIZZONE J.A.; **Planejamento de irrigação – Análise de decisão e investimento**, Embrapa, 2005

COSTA E. F. et AL.; **Quimigação – Aplicação de produtos químicos e biológicos via irrigação**, EMBRAPA – Brasília, 1994, 315 p

MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO E ÁGUA/ CH: 60

O solo agrícola; a água no solo; o movimento da água no solo; a erosão e seu impacto; principais formas de ocorrência da erosão hídrica e tolerância de perdas de solo. Fatores que interferem na erosão hídrica do solo. Principais metodologias disponíveis para estimar as perdas de água e solo (USLE, RUSLE, WEPP). Planejamento conservacionista baseado na capacidade de uso do solo. Práticas conservacionistas e sistemas de preparo e manejo do solo. Práticas de controle da erosão do solo. Uso da bacia hidrográfica no manejo e conservação do solo e da água.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERTONI, J.; LOMBARDI, N. F., **Conservação do solo**. 6ª Ed. São Paulo: Ícone, 2008. 355p.

BRANDÃO, V. S.; CECÍLIO, R. A.; PRUSKI, F.F. **Infiltração da Água no solo**. 3ª Ed. Editora UFV. 2006. 120 p.

PRUSKI, F. F. **Conservação de solo e água: Práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica**. Viçosa: Editora UFV. 2006. 240 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SOUZA, C. M.; PIRES, F. R. **Práticas mecânicas de conservação do solo e da água**. Viçosa: Editora UFV. 2006. 216 p.

SHNEIDER, P.; GIASSON, E.; KLANT, E. **Classificação da Aptidão Agrícola das Terras**, Guaíba:Agrolivros, 2007, 72p.

GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. **Erosão e Conservação dos Solos : Conceitos Temas e Aplicações** 4º Edição, Bertand Brasil, 2009, 340p.

SCHWALE, G. O.; FANGMEIER, D. D.; ELLIOT, J.W. **Soil and Water Conservation Enginnering** 4º Edition.

CARVALHO M. A.;RENATO F. A. **Cerrado: A adubação verde**, EMBRAPA, 2006, 369 p.

MECÂNICA E MÁQUINAS AGRÍCOLAS / CH: 60

Conhecimentos básicos da mecânica aplicada à agricultura. Tratores agrícolas. Máquinas agrícolas e implementos usados no preparo do solo. Máquinas agrícolas usadas em semeadura convencional. Máquinas agrícolas usadas em aplicação de defensivos agrícolas. Máquinas agrícolas usadas na colheita de grãos. Utilização e regulagens das principais máquinas e implementos agrícolas. Análise e desempenho operacional das máquinas agrícolas. Seleção de máquinas agrícolas. Agricultura de precisão. Gerenciamento das operações agrícolas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SILVEIRA, Gastão Moraes da. **Máquinas para colheita e transporte**. Aprenda fácil: Viçosa: 2001. Pag.290.

SILVEIRA, Gastão Moraes da. **Máquinas para plantio e condução das culturas**. Viçosa: Aprenda fácil, 2001. Pag.333.

SILVEIRA, Gastão Moraes da. **Os cuidados com o trator**. Aprenda fácil, Viçosa: 2001. Pag. 309

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, Adilson de Paula Almeida. **Manejo de pastagens**. CPT, Viçosa: 2007.pag. 124.

PORTELLA, José Antonio. **Colheita de grãos mecanizada: implementos, manutenção e regulagem**. Aprenda fácil, Viçosa: 2000. Pag. 190.

SILVEIRA, Gastão Moraes da. **Máquinas para a pecuária**. São Paulo: NOBEL, 1997. P.124.

PORTELLA, José Antonio. **Semeadoras para plantio direto**. Aprenda fácil, Viçosa: 2001. Pag. 249.

ORTIZ-CAÑAVATE, J. **Las maquinas agrícolas y su aplicación**. 6 ed. Aedos, Espanha, 2003, pag. 526.

MELHORAMENTO GENÉTICO DE PLANTAS/ CH: 60

Importância e objetivos do melhoramento genético de plantas. Mecanismos evolutivos das espécies cultivadas. Variabilidade genética existente. Sistemas reprodutivos das plantas e sua relação com o melhoramento. Herança qualitativa e quantitativa; tipos de ação gênica; interação

genótipo e ambiente. Métodos de melhoramento das plantas autógamas. Métodos de melhoramento das plantas alógamas. Melhoramentos para resistência às doenças e pragas. Biotecnologia aplicada ao melhoramento genético.

Melhoramento por indução de mutações, agentes mutagênicos e utilização. Melhoramento das principais culturas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BORÉM, A; MIRANDA, G. V. **Melhoramento de plantas** – 4 ed. Viçosa. Editora: UFV, 2005.

BORÉM, ALUIZIO. **Melhoramento de espécies cultivadas**. 2 ed. Viçosa. Editora: UFV, 2005.

RAMALHO, M.A.P.; SANTOS, J.B.; PINTO, A.B.P. **Genética na Agropecuária**. Lavras: Ed. UFLA, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORÉM, ALUIZIO. **Hibridação artificial de plantas**. Viçosa. Editora: UFV, 1999.

ALMEIDA, A. F. **O melhoramento vegetal e produção de sementes na Embrapa**. Brasília. EMBRAPA - SPI. 1997.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I / CH: 60

Estágio Supervisionado com carga horária mínima de 60 horas em Instituições Públicas ou Privadas de Ensino, Pesquisa, Extensão e prestação de serviços relacionados à área do agronegócio. Atividade individual orientada por um docente do Departamento e um supervisor da Empresa ou Instituição, de acordo com o plano de trabalho previamente estabelecido. Apresentação de relatório das atividades desenvolvidas no prazo estabelecido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez. 2000.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. Atlas : São Paulo, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HINDLE, T. **Como fazer apresentações**. São Paulo: Publifolha, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR - 6023 - **Informação e documentação - referências - elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: VOZES, 2007.

MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. Atlas, São Paulo: 2006.

SÉTIMO PERÍODO

FORRAGICULTURA E NUTRIÇÃO ANIMAL / CH: 60

Importância, potencial de produção e terminologia de pastagens, princípios de ecologia e fisiologia vegetal aplicada ao manejo de plantas forrageiras e pastagens; características desejáveis numa planta forrageira; formação, adubação, manejo e divisão de pastagens; estacionalidade de produção de plantas forrageiras e técnicas de conservação de forragens (ensilagem e fenação). Estudo das características gerais e específicas, manejo e multiplicação das principais gramíneas e leguminosas forrageiras. Estudo dos alimentos, valor nutricional, análise bromatológica e qualitativa. Estudo das exigências nutricionais e particularidades do metabolismo dos nutrientes para animais ruminantes e não ruminantes. Balanceamento de rações e elaboração de misturas minerais e vitamínicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SILVA, D. J.; QUEIROZ, A. C. **Análise de Alimentos (métodos químicos e biológicos)**. Viçosa: Imprensa Universitária, 2002.

ANDRIGUETTO, J. M. **Nutrição Animal: As bases e os fundamentos da nutrição animal. - Os alimentos**. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1980.

LANA, R. de P. **Nutrição e alimentação animal**. Viçosa. Editora: UFV, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR, A. P. A. **Manejo de pastagens**. Guaíba: Agropecuária, 1998.

CUNHA, M. K.; DE CERQUEIRA JÚNIOR, W. R. **I Encontro Estadual de Pastagens do Tocantins. Anais. Planaltina-DF**: Embrapa Cerrados, 2006. 74 p.

DE SOUSA, D. M. G. **Cerrado: correção do solo e adubação**. 2. Ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 416 p.

LANA, R. de P. **Sistema viçosa de formulação de rações**. 3 ed. Viçosa. Editora: UFV, 2005.

PEIXOTO, A. M.; MOURA, J. C.; FARIA, V. P. **Produção de bovinos a pasto**. Piracicaba: USP/FEALQ, 1995.

FRUTICULTURA TROPICAL / CH: 60

Conceito e importância da fruticultura nos aspectos econômicos, social e alimentar. Planejamento de pomares comerciais. Métodos de propagação. Aspectos econômicos e técnicos de produção. Classificação botânica, tratamentos culturais, nutrição e adubação, aspectos fitossanitários, colheita, conservação, custos de produção e comercialização das frutíferas de importância econômica. Frutíferas nativas do Cerrado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CUNHA, G. A. P. da; CABRAL, J. R. S; SOUZA, L. F. da S. **O abacaxizeiro. Cultivo, agroindústria e economia**. Cruz das Almas: EMBRAPA-CNPMF, 1999.

FERREIRA, J. M. S; WARWICK, D. R. N; SIQUEIRA, L. A; **A cultura do coqueiro no Brasil**. 2 ed. Aracaju: EMBRAPA-CPATC, 1997.

CASTRO, P. R. C. **Ecofisiologia de Fruteiras Tropicais**. São Paulo, Editora Nobel, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Embrapa. **MANGA. Produção: aspectos técnicos** / Aristóteles Pires de Matos, organizador; Embrapa Mandioca e Fruticultura (Cruz das Almas, BA). – Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000. 63p. ; (Frutas do Brasil; 4).

CÉSAR, H. P. **Manual Prático do Enxertador**. São Paulo, Editora Nobel. 1996.

INGLEZ SOUSA, J.S. **A Poda das plantas frutíferas**. 2.ed.rev.e ampl. São Paulo, Editora Nobel. 2005.

GOMES, P. **Fruticultura brasileira**. São Paulo: Editora Nobel, 2000.

OLERICULTURA / CH: 60

Conceito e importância da olericultura nos aspectos econômico, social e alimentar. Métodos e técnicas para implantação e manejo dos cultivos hortaliças (herbáceas, bulbares, frutos e condimentares). Classificação botânica, exigências edafoclimáticas, nutrição e adubação, tratamentos culturais, aspectos fitossanitários, colheita, conservação, custos de produção e comercialização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FILGUEIRA, F. A. R. **Novo Manual de Olericultura: agrotecnologia moderna na produção de hortaliças**. 3 ed. Viçosa. Editora UFV. 2008.

ZAMBOLIM, L; LOPES, C. A; PICANÇO, M. C; COSTA, H. **Manejo integrado de doenças e pragas – Hortaliças**. Viçosa-MG. Editora: UFV, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SOUZA, J. L.; RESENDE, P. **Manual de horticultura orgânica** – Viçosa, MG: Ed. Aprenda Fácil – CPT. 2003.

MINAMI, K. **Produção de mudas de alta qualidade em horticultura**. São Paulo: Editora T. A. Queiroz. 1995.

ALBERONI, Robson de Barros. **Hidroponia**. São Paulo: NOBEL, 1998. 102 p.

LOPES, C.A. & QUEZADO-SOARES, A.M. **Doenças bacterianas das hortaliças - diagnose e controle**. Brasília: EMBRAPA – CNPH. 1997.

FILHO PEREIRA, I.A. **O cultivo do milho-verde**. Editor técnico. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnologia, 2003. 204.p

MANEJO DE PLANTAS DANINHAS / CH: 60

Biologia das plantas daninhas. Competitividade e agressividade das plantas daninhas. Métodos de controle. Manejo de plantas daninhas. Estudo dos herbicidas nas culturas. Interação herbicida x solo. Classificação dos herbicidas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LORENZI, HARRI. **Manual de identificação e controle de plantas daninhas**. Plantio direto e convencional. 6 Ed. Nova Odessa - SP: Editora: PLANTARUM, 2006.

ZAMBOLIN, L. **Manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas**. Viçosa: Editora UFV. 2000.

KISSMANN, K. G. Plantas infestantes e nocivas. Vol. 1 e 2. São Paulo: BASF, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LORENZI, H. **Plantas daninhas do Brasil: terrestres, aquáticas, parasitas e tóxicas**. Nova Odessa-SP: Instituto Plantarum, (4. ed.) 2008, 640p.

SILVA, A.A.; SILVA, J.F. **Tópicos em manejo de plantas daninhas**. Viçosa-MG: UFV, 2007, 367p.

SILVICULTURA / CH: 60

Conceitos gerais e importância da silvicultura. Benefícios diretos e indiretos da floresta. Principais usos da madeira de reflorestamento. Métodos de propagação de espécies florestais. Produção de sementes florestais melhoradas. Técnicas de quebra de dormência e armazenamento de sementes de espécies florestais. Espécies nativas potenciais para reflorestamento. Produção de mudas de espécies florestais e a implantação de povoamentos. Sistemas agrosilvipastoris: aspectos básicos e indicações; dendrometria exploração comercial de madeira. Rentabilidade econômica comparativa entre plantios florestais, sistemas agroflorestais e cultivos agrícolas, Inventário Florestal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GALVÃO, A. P. **Reflorestamento de Propriedades Rurais para Fins Produtivos e Ambientais**. Colombo: EMBRAPA FLORESTAS, 2000.

CAMPOS, J. C.; LEITE, H. G. **Mensuração Florestal. Perguntas e Respostas**. 3ª Edição. Editora UFV. Viçosa – MG. 2009.

HOSOKAWA, R. T.; MOURA, J. B.; CUNHA, U. S. **Introdução ao Manejo e Economia de Florestas**. Editora UFPR. Curitiba – PR. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DUBOIS, J. C. L. **Manual Agroflorestal para a Amazônia**. Rio de Janeiro: REBRAF, 1996.

GONÇALVES, W.; PAIVA H, N. **Silvicultura Urbana – Implantação e Manejo. Coleção Jardinagem e Paisagismo**. Editora Aprenda Fácil. Viçosa – MG. 2006.

SHIMIZU, J. Y. **Pinus na Silvicultura Brasileira**. EMBRAPA Florestas, Colombo – PR. 2008.

CARVALHO, P. E. R. **Espécies Arbóreas Brasileiras**. Volume 03. EMBRAPA Informação Tecnológica. Brasília – DF. 2008.

RESENDE, J. L. P.; OLIVEIRA, A. D. **Análise econômica e social de projetos florestais**. 2ª edição. Editora UFV. Viçosa – MG, 2008.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II/ CH: 60

Estágio Supervisionado com carga horária mínima de 60 horas em Instituições Públicas ou Privadas de Ensino, Pesquisa, Extensão e prestação de serviços relacionados à área do agronegócio. Atividade individual orientada por um docente do Departamento e um supervisor da Empresa ou Instituição, de acordo com o plano de trabalho previamente estabelecido. Apresentação de relatório das atividades desenvolvidas no prazo estabelecido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HINDLE, T. **Como fazer apresentações**. São Paulo: Publifolha, 1999

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez. 2000

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HINDLE, T. **Como fazer apresentações**. São Paulo: Publifolha, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR - 6023 - **Informação e documentação - referências - elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: VOZES, 2007.

MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. Atlas, São Paulo: 2006.

OITAVO PERÍODO

FITOTECNIA I / CH: 60

Culturas da soja, do arroz, do milho e do feijão. Origem e descrição botânica. Aspectos econômicos e estatísticos: Situação da cultura no Brasil e no Estado. Aptidão ecológica. Morfologia e Fisiologia da Cultura. Valor Nutritivo. Práticas culturais. Pragas e doenças. Nutrição e adubação. Maturação colheita e transporte. Comercialização da produção. Beneficiamento e industrialização. Melhoramento genético: objetivos e métodos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARANTES, N e; SOUZA, Plínio Itamar de Mello de . Arantes, N. E. & Souza P. I. M eds. **Cultura da Soja nos Cerrados**. Piracicaba: Potafos, 1993.

VIEIRA, C., PAULA JÚNIOR, T.J. de, BORÉM, A. **Feijão**. Viçosa: Editora UFV, 2006.

MIRANDA, Glauco Vieira; GALVÃO, João Cardoso. **Tecnologias de produção de milho**. Viçosa, MG: UFV. 2004. 366p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FANCELLI, A. L. (Org.); DOURADO NETO, Durval (Org.). **Produção de feijão**. Piracicaba/SP: Livrocere, 2007. v. 1. 386 p.

ZAMBOLIM, L. (Org.). **Ferrugem Asiática da Soja**. 1. ed. Viçosa: Departamento de Fitopatologia, 2006. v. 1. 140 p.

FORNASIERI, J. L., FILHO, D. F.; **Manual da cultura do arroz**. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 589p.

Informações Técnicas para a Cultura do Arroz Irrigado no Tocantins: Safra 2009/2009 – Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2008. Documento 227.

Informações Técnicas Sobre o Arroz de Terras Altas: Estados de Mato Grosso e Rondônia – Safra 2008/2009 – Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2008. Documento 224.

PAISAGISMO, PARQUES E JARDINS / CH: 60

Importância, aspectos econômicos e perspectivas do mercado interno e externo de flores tropicais e plantas ornamentais. Paisagismo: conceito e atuação. Abordagem sobre vegetação ornamental (herbáceas, arbustivas, arbóreas, palmeiras, coníferas, trepadeiras, cactos e suculentas). Noções e abordagem sobre espécies vegetais do cerrado com potencial ornamental. Aspectos fitossanitários em floricultura. Propagação sexuada e assexuada. Fisiologia e controle de florescimento. Fisiologia e manejo de pós-colheita de flores cortadas. Técnica e planejamento de produção comercial de flores cortadas e envazadas. Caracterização de jardins na paisagem. Vegetação na paisagem. Planejamento, implantação e manutenção de jardins e parques: aspectos gerais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO J. F. **Cerrado – Ecologia e Flora. Volume 01**. EMBRAPA Informação Tecnológica. Brasília – DF. 2008.

TERÃO, D.; CARVALHO, A. C. P. P.; BARROSO, T. C. S. F. **Flores Tropicais**. EMBRAPA Informação Tecnológica. Brasília – DF. 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LORENZI, H. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. 2. ed. Nova Odessa, SP: Editora Plantarum, 1998. v. 1., 368p.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. 2. ed. Nova Odessa, SP: Editora Plantarum, 1998. v. 2., 359p.

FILHO, J. A. L.; PAIVA, H. N.; GONÇALVES, W. **Paisagismo – Princípios Básicos. Coleção Jardinagem e Paisagismo.** Editora Aprenda Fácil. Viçosa – MG. 2001.

BRANDÃO, H. A. **Manual Prático de Jardinagem.** Editora Aprenda Fácil. Viçosa – MG. 2002.

SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO J. F. **Cerrado – Ecologia e Flora.** Volume 02. EMBRAPA Informação Tecnológica. Brasília – DF. 2008.

SEMENTES/ CH: 60

Importância da semente. Formação das sementes. A semente madura: estruturas e respectivas funções. Composição química. Maturação, germinação, dormência e deterioração. Estabelecimento de campos de produção, colheita e secagem. Beneficiamento, tratamento, embalagem e armazenamento de sementes. Introdução sobre a análise de sementes. Identificação de sementes. Reconhecimento das estruturas das sementes (mono e dicotiledôneas). Amostragem de sementes. Determinação do grau de umidade. Análise de pureza. Teste de germinação. Determinações adicionais. Uso das tabelas de tolerâncias. Extração de sementes de frutos carnosos. Visitas a campos de produção de sementes. Visitas a unidades de beneficiamento de sementes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PUZZI, DOMINGOS Abastecimento e Armazenagem de Grãos. Instituto Campineiro de Ensino Agrícola. 2000. Campinas, São Paulo. 666p.

ALMEIDA, A. F. **O melhoramento vegetal e produção de sementes na Embrapa.** Brasília. EMBRAPA - SPI. 1997.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.** Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. Regras para Análise de Sementes. Brasília, DF, 1992. 365p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARANTES, N e; SOUZA, Plínio Itamar de Mello de . Arantes, N. E. & Souza P. I. M eds. **Cultura da Soja nos Cerrados.** Piracicaba: Potafos, 1993.

MIRANDA, Glauco Vieira; GALVÃO, João Cardoso. Tecnologias de produção de milho. Viçosa, MG: UFV. 2004. 366p.

Informações Técnicas para a Cultura do Arroz Irrigado no Tocantins: Safra 2009/2009 – Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2008. Documento 227.

VIEIRA, C., PAULA JÚNIOR, T.J. de, BORÉM, A. **Feijão.** Viçosa: Editora UFV, 2006.

Informações Técnicas Sobre o Arroz de Terras Altas: Estados de Mato Grosso e Rondônia– Safra 2008/2009 – Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2008. Documento 224.

ZOOTECNIA GERAL / CH: 60

Zootecnia Geral busca apresentar a importância social e econômica da produção animal no Brasil e no mundo. A produção de alimentos de origem animal e a necessidade de suprir a demanda mundial. Características gerais da pecuária brasileira. Principais raças que interessam ao Brasil, bovinas, zebuínas, bubalinas, equinas, asininas, suínas, ovinas, caprinas e avícolas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRIGUETTO, J. M. **Nutrição Animal: as bases e os fundamentos da nutrição animal. - os alimentos.** vol 1. São Paulo: Nobel, 1983.

FABICHAK, I. **Pequenas construções rurais.** São Paulo: Nobel, 1983

FERREIRA, R. A. **Maior produção com melhor ambiente para aves, suínos e bovinos.** Viçosa-MG: Aprenda Fácil, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR, A. P. A. **Manejo de pastagens.** Guaíba: Agropecuária, 1998.

ANDRIGUETTO, J. M. **Nutrição animal.** 2 ed. São Paulo: Nobel, 1983. Vol. 1.

OLIVEIRA, M.E.S. **Bovinocultura Leiteira.** Jaboticabal: ed Funep, 2009

PIRES a.v. **Bovinocultura de Corte.** Piracicaba: FEALQ, 2010

PEIXOTO, A.M. **Bovinocultura Leiteira.** Piracicaba: FEALQ, 2000

DISCIPLINA OPTATIVA I/ CH: 60

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III / CH: 60

Estágio Supervisionado com carga horária mínima de 60 horas em Instituições Públicas ou Privadas de Ensino, Pesquisa, Extensão e prestação de serviços relacionados à área do agronegócio. Atividade individual orientada por um docente do Departamento e um supervisor

da Empresa ou Instituição, de acordo com o plano de trabalho previamente estabelecido. Apresentação de relatório das atividades desenvolvidas no prazo estabelecido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PEREIRA, J. C. C. **Fundamentos da bioclimatologia aplicados a produção animal**. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2005.

VIEIRA, M. I. **Pecuária Lucrativa: zootecnia pratica**. São Paulo: Prata. 2000. 136 p.

FABICHAK, I. **Pequenas construções rurais**. São Paulo: Nobel, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SANTOS, F. A. P; MOURA, J. C. de; FARIA, V. P. de. **Pecuária de corte intensiva nos trópicos**. Piracicaba: FEALQ, 2004. 398p. :il. In: **Anais do 5 Simpósio sobre Bovinocultura de corte**.

GONÇALVES, P. B. D; FIGUEIREDO, J. R. de; FREITAS, V. J. de F. **Biotécnicas aplicadas à reprodução animal**. 2. ed. São Paulo: ROCA, 2008. 395 p.

LODOÑHO HERNANDEZ, F. I; MÂNCIO, A. B; FERREIRA, A. S. **Suplementação mineral para gado de corte: novas estratégias**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 164p. :il.

MELADO, J. **Pastoreio racional voisin: fundamentos, aplicações, projetos**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2003. 296p. :il.

RIOS, T. A. **Ética e Competência**. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2006. 86p.

NONO PERÍODO

CIÊNCIAS DA RELIGIÃO / CH: 60

A antropologia e as interpretações do fenômeno religioso. Cultura e religião: valores e limites da interligação. Etnocentrismo e relativismo cultural. Religião e contemporaneidade. Diversidade na experiência religiosa, sincretismo, dignidade humana e cidadania, sociedade de consumo. Exigências e desafios do mundo contemporâneo. Encontros e desencontros entre a fé religiosa, razão moderna e contemporaneidade. A reflexão das ciências humanas sobre o fenômeno religioso. Os diferentes itinerários humanos em busca do transcendente. A nova perspectiva ética e o papel da religião.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CALIMAN, Pe C. (org). **A sedução do sagrado: o fenômeno religioso na virada do milênio**. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. 1995

CATAO, F. **O fenômeno religioso**. São Paulo, Letras & Letras, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOFF, L. **A Ética da Vida**. Brasília: Letraviva, 1999.

ELIADE, M. **Tratado de história das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FILORAMO, G. & PRANDI, C. **Ciências das religiões**. São Paulo: Paulus, 1999.

RAMPAZZO, L. **Antropologia, religiões e valores cristãos**. São Paulo: Loyola, 1996.

TORRES, Q. A. **O diálogo das religiões**. São Paulo: Paulus, 1997.

CONSTRUÇÕES RURAIS / CH: 60

Fundamentos de resistência dos materiais. Estruturas usuais na construção civil. Fundamentos de concreto armado. Planejamento de construções (orçamento). Materiais de Construção. Técnica da construção civil. Projeto de instalações rurais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

IRINEU, F. **Pequenas Construções Rurais**. São Paulo: Livraria Nobel, 1983.

PEREIRA, M. F. **Construções Rurais**. São Paulo: Editora e Livraria Nobel, Série Coleção Adolpho Ducke, 1980.

BAÊTA, F. C. & SOUZA, C. A. **Ambiência em Edificações Rurais: Conforto Animal**. São Paulo: Livraria Nobel, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORGES, A. C. **Prática das Pequenas Construções**. São Paulo: Edgar Blucher, 1986.

NEIZEL, E. **Desenho Técnico para a Construção Civil. Coleção Desenho Técnico**. São Paulo: EPU - EDUSP, 1974.

FITOTECNIA II / CH: 60

Culturas do algodão, girassol, mamona, pinhão manso e dendê. Origem e descrição botânica. Aspectos econômicos e estatísticos: situação da cultura no Brasil e no Estado. Aptidão ecológica. Morfologia e fisiologia da cultura. Práticas culturais. Pragas e doenças. Nutrição e adubação. Maturação colheita e transporte. Beneficiamento, industrialização e comercialização. Melhoramento genético: objetivos e métodos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DIAS, LUIZ ANTONIO dos SANTOS. **Cultivo do Pinhão Manso para Produção de Óleo Combustível**. Viçosa. Editora: FUSERMANN. 2007.

FILHO, A. S; **Mamona: Tecnologia agrícola**. Editora: FUNEP. 2005

SILVA, M. N. da. **A cultura do Girassol**. Jaboticabal: FUNEP/UNESP, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

UNGANO, M. R. G. **Cultura do Girassol**. Campinas, SP: Instituto Agrônomo. 2000. (Boletim técnico – IAC; 188).

FREIRE, E.C. **Algodão no cerrado do Brasil**. ABRAPA, Brasília. 2007. 918p.

CRIATIVIDADE, NEGOCIAÇÃO E EMPREENDEDORISMO/ CH: 60

Conceituações Básicas. Pontos Básicos de uma Negociação. A Importância da Comunicação na negociação. O uso da Neurolinguística na Negociação. Variáveis que Influenciam as Negociações: Poder, Tempo e Informação. O Planejamento da Negociação. Estratégias de Negociação. Estilos de Negociação. O processo criativo. Criativa e inovação. Empreendedorismo: conceito, histórico. O movimento empreendedor no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DORNELAS, José Carlos. **Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

HISRICH, Robert D. PETERS, Michael P. **Empreendedorismo 5 ed**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

SALIM, Cesar Simões [et al] **Construindo Planos de Negócios**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COLLINS, James C. **Empresas feitas para vencer**. Rio de Janeiro: Elsevier, São Paulo: Tecnologia Bancária, 2006.

DAVENPORT, Thomas H. **Missão Crítica: obtendo vantagens competitivas com os sistemas de gestão empresarial**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

SILVA, Antônio Carlos Teixeira da. **Inovação: como criar idéias que geram resultados**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

OPTATIVA II/ CH: 60

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV / CH: 60

Estágio Supervisionado com carga horária mínima de 60 horas em Instituições Públicas ou Privadas de Ensino, Pesquisa, Extensão e prestação de serviços relacionados à área do agronegócio. Atividade individual orientada por um docente do Departamento e um supervisor da Empresa ou Instituição, de acordo com o plano de trabalho previamente estabelecido. Apresentação de relatório das atividades desenvolvidas no prazo estabelecido

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR - 6023 - Informação e documentação - referências - elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

HINDLE, T. **Como fazer apresentações**. São Paulo: Publifolha, 1999.

Regulamento de Estágio Supervisionado do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da FACTO.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez. 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR - 6023 - Informação e documentação - referências - elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: VOZES, 2007.

MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. Atlas, São Paulo: 2006.

DÉCIMO PERÍODO

SOCIOLOGIA E EXTENSÃO RURAL / CH: 60

Antecedentes históricos da extensão rural no mundo e no Brasil; agentes e agências financiadoras de extensão rural, assistência técnica e fomento agrícola; extensão rural e a transição agroecológica; extensão rural e o agronegócio brasileiro; enfoque sistêmico e diagnóstico rápido participativo; recursos visuais e multimeios; métodos em extensão rural; jornalismo rural. Conceitos básicos em sociologia. A formação e o desenvolvimento da sociedade rural brasileira. Os processos sócio-econômico. A sociedade, o rural e o urbano. Processo de estratificação social. Os movimentos sociais no campo brasileiro. Os principais dilemas éticos nas organizações brasileiras. O campo da ética. Ética e Moral. Sistemas de entendimento ético. A ética e a sua influência no modelo de gestão. A ética e os valores humanos. Código de ética do Engenheiro Agrônomo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1992. 93p.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo Corporativo**. Rio de Janeiro: Editora Campus. 2003.

FERREIRA, Â. D. D. & BRANDENBURG, A. **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

THEODORO, S. H. **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável**. 1º edição. Editora Garamond. 2009.

JAKUBASZKO, RICHARD. **Marketing rural: como se comunicar com o homem que fala com Deus**. 2 ed. Viçosa. Editora: UFV, 2006.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2001.

SROUR, R. H. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: campus, 1998.

ABRANTES, J. **Associativismo e Cooperativismo**. Editora Interciência, 2004, Rio de Janeiro.

FITOTECNIA III / CH: 60

Culturas do café, sorgo, cana-de-açúcar e mandioca. Origem e descrição botânica. Aspectos econômicos e estatísticos: situação da cultura no Brasil e no Estado. Aptidão ecológica. Morfologia e fisiologia da cultura. Valor nutritivo. Práticas culturais. Pragas e doenças. Nutrição e adubação. Maturação colheita e transporte. Beneficiamento, industrialização e comercialização. Melhoramento genético: objetivos e métodos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, L. B.. **Cultivo de cana-de-açúcar para produção de cachaça**. Lavras: UFLA; Viçosa: UFV; Centro de Produções Técnicas - CPT, 2002 .

RIPOLI, T. C. C. R. & RIPOLI, M. L. C. **Biomassa de Cana-de-açúcar: colheita, energia e ambiente**. Campinas: Editora RIPOLLI, 2004.

MIRANDA-DINARDO, L.L.; VASCONCELOS, A.C.M.; LANDELL, M.G.A. **Cana-de-açúcar**. 1: ed. Campinas: Instituto Agrônomo. 2010, 882p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMPOS, T.; CANÉCHIO FILHO, J. A. V. **Principais Culturas**. Campinas: ICEA Campinas, 1993.

SANTOS, F.; BORÉM, A.; CALDAS, C. **Cana-de-açúcar: Bioenergia, açúcar e etanol, tecnologia e perspectivas**. 2. ed. Viçosa-MG, 2011, 637p.

CRUZ, S. C., PEREIRA FILHO, I.A. **Produção e utilização de silagem de milho e sorgo**. -- sete lagoas: embrapa milho e sorgo, 2001.

FARIAS, A.R.N. **Mandioca: o produtor pergunta, a embrapa responde**. -- Brasília: embrapa informações técnicas, 2006. 176 p.

SOUZA, L.S. **Aspectos socioeconomicos a agrônômicos da mandioca** -- Cruz das Almas -BA: EMBRAPA, 2006.

TECNOLOGIA DE PRODUTOS AGROINDUSTRIAIS / CH: 60

Introdução à Tecnologia de Alimentos. Valor nutricional dos alimentos. Métodos de Conservação de Alimentos. Tecnologia de carnes e derivados. Tecnologia de leite e derivados. Industrialização e tecnologia de ovos. Tecnologia de pescado e Mel e derivados. Industrialização de produtos vegetais. Métodos de avaliação e controle de qualidade de alimentos agroindustriais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

EVANGELISTA, J. **Tecnologia de alimentos**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2001.

ORDONEZ, J.A. et al. **Tecnologia de alimentos: origem animal**. Trad. Fatima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2005.vol. 2.

FOSCHIERA, J. L. **Industrialização do leite: análises e produção de derivados**. Porto Alegre: Metropole. 2004.

WILSON, W,G. **Inspeção Prática da Carne**. 7 ed. São Paulo: ed. Roca, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PACHECO, A. O. **Iniciação a enologia**. São Paulo: Senac, 1995. 160p.

TELLES, P. C. S. **Materiais para Equipamentos de Processo**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Interciência 2003.

ARTHEEY, D. e ASHURST, P. R. **Processado de Frutas**. Zaragoza: ed Acribia, 1997

GONÇALVES, A.G. **Tecnologia do Pescado**. São Paulo: ed Atheneu, 2011.

RAYGORODSKY, B. **Embutidos, da sobrevivência à Gastronomia**. São Paulo: ed Senac, 2011.

DISCIPLINA OPTATIVA III/ CH: 60

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO / CH: 60

Trabalho individual e orientado por docente da Católica do Tocantins, constando de desenvolvimento teórico sobre um tema relevante ao agronegócio, realizado a partir de pesquisa bibliográfica. Defesa com banca examinadora.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR - 6023 - **Informação e documentação - referências - elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

HINDLE, T. **Como fazer apresentações**. São Paulo: Publifolha. 1999.

Regulamento de Estágio Supervisionado do Curso de Agronomia da Católica do Tocantins.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez. 2000.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO V / CH: 60

Estágio Supervisionado com carga horária mínima de 60 horas em Instituições Públicas ou Privadas de Ensino, Pesquisa, Extensão e prestação de serviços relacionados à área do agronegócio. Atividade individual orientada por um docente do Departamento e um supervisor da Empresa ou Instituição, de acordo com o plano de trabalho previamente estabelecido. Apresentação de relatório das atividades desenvolvidas no prazo estabelecido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR - 6023 - **Informação e documentação - referências - elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

HINDLE, T. **Como fazer apresentações**. São Paulo: Publifolha, 1999.

Regulamento de Estágio Supervisionado do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Católica do Tocantins.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez. 2000.

EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS OPTATIVAS INSTITUCIONAIS

LIBRAS/ CH: 60

O sujeito surdo: conceitos, cultura e a relação histórica da surdez com a língua de sinais. Noções linguísticas de Libras: parâmetros, classificadores e intensificadores no discurso. A gramática da língua de sinais. Aspectos sobre a educação de surdos. Teoria da tradução e interpretação. Técnicas de tradução em Libras / Português; técnicas de tradução Português / Libras. Noções básicas da língua de sinais brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão**. Brasília, DF: MEC; SEEP, 2005.

MOURA, Maria Cecília. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B (col.). **Língua de sinais brasileira, estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Elizabeth G. C. de. **Leitura e surdez: um estudo com adultos não oralizados**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. 1 e 2 v.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem cognição, numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

LACERDA, C. B. F. de; GOES, M.C.R. (orgs.). **Surdez: processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000.

QUADROS, R. M. de. **Secretaria de Educação Especial. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília, DF: MEC; 2004.

EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS OPTATIVAS DO CURSO

AVALIAÇÃO E PERÍCIA TÉCNICA AGROPECUÁRIA / CH: 60

Introdução e conceituação de avaliação. Vistoria Técnica. Arbitramento. Perícia. Avaliação de Imóveis rurais. Métodos de avaliação: comparativo e renda. Avaliação das terras nuas. Avaliação de benfeitorias: produtivas e não produtivas. Avaliação de máquinas e implementos agrícolas. Avaliações de semoventes. Avaliações de matas naturais. Laudo técnico. Apresentação de laudo e níveis de precisão das avaliações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MAGOSSI, A.J. **Método para avaliação de florestas artificiais**. Caderno Brasileiro de Avaliações e Perícias. 1991.

MEDEIROS JÚNIOR, J. da R; FIKER, J. **A perícia judicial: como redigir laudos e argumentar dialeticamente**. São Paulo: Editora PINE. 1996.

NEVES, L.C. das; DEMETRIO, V.A. **Engenharia de avaliações e matemática financeira**. São Paulo: AEASP. 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR14653-1. **Avaliação de bens Parte 1: Procedimentos gerais**; Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR14653-3. **Avaliação de bens Parte 3: Imóveis Rurais**; Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR14653-5. **Avaliação de máquinas, equipamentos, instalações e complexos industriais**, Rio de Janeiro: ABNT, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR14653-6. **Recursos naturais e ambientais (texto está em processo de criação pela respectiva Comissão de Estudos)**.

CESP e Diniz, J.N.N. **Caderno de preços de benfeitorias rurais não reprodutivas**. 1997.

ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS / CH: 60

Introdução conceitual. Apresentação das técnicas para a elaboração e análise de projetos e empreendimentos agroindustriais. Avaliação de projetos agroindustriais. Aspectos técnicos e econômicos do estudo de mercado. Avaliação da viabilidade, e competitividade e da rentabilidade de projetos. Roteiro para elaboração do projeto. Apresentação do pré-projeto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

WOILER Sansão et al. **Projetos, planejamento, elaboração e análise**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

BUARQUE, CRISTOVAM. **Avaliação Econômica De Projetos: Uma Apresentação Didática**. Rio de Janeiro: Campos, 1984.

COLLINS, J. C. **Empesas Feitas Para Vencer**. 18º Ed. São Paulo. Editora Elsecier.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PALADINI, E.P. **Gestão da Qualidade: Teoria e Prática**. São Paulo, Atlas, 3º Ed. 2012 24

SALIN, C. S. **Construindo Planos de Negócios**. 3º Ed. Rio de Janeiro.

VIANA, V.R. **Gerenciamento de Projetos: Estabelecendo Diferenciais Competitivos**. Rio De Janeiro. Ed. Brasport. 2005

KERZNER, H. **Gestão de Propriedade: As Melhores Técnicas**. 2º Edição. Porto Alegre. Ed. Bookman. 3

DINSMORE, P. C. **Manual de gerenciamento de projetos**. Rio de Janeiro. Ed. Brasport. 2009. 5

PLANTAS MEDICINAIS, AROMÁTICAS E CONDIMENTARES/ CH: 60

Aspectos sócio-econômicos de plantas medicinais, condimentares e aromáticas. Aspectos botânica e fenológicos. Constituintes químicos e sua importância. Principais espécies domesticadas e silvestres. Produção e manejo agroecológico. Aspectos legislativos e de comercialização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LORENZI, Harri; MATOS, Francisco José de A.. **Plantas medicinais no Brasil : nativas e exóticas**. 2a ed . Nova Odessa: Instituto Planatarum, 2008. 544 p.

SIMÕES, Cláudia M. Oliveira (et al.). **FARMACOGNOSIA: da planta ao medicamento**. 6a ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 1102 p.

MING, Lin Chau. **Plantas medicinais na reserva extrativista Chico Mendes: uma visão etnobotânica**. São Paulo: UNESP, 2007. 160 p. (10 Exemplares)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CORRÊA JÚNIOR, Cirino; SCHEFFER, Marianne C.; MING, Lin C. **Cultivo agroecológico de: plantas medicinais, aromáticas e condimentares**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. 75 p.

PEIXOTO NETO, Pedro Accioly de Sá; CAETANO, Luiz Carlos. **Plantas medicinais do popular ao científico**. Alagoas: Edufal, 2005. 100 p. (Impressão braile em 3 partes, da 1ª edição, 2005 part 1).

RIBEIRO, Paulo Guilherme F.; DINIZ, Rui C.. **Plantas aromáticas e medicinais: cultivo e utilização**. Londrina: LAPAR, 2008. 218 p

DI STASI, Luis Claudio. **Plantas medicinais verdades e mentiras: o que os usuários e os profissionais de saúde precisam saber**. São Paulo: UNESP, 2007. 133 p. (Saúde e cidadania).

DI STASI, Luis Claudio; HIRUMA-LIMA, Clélia Akiko. **Plantas medicinais na Amazônia e na Mata Atlântica**. 2 ed rev ampl. São Paulo: UNESP, 2007. 604 p. (Saúde e cidadania).

ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS RURAIS / CH: 60

Histórico da administração rural no Brasil. A Empresa Rural. Organização, planejamento, organização e controle dentro de uma Empresa Rural. Administração da produção. Custo de produção: Custos fixos, variáveis, receitas e rentabilidade. Instrumentos de política agrícola. Política econômica e agricultura no Brasil. Estrutura fundiária. Financiamento e comercialização. Macro e Micro economia. Economia política. Mecanismo de mercado. Mercados Futuros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração**. São Paulo: Editora Atlas. 2000.

BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Editora Atlas. 2001.

HISRICH, R. D. **Emprededorismo**. Porto Alegre. Editora Bookmam. 7 ed. 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEGGINSON, L. **Administração, conceitos e Aplicações**. São Paulo: Editora Harbra. 1998.

MARTINS, Petrônio. **Administração da Produção**. Ed Saraiva, 2001.

SANTOS, G. J.: MARION, J.C. **Administração de custos na agropecuária**. Ed. São Paulo: Atlas, 2002. 165 p.

SILVA, A.C.T. **Inovação: como criar ideias que gerem resultados**. Rio de Janeiro. Ed. Qualitymark. 2003.

DAVIS, M. M. **Fundamentos da Administração da Produção**. São Paulo: Editora Bookman. 2001.

TECNOLOGIA DE APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS/ CH: 60

Conceito e multidisciplinaridade da tecnologia de aplicação. O alvo na aplicação de produtos fitossanitários. Classificação de máquinas e métodos de aplicação. Formulações e nomenclatura de produtos fitossanitários. Aplicação de sólidos. Aplicação de líquidos. Equipamentos e acessórios de pulverização. Técnicas de mensuração e avaliação da deposição de gotas. Logística da aplicação. Inovações nos equipamentos e técnicas na aplicação. Experimentação em tecnologia de aplicação de produtos fitossanitários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDEF, 2004. **Manual de tecnologia de aplicação de produtos fitossanitários**.

SCHRODER, E.P. **Pulverização eletrostática aérea: Experiência e perspectivas no Brasil.** Ed. do autor. 2002.66p

SILVA, C.M.M.S.; Fay, E.F. **Agrotóxicos e Ambiente.** Embrapa 2007. 400p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDREI, 1999. **Compêndio de Defensivos Agrícolas – ANDREI**, 6Ed. SP.

MATUO, T. **Técnicas de aplicação de defensivos agrícolas.** Jaboticabal, SP. FUNEP – UNESP/FCAV. 1990.

VELLOSO, J.A.R. de O.; GASSEN, D. N.; JACOBSEN, L. A.. **Tecnologia de aplicação de defensivos agrícolas com pulverizadores de barra.** Passo Fundo. Embrapa-CNPT. 1984. Documentos, 5. 50 p.

BAYER CROPSCIENCE, Cooperativa Triticola Mista Alto Jacuí Ltda – Cotrijal e Emater **Tecnologia de Aplicação de Defensivos Agrícolas II.** Bayer CropScience, Cooperativa Triticola Mista Alto Jacuí Ltda – Cotrijal e a Ematerm 2007.159p.

ZAMBOLIM, L; ZUPPI, M; SANTIAGO, S. **O Que Engenheiros Agrônomos Devem Saber para Orientar Uso de Produtos Fitossanitários.** Editora UFV. 2008. 464p

TÓPICOS ESPECIAIS EM BOVINOCULTURA DE CORTE E LEITE/ CH: 60

Diagnóstico da pecuária de corte e de leite no Brasil. Novas tendências dos sistemas de criação de bovinos de corte e de leite. Produção de novilho precoce e super-precoce. Criação de bezerras em bovinocultura leiteira Atualidades do manejo do rebanho de corte e de leite. Atualidades sobre a cadeia produtiva da carne e do leite no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPOS, O. F. de & LIZIEIRE, R. S. **Criação de Bezerras em rebanhos leiteiros.** Juiz de Fora/MG. Ed. CNPGL/EMBRAPA. 2005. 142 p.

FERREIRA, R. A. **Maior produção com melhor ambiente para aves, suínos e bovinos.** Viçosa-MG: Aprenda Fácil, 2005.

LÔBO, R.B.; REYES, A. B.; BEZERRA, L.A. F. **Avaliação genética de animais jovens, touros e matrizes.** Ribeirão Preto-SP-Departamento de Genética-FMRP-USP, 67 p., 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRIGUETTO, J. M., et al. **Nutrição Animal: alimentação animal**. vol 2. São Paulo: Nobel, 1983.

FABICHAK, I. **Pequenas construções rurais**. São Paulo: Nobel, 1983.

FONSECA, F. A. **Fisiologia da lactação**. Viçosa - UFV, 1995.

PEREIRA, J. C. C. **Fundamentos da bioclimatologia aplicados a produção animal**. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2005.

SANTOS, F. A. P.; MOURA, J.C. de; FARIA, V.P. de. **Pecuária de corte intensiva nos trópicos**. Piracicaba-SP: FEALQ, 2004. 398p.

APICULTURA E MELIPONICULTURA/ CH: 60

Introdução à apicultura. Classificação das abelhas. Morfologia e biologia das abelhas apis e meliponas. Implantação de apiários. Instalações e equipamentos em apicultura e meliponicultura. Manejo de abelhas apis e meliponas. Uso de Abelhas para polinização. Higiene e profilaxia em apicultura. Alimentação das abelhas. Produtos elaborados pelas abelhas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, C. G. et al. **Criação de abelhas sem ferrão, Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea - ProVárzea/IBAMA**, Brasília: Edições IBAMA, Iniciativas Promissoras n°2, 2005, 27p., 2.153Ko.

ALVES, de O. et al. **Desumidificação: uma alternativa para a conservação do mel de abelhas sem ferrão**, Mensagem Doce, n° 91, Maio de 2007, 245Ko

BOWMAN, D. D., et al. **Parasitologia Veterinária de Georgis**. 8. Ed. Barueri, SP: Manole, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FABICHAK, I. **Pequenas construções rurais**. São Paulo: Nobel, 1983.

NOGUEIRA, P. N. **Vida e Criação de Abelhas Indígenas Sem Ferrão**, Uma Edição Nogueirapis, 1997, 447p., 5Mo.

CARVALHO, P. E. R. **Espécies Arbóreas Brasileiras**. EMBRAPA. 2003

RAVAZZI, G. **Curso de Apicultura**. Ed de Vecchi S. A., Barcelona. 1995.

VENTURIERI, C. G. **Criação de abelhas indígenas sem ferrão**. Belém: Embrapa, 2004

PISCICULTURA E AQUICULTURA/ CH: 60

Piscicultura, carnicultura e ranicultura. Técnicas criatórias. Biotecnologia e melhoramento genético. Nutrição de organismos aquáticos. Sanidade de organismos aquáticos. Processamento e tratamento pós-colheita. Principais espécies cultivadas, sistemas de cultivo utilizados para cada espécie, densidades de estocagem, combinações de espécies em policultivos e os principais consórcios utilizados. Técnicas de manejo alimentar dos peixes, calagem e adubação dos tanques ou viveiros. Medidas preventivas contra as principais pragas ou doenças. Análise da viabilidade econômica de cultivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BALDISSEROTTO, B. **Fisiologia de Peixes aplicada à Piscicultura** UFSM, 2º Ed., 2009.

ARAMA, L. V. **Fundamentos de Aquicultura**, UFSC, 1º ed. 2004.

MENEZES, A. **Aquicultura na Prática**, Ed. Hoper, 2005

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTAGNOLLI, N. **Piscicultura de água doce**. Jaboticabal: FUNEP, 1992. 189p.

CASTAGNOLLI, N.; CYRINO, J.E.P. **Piscicultura nos Trópicos**. Ed. Manolo Ltda., São Paulo, 152p., 1986.

WOYNAROVICH, E. **Manual de Piscicultura**. CODE-VASF. Brasília, 1988.

LIMA, SL; AGOSTINHO, CA. **A criação de rãs**. 3ª. ed. São Paulo: Globo, 1995.

BARBIERI JUNIOR, R.C.; OSTRENSKI Neto, A. **Camarões marinhos: engorda**. Viçosa: Aprenda Fácil. 2002 370 p.

DIREITO AGRÁRIO/ CH: 60

Conceito e principais definições. Princípios que norteiam o Direito Agrário. Função social da propriedade. Das espécies de desapropriação. Terras devolutas. Da Reforma Agrária. Dos Contratos agrários. Crédito Rural. Empresa Rural. Empregado e empregador rural. Cooperativismo. Sindicalismo. Acidentes de trabalho. Previdência. Ações Agrárias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BORGES, P. T. **Institutos Básicos do Direito Agrário**. 5ª edição. São Paulo: Saraiva. 1987.

OPITZ, S. e outro. **Curso Completo de Direito Agrário**. 3ª edição. São Paulo: Saraiva. 2009.

GODOY, L. S.. **Direito agrário constitucional: o regime da propriedade** -- 2. ed. -- São Paulo: Atlas, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SODERO, F. P. **Direito agrário e reforma agrária**. São Paulo Liv. Legislação Brasileira 1968.

1.1.11.Exame Nacional de Desempenho de Estudante - Enade

A CPA sistematiza o ENADE na Faculdade Católica do Tocantins em duas vertentes básicas. A primeira parte é ‘operacional’ e envolve a inscrição dos estudantes em situação irregular, bem como dos ingressantes e concluintes relativos anos respectivos de abrangência da referida avaliação.

Durante essa etapa ocorre a participação da coordenação da CPA nos seminários anuais realizados pelo INEP para a divulgação de ajustes ou alterações na portaria regulamentadora do processo. Depois a referida coordenação realiza uma reunião e acompanhamento sistemático para cumprimento de cronograma anual previsto pelo INEP com os coordenadores dos cursos de abrangência do ano e socialização das experiências de coordenadores dos anos de abrangência anteriores; bem como para o cadastro dos mesmos junto ao Procurador Institucional (PI).

A segunda parte é mais ‘pedagógica’ e ocorre numa parceria entre a CPA, o Núcleo de Apoio Didático Metodológico (NADIME) e o Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente (NUPAD) da Faculdade Católica do Tocantins.

Essa etapa consiste em garantir o alinhamento pedagógico entre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), os Planos de Ensino de todos os componentes curriculares, das aulas realizadas, bem como das suas respectivas avaliações. Tal alinhamento perpassa pela formação continuada dos docentes em relação à Teoria de Resposta ao Item (TRI) e à Taxonomia de Bloom, ambas utilizadas nos instrumentos de avaliação do MEC.

O Curso realiza ainda um simulado semestralmente do ENADE composto por metade dos itens extraídos das provas dos anos anteriores disponibilizadas no site do INEP e pela outra metade elaborada pelo próprio corpo docente do curso. Esse exercício nos garante um banco de itens próprio, ainda a ser formalizado e a maturidade em relação ao alinhamento pedagógico supracitado, uma vez que os acadêmicos participantes também participam de palestras elucidativas sobre o ENADE e sua metodologia.

O resultado destes simulados são analisados pelo NDE do curso Agronomia, e a partir dos relatórios de desempenho dos estudantes planeja-se o nivelamento paralelo.

PROPOSTA PEDAGÓGICA

METODOLOGIA DE ENSINO

Em consonância com a proposta da Católica do Tocantins, o curso de Agronomia é instigado ao cultivo de uma cultura de construção do conhecimento. Neste entendimento, o conhecimento e a cultura determinam uma nova epistemologia de educação universitária, entendida de forma dinâmica e participativa, sob critérios metodologicamente reconhecidos, com significativa participação de toda a comunidade acadêmica, em especial do acadêmico.

Assim, o processo educativo deve auxiliar o educando a fim de que seja capaz de pensar, argumentar e defender as próprias opiniões, e acima de tudo, ser capaz de enfrentar de maneira positiva e produtiva as situações difíceis.

Curso de Agronomia, ofertado pela Católica do Tocantins pauta-se em diferentes mecanismos que visam facilitar o aprendizado e a formação humanística do cidadão e, se orienta a partir dos seguintes critérios e mecanismos:

- A metodologia de ensino fortalece a relação “aprendizagem-ensino” com foco na pesquisa universitária, pois os acadêmicos traçam planos, usam diversos recursos disponíveis, refletem individual e coletivamente na produção de algo que terá características diversas;
- o planejamento de trabalho, por ser flexível, proporciona que o tempo e

as condições para desenvolvê-lo sejam sempre reavaliados em função dos objetivos inicialmente propostos, dos recursos à disposição dos acadêmicos e das circunstâncias que envolvem o Projeto;

- leva-se em consideração que cada acadêmico é único. Portanto seu trabalho não deve ser comparado com outros ou replicado. O problema que será investigado surge da necessidade do acadêmico e está relacionado com as experiências e expectativas do acadêmico e prevê o alcance de melhores resultados do processo de ensino-aprendizagem pois o caminho escolhido por um acadêmico ou grupo de acadêmicos é diferente daqueles escolhidos por outros acadêmicos ou grupos, daí a necessidade de cada um encontrar a orientação necessária para o seu percurso;
- reconhecimento que os participantes são únicos e que, por isso, é preciso dar tempo e condições aos mesmos para se conhecerem e definirem o seu próprio ritmo de aprendizagem;
- aposta na criatividade permitindo aos educandos acreditarem nas suas potencialidades para que possam refletir, criar, descobrir, crescer e desenvolver-se na trajetória da construção do seu próprio conhecimento. Todos podem aprender com todos, inclusive o educador.

O saber nunca é acabado e perfeito, mas sempre algo em constante devir. A função primordial do saber é ajudar o homem, como indivíduo e como membro de uma comunidade, a buscar sua realização pessoal e social. Este princípio será sempre condutor das ações do fazer docente.

No curso de Agronomia, o acadêmico será o agente principal responsável por sua aprendizagem. Para tal, serão consideradas formas de ensino que busquem um aprendizado calcado em experimentações de situações reais.

Como estratégia para desenvolvimento do projeto pedagógico do curso e, em consonância com as concepções, princípios e fundamentos aqui propostos, consideram-se quatro momentos e formas de aprendizado:

- **Aprender com o professor:** o professor é um agente provocador que estimula a aprendizagem e a criatividade individual. Essa ação envolve reflexões, sínteses, discussões e questionamentos. Pode-se trabalhar palestras, aulas expositivas ou aulas dialogadas. O professor deve ser capaz de despertar o interesse e a vontade de saber.
- **Aprender com a pesquisa:** consiste em aprender a partir da própria investigação e descoberta do saber. É um momento ativo, de leitura, de reflexão individual e de internalização do conhecimento, no qual o acadêmico é convidado a fazer associações próprias. O papel da Instituição é incentivar a pesquisa e propiciar orientação e acesso fácil e variado à informação.
- **Aprender com o outro:** consiste no momento de encontro, no qual o aprendiz se dá em debates e troca de conhecimento entre a comunidade da escola, de maneira não hierarquizada. Caracteriza-se como um incentivo à liberdade de expressão de ideias e ao desenvolvimento de espírito crítico, solicitado em explicitação de visões e opiniões. O papel da Instituição é estabelecer instâncias para debates dentro e fora das atividades formalizadas pelo currículo.
- **Aprender fazendo:** consiste num momento fundamental de consolidação do aprendiz e desenvolvimento de habilidades, no qual o aprendiz se dá a partir de experimentações do conhecimento em atividades práticas. Não se resume meramente à aplicação do conhecimento, mas à sua descoberta e construção. O papel do professor é propor a situação problema, oferecendo meios e orientação para a busca de seu entendimento e incentivar as soluções potenciais.
- **Aprender com a Extensão,** conhecimento gerado ou apreendido torna-se um espaço de aprendizagem ao ser transferido, tornando-se patente, produto transformador da sociedade ou projeto social, cultural, artístico, com potencial transformador da sociedade.

O curso prima pela adoção de metodologias ativas, onde o estudante é o protagonista de seu processo de aprendizagem. Ele será incentivado a buscar uma formação profissional, desenvolvendo suas habilidades de crítica, de criatividade, de engajamento e de empreendedorismo. Tudo isto sem perder a valorização de sua história e sua cultura.

Será vivenciada a simulação de equipes de trabalho profissional, onde o professor incentiva o acadêmico e os grupos de trabalho a superarem, cooperativamente, as situações

de desafio e complexidade sugeridas. O professor orienta a pesquisa direcionada aos temas propostos, provoca a problematização, a percepção e a crítica sobre a realidade e compartilha conteúdos de apoio técnico, teórico, incentivando nos seus acadêmicos a postura autônoma.

Portanto, fortalecendo os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de graduação em Agronomia, atividades práticas e teóricas, individuais e em equipe estarão presentes durante todo o andamento do curso tais como:

- Aulas teóricas expositivas para aprofundamento de conceitos, complementadas por conferências e palestras previamente programadas com professores, profissionais especializados ou presença de convidados externos (entidades públicas e privadas, entidades de classe, comunidades, profissionais liberais etc.) como parte do trabalho didático regular;
- Viagens de estudos para a participação de Congressos e Feiras de Agronegócio;
- Aulas de campo e visitas técnicas no estado e fora do estado em áreas de ambiente natural, propriedades rurais, empreendimentos comerciais, empreendimentos industriais, entre outras;
- Pesquisas temáticas individuais e coletivas orientadas, bibliográficas e iconográficas, documentação e bancos de dados, projetos de pesquisa e extensão;
- Participação em atividades extracurriculares, como Workshop, Encontros, Exposições, Concursos, Premiações, Dias de Campo, Seminários internos ou externos a instituição para discussão de ideias e apresentação de trabalhos, bem como sua organização.

1.1.12. Desenvolvimento do Processo de Ensino-Aprendizagem

No curso de Agronomia a aprendizagem se dá indissociavelmente no ambiente da sala de aula, no ambiente da pesquisa e no ambiente da extensão. O Conhecimento acumulado, sistematizado e transmitido gera indagações que necessitam de pesquisa e novos conhecimentos gerados, que para serem relevantes e significativos, devem ser transferidos, dando-lhes o caráter da extensionalidade. Desta forma, o momento da sala de aula, o momento da pesquisa e o momento da extensão tornam-se, a um só tempo, a experiência de aprendizagem.

O curso utiliza de forma parcial para elaboração de suas avaliações a metodologia ativa em conjunto com a Teoria de Resposta ao Item (TRI). Estes procedimentos invocam uma prática pedagógica inovadora, na qual o aprendizado deve estar calcado em experimentações de situações reais. Estas novas formas de ensino/aprendizagem na perspectiva de integrar teoria/prática, ensino/serviço são consideradas estratégias eficientes no aprendizado, favorecendo a autonomia discente.

O curso zela para que na oferta de disciplinas optativas e outros componentes curriculares seja garantida a flexibilidade. As atividades Acadêmicas Discentes contemplam os seguintes Componentes Curriculares:

- Atividades Complementares;
- Disciplinas;
- Estágio Curricular Supervisionado;
- Extensão e Iniciação Científica ou Pesquisa;
- Trabalho de Conclusão de Curso;
- ENADE

O curso adota quatro disciplinas institucionais, como optativas, sendo elas: Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena, Educação em Direitos Humanos, e Educação Ambiental e Sustentabilidade. São ofertadas anualmente, sendo duas no primeiro semestre e duas no segundo semestre de cada ano. Todos os acadêmicos podem, ao longo do seu curso, adicioná-las em seus currículos, para efeito de integralização do curso.

No curso de Agronomia o conhecimento é transmitido, além da sala de aula, através do planejamento, organização e participação dos acadêmicos em palestras, seminários, workshop, visitas técnicas, dias de campo, feira agrotecnológica (Agrotins), congressos e semana acadêmica, de forma a aproximar o meio acadêmico com o mercado de trabalho.

1.1.13.Socialização do conhecimento

O curso de Agronomia socializa o conhecimento adquirido com exposições e palestras em feiras agrotecnológicas, workshops, congressos, dias de campos, dentre outros através de informativos no site da instituição, em redes sociais e nas salas de aula.

1.1.14.Materiais pedagógicos

A partir das delimitações decorrentes do Projeto Pedagógico, os docentes têm livre iniciativa de desenvolvimento do material utilizado na ministração dos conteúdos das disciplinas de sua responsabilidade.

O princípio da unicidade se garante pelo indicativo de ementas e conteúdos aprovados no ementário das disciplinas. Estas podem ser reorganizadas a partir de propostas individuais, porém, somente poderão ser efetivadas após análise coletiva realizada pelo NDE do curso e aprovada pelo CEPE da Instituição, instância máxima de deliberação Institucional. Para a produção de materiais, as normatizações a serem seguidas são estabelecidas com base nas Normas Técnicas Brasileiras para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos.

Para o aprimoramento da prática docente o Núcleo de Apoio Didático e Metodológico (Nadime) mantém Plano de Apoio às atividades didáticas e também para a construção de materiais pedagógicos (momentos de teoria e de prática). Há incentivo à criação de materiais pedagógicos, principalmente de forma coletiva, interagindo com os discentes, e interdisciplinar. Neste sentido, são ofertadas Cursos e Oficinas de Formação com o objetivo de estimular e promover o processo de formação do corpo docente.

A ênfase para o período de 2018-2022 estará no desenvolvimento de materiais para o novo Ambiente Virtual Institucional, bem como para adoção de estratégias de aprendizagem que colaborem para o protagonismo do estudante em seu processo de formação.

1.1.15. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) no Processo Ensino-Aprendizagem

As Tecnologias de Comunicação e Informação constituem-se um campo real de transformação na forma como grande parte das comunidades acadêmicas se comunicam, relacionam e estabelecem vínculos de interação entre indivíduos e comunidades.

A concepção de uma nova formatação de comunicação institucional, sendo este observado no aspecto de formas de ensinar e aprender ou no aspecto da comunicação Institucional com seu público interno e externo é uma imposição do avanço destas novas tecnologias.

Para a comunicação, transmissão de saberes e desenvolvimento da relação de ensino aprendizagem do corpo docente com o corpo discente da Instituição, o setor de Tecnologia de Informação acaba de adotar uma nova plataforma, o Google For Education.

Esta plataforma ajuda a tornar o aprendizado mais eficaz, dentro e fora das paredes tradicionais. Proporciona eficiência às tarefas diárias, dá aos instrutores as ferramentas para envolver cada acadêmico, motiva-os a utilizar os dispositivos de que dispõe e promove processos de colaboração e aprimoramento.

Outro aspecto de desenvolvimento tecnológico foca na comunicação com o público interno e externo realizado por meio do portal educacional, do RM, da utilização de comunicação por e-mail, da permanência da Instituição em redes sociais. Para a Católica do Tocantins, as utilizações das TICs são meio de levar o conhecimento num formato contemporâneo que agiliza e possibilita o acesso a informação de forma mais intensa e principalmente mais acessível a toda a sua comunidade acadêmica. Supera neste aspecto qualquer hipótese de “deslumbramento tecnológico”, pois considera este como meio de apropriação democrática de conhecimentos produzidos pela humanidade e disponibilizados em novo formato, que permite integrar o conhecimento, debates, novas formulações sem o impedimento de barreiras físicas, mas, com a noção que estas interações devem ser mediadas para o bom desenvolvimento intelectual, técnico e científico de todos os seus agentes.

No âmbito do curso especificamente, já estão incluídas na estrutura curricular o uso de ferramentas de tecnologia da informação como de desenho técnico, georreferenciamento, metodologia científica, estatística experimental, estática básica, dentre outras disciplinas que contam com laboratórios de informática devidamente equipados com softwares para serem utilizados como espaço de aprendizagem e também de apoio para atividades extra-classe, o que vem a oferecer um ambiente favorável para realização de trabalhos e pesquisas acadêmicas.

1.1.16. Atividades de Tutoria – Modalidade Semipresencial

A atividade de tutoria se dá de acordo com o Art. 11º Regulamento aprovado aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, em reunião ordinária do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão –CEPE e pela Resolução CEPE Nº 08/10 de 01 de junho de 2010.

O curso adota os ambientes virtuais como meio de aprendizagem, para tanto, mantém uma Plataforma Institucional que sustenta o Ambiente Virtual de aprendizagem AVA. Todas as proposições de atividades são inseridas na plataforma pelo docente responsável pela disciplina e, são por ele acompanhadas. O curso pode também ofertar algumas disciplinas à distância, observados os limites legais. Neste caso, poderá promover encontros presenciais, de acordo com a previsão dos Planos de Ensino.

ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO

Em função das demandas contemporâneas, a Católica Tocantins, compreende a necessidade emergente de privilegiar na formação dos estudantes, ações que tenham como foco a aprendizagem significativa, reconhecendo a capacidade de se posicionarem de maneira crítica, criativa e inovadora nas diferentes atividades da ação educativa. Desta forma, além do estudante realizar tarefas e trabalhos, ele deve entender que o trabalho compõe aulas teóricas e práticas visando à produção de aprendizagens significativas que por meio da problematização, transformação de espaços e tempos de discussão, investigação,

aprofundamento de conceitos, com o objetivo de transcender o já aprendido, compreendendo a formação como processo contínuo.

Para isto a sistematização do Trabalho Efetivo Discente – TED se dará em momento de aula, de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório, de Trabalho de Conclusão de Curso e o Encontro de Aprendizagem (para fins específicos de nivelamento do acadêmico).

Acredita-se que estas oportunidades darão subsídio para melhor operacionalização do currículo de cada acadêmico, valorizando as práticas, saberes e experiências dos sujeitos em formação. A participação na maior feira de agronegócio da região norte, a Agrotins, a comemoração do dia do Engenheiro Agrônomo, os Dias de Campos, Workshops dentre outros, auxiliam na formação do conhecimento, abrindo horizontes através do desenvolvimento do senso crítico, acrescentando ao acadêmico novos olhares sobre as novas tendências e tecnologias aplicadas no Agronegócios.

ESTÁGIO CURRICULAR

No curso Agronomia estágio é compreendido como uma atividade pedagógica desenvolvida em situação real que possibilita ao estudante consolidar sua formação pessoal, profissional e cidadã, além de desenvolver competências, habilidades e atitudes específicas, requeridas pelo mercado de trabalho. O estágio integra o itinerário formativo do estudante e faz parte do Projeto Pedagógico do Curso - PPC, fazendo a relação do processo da formação educacional e profissional, ambas garantidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 9.394/1996, e pela Lei nº 11.788/2008 contemplando, assim, a articulação teoria e prática.

A diversidade das oportunidades de estágio oferecidas, por empresas e entidades afins, que garantam abrangência para qualificação dos profissionais requeridos pelo mercado de trabalho em consonância com o perfil do egresso do curso Agronomia. Essa inserção do estudante em um ambiente real de trabalho mantém sintonia com as exigências do mercado, familiarizando-o com o contexto profissional.

O estágio possibilita o desenvolvimento de competências individuais, colocando o estudante frente a uma realidade diversa ao âmbito acadêmico, ampliando seu senso de responsabilidade e compromisso com a cidadania.

No curso de Agronomia os Estágios se classificam como: Estágio Supervisionado Obrigatório e Estágio Supervisionado Não Obrigatório, conforme a legislação em vigor.

O Estágio Supervisionado Obrigatório constitui-se em uma atividade curricular, com carga horária de 300 horas, cujo cumprimento é requisito para integralização da carga horária e conclusão do curso. O Estágio Supervisionado Obrigatório está condicionado à matrícula no componente curricular, nos períodos indicados na matriz curricular do curso e ao atendimento aos requisitos definidos no PPC e no Manual de Estágio Supervisionado - ME.

O desempenho do estagiário será avaliado mediante critérios definidos pela legislação em vigor, previstos nos Planos de Ensino e no ME do curso, cujos instrumentos de avaliação do estágio obrigatório serão desenvolvidos pelo Núcleo de Docentes Estruturantes – NDE do curso, e validado pelo colegiado do curso, de acordo com o regulamento aprovado pelo CEPE e com as normas do MEC. A supervisão do Estágio Obrigatório será de responsabilidade do coordenador do curso.

O Estágio Supervisionado Obrigatório poderá ser realizado por meio de atividades em programas e projetos de extensão e de pesquisa ou em empreendimentos de interesse social e comunitário, de natureza urbana ou rural, desde que seja previsto no PPC e no ME.

O curso de Agronomia incentivará a prática do Estágio Supervisionado Não Obrigatório, a fim de que o estudante veja no ambiente de trabalho a relação entre teoria e prática, pois o estágio é uma rica oportunidade onde se faz a ligação entre ensino, pesquisa e extensão.

O Estágio Supervisionado Não Obrigatório será avaliado pelo Supervisor da Concedente de Estágio, pelo Professor Orientador ligado a Central de Estágio, e pelo Estagiário, cuja supervisão é de responsabilidade da Central de Estágios.

No curso de Agronomia o Estágio Supervisionado Não Obrigatório poderá ser aproveitado como Atividade Complementar ou outras atividades acadêmicas, desde que comprovada sua efetivação pelo Termo de Compromisso de Estágio – TCE e a entrega do relatório final de estágio e, certificada pelo Central de Estágio, observando as normas e regulamento de atividades complementares aprovadas pelo CEPE.

1.1.17. Acompanhamento do estágio

Para operacionalização dos Estágios a Católica do Tocantins conta com uma **Central de Estágios**, que tem como finalidade acompanhar os processos e a operacionalização dos Estágios Supervisionados Obrigatórios e Não Obrigatórios. Esta Central tem, ainda, a função de intermediar ações para que os estudantes possam realizar seus Estágios Supervisionados em conformidade com a proposta pedagógica do curso e em sintonia com a legislação vigente, tendo como referência o regulamento.

1.1.18. Relevância do estágio e da prática profissional

O estágio curricular supervisionado visa complementar o processo de aprendizagem, tornando-se o elo principal de ligação do estudante com o mercado de trabalho. O estágio oferece ao estudante a oportunidade de um maior envolvimento com as situações práticas do cotidiano do profissional de zootecnia e um avançado contato com o ambiente de trabalho. Sendo uma oportunidade ímpar para o aluno aprimorar a conexão entre a teoria e a prática.

A diversidade das oportunidades de Estágio oferecidas, por empresas e entidades afins, nas mais diversas áreas de formação, garante abrangência para a qualificação dos profissionais requeridos pelo mercado de trabalho. Essa inserção do estudante em um ambiente real de trabalho mantém sintonia com as exigências do mercado, familiarizando-o com o contexto profissional.

O Estágio Supervisionado possibilita o desenvolvimento de competências profissionais, colocando o estudante frente a uma realidade diversa ao âmbito acadêmico, ampliando seu senso de responsabilidade, ética e compromisso com a cidadania.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

1. INTRODUÇÃO

Este Manual reúne, de forma sistematizada, as informações, as diretrizes e os procedimentos para o pleno desenvolvimento DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) para o Curso de Agronomia. Seguindo estas orientações, o acadêmico será capaz de se organizar em busca dos objetivos propostos para o TCC com base no REGULAMENTO INSTITUCIONAL DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO e no PPC do curso.

2. Objetivo do TCC

De acordo com o regulamento institucional são objetivos do TCC, inerente ao curso de Agronomia:

- I. Incentivar o processo de investigação científica;
- II. Desenvolver nos estudantes a capacidade de síntese e integração de conhecimentos construídos;
- III. Dominar técnicas e metodologias de pesquisa;
- IV. Aprimorar a capacidade de interpretação e crítica;
- V. Articular conhecimentos teórico-práticos;
- VI. Fomentar a produção científica.

Para alcançar estes objetivos o TCC consiste em uma pesquisa ou atividade investigativa orientada abordando uma temática específica da agronomia. Deve ser expressamente elaborado na sua estrutura formal, considerando as disposições estabelecidas pela Instituição em documento próprio, e no estrito cumprimento das normas da ABNT.

Modalidades de TCC

São modalidades de TCC apresentadas na forma escrita padrão:

1- Monografia desenvolvida pelo aluno, individualmente, sob supervisão do orientador, sobre tema pertinente a Agronomia. A monografia deverá ser apresentada a uma banca examinadora composta por dois professores e o orientador;

2- Artigos científicos publicados (discente como primeiro autor) em periódicos da área obedecendo aos seguintes critérios:

- 03 artigos publicados até a data de protocolo do TCC em periódicos vinculados ao seguimento das ciências agrárias e ambientais com Qualis B5, ou;

- 02 artigos publicados até a data de protocolo do TCC em periódicos vinculados ao seguimento das ciências agrárias e ambientais com Qualis B4, ou;

- 01 artigo publicado até a data de protocolo do TCC em periódicos vinculados ao seguimento das ciências agrárias e ambientais com Qualis B3, B2, B1 ou A.

A entrega dos artigos acima citados substitui a apresentação do trabalho à banca examinadora uma vez que os referidos artigos já foram submetidos a avaliação de corpo editorial e contemplam as normas de escrita científica.

Do planejamento e desenvolvimento

As atividades referentes ao TCC são supervisionadas pelo NDE do curso de maneira a garantir que os trabalhos sejam realizados de acordo com as áreas de atuação do curso.

A orientação do TCC será obrigatoriamente realizada por um professor pertencente ao quadro de docentes da Instituição, preferencialmente que esteja em Regime de Tempo Parcial ou Integral.

As linhas, eixos, ou áreas de pesquisa deverão pertencer a área de atuação agrônômica e/ou ambiental tais como: Fitotecnia, Solos, controle fitossanitário, processamento de

alimentos, mecanização agrícola, extensão rural, paisagismo, administração e economia rural, sociologia rural, geoprocessamento, produção animal.

Critérios e procedimentos para elaboração, apresentação e avaliação da Monografia.

Elaboração da Monografia

A elaboração da Monografia deverá ser realizada conjuntamente ao docente orientador de maneira a definir os parâmetros a serem abordados durante a execução do trabalho. A monografia deverá ser construída com ferramentas e instrumentos que a confirmem caráter científico.

Para a elaboração da monografia deve-se contemplar os seguintes itens, de acordo com a norma da ABNT:

Resumo;

Introdução (finalizando com o objetivo);

Revisão bibliográfica;

Material e métodos;

Resultados e discussão;

Conclusão;

Referências bibliográficas;

Apêndices e anexos quando existirem.

Avaliação da Monografia

A avaliação da apresentação deverá seguir os seguintes itens:

Tempo máximo de apresentação: 20 minutos

Abordagem do tema: verificar se os temas pertinentes ao trabalho foram abordados de maneira correta;

Apresentação visual: formatação adequada dos slides e outras formas de mídias utilizadas;

Apresentação correta dos pontos componentes da monografia.

Artigos publicados

Esta avaliação deverá ser feita pelo NDE do curso onde se levantará se o qualis da revista utilizada como meio de publicação atende a exigência do curso assim como o número de publicações e atribuirá a nota final do TCC. Caso atenda às exigências o aluno fica dispensado da apresentação oral do trabalho e a nota será baseada nos critérios respondidos pelo orientador:

Da supervisão

O NDE do curso fica responsável por:

- I. Elaborar o planejamento das datas referentes as atividades pertinentes ao TCC, em conformidade com o calendário acadêmico da Instituição;
- II. Determinar professores orientadores aos estudantes, de acordo com as linhas de pesquisa, eixos ou áreas definidas para o curso, com anuência dos professores indicados e da coordenação do curso quando necessário;
- III. Convocar, sempre que necessárias, reuniões com os professores orientadores e orientandos;
- IV. Manter cadastro atualizado dos professores orientadores e dos estudantes em fase de orientação;

- V. Constituir e publicar comunicados referentes às bancas examinadoras, se for o caso;
- VI. Avaliar as publicações para validação;
- VII. Encaminhar à biblioteca, cópias eletrônicas do TCC aprovado;
- VIII. Selecionar, por indicação do professor orientador e/ou da banca avaliadora, se for o caso, os trabalhos produzidos para publicação ou outras formas de divulgação;
- IX. Encaminhar à Secretaria Acadêmica as atas com o registro das apresentações, que deverão ser arquivadas nas pastas dos estudantes;
- X. Analisar e decidir os casos especiais que lhe forem submetidos em relação a não execução do trabalho por parte do aluno, plágio ou falta de orientação por parte do professor;
- XI. Tomar, no âmbito de sua competência, todas as medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste regulamento;
- XII. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

Seção III

Do professor orientador

O TCC é um componente curricular e significa alocação de tempo dos professores para as atividades de orientação.

A definição dos professores orientadores deverá considerar a interface entre a temática dos trabalhos e a área de formação dos docentes, ficando a critério do aluno a escolha do professor e respectiva área.

São atribuições do professor orientador de TCC:

- I. Frequentar as reuniões convocadas pelo NDE quando necessário.
- II. Acompanhar o andamento dos trabalhos de seus orientandos, conforme cronograma previamente estabelecido.
- III. Atender seus orientandos, conforme cronograma.
- IV. Avaliar, periodicamente, o TCC, em todas as suas etapas, emitindo pareceres com vistas à reformulação.
- V. Encaminhar ao NDE termo de concordância para que o orientando possa ser submetido à avaliação da banca examinadora, se for o caso.
- VI. Corrigir os TCC's, de acordo com as normas estabelecidas no regulamento do curso, em consonância com o manual de normalização de trabalhos acadêmicos da Instituição.
- VII. Participar da composição das bancas examinadoras de seus orientandos e de outros estudantes, quando convidado, se for o caso.
- VIII. Lançar nota final no diário eletrônico.
- IX. Submeter ao comitê de ética, os projetos de pesquisa que envolva seres humanos ou animais.
- X. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

Caso haja pedido de substituição de professor orientador, a solicitação deverá ser formalizada, devidamente justificada, por escrito ao NDE do Curso

Caso seja realizada a substituição, o novo professor orientador dará continuidade ao trabalho em andamento quando possível ou poderá substituir o trabalho de maneira que não infrija as normas do TCC.

Deveres do estudante orientando

O estudante será considerado orientando de TCC quando estiver regularmente matriculado no respectivo componente curricular. Cabe ao estudante, de acordo com o calendário acadêmico, inscrever-se junto à Coordenação do Curso, para definição da temática e de seu professor orientador.

Compete ao estudante, em fase de realização do TCC, entre outras, as seguintes atribuições:

- I. Frequentar as reuniões convocadas pelo professor orientador.
- II. Participar dos encontros programados com o professor orientador, para discussão e aprimoramento de seu trabalho.
- III. Cumprir o cronograma estabelecido, bem como executar atividades sugeridas pelo orientador.
- IV. Justificar, comprovadamente, eventuais faltas ao professor orientador.
- V. Cumprir os prazos determinados para entrega das atividades solicitadas.
- VI. Elaborar o TCC de acordo com o manual para elaboração de trabalhos de conclusão de curso da instituição.
- VII. Encaminhar ao professor orientador do TCC, até a data previamente marcada, os exemplares da versão final do trabalho, após a aprovação do professor orientador.
- VIII. Atuar com ética, clareza, responsabilidade e transparência no processo de investigação, que originará o TCC.

O estudante que não entregar o TCC até a data, horário e local especificados pela Instituição, estará reprovado nesse componente curricular.

Da avaliação e entrega do TCC

A avaliação da Monografia seguirá as normas regimentais para os componentes curriculares dos cursos da Facto, e será de responsabilidade do professor orientador, que lançará a nota no diário eletrônico e encaminhará a coordenação 01 (um) volume impresso em capa dura.

Da banca examinadora

Este item aplica-se apenas para as monografias.

A banca examinadora será composta pelo docente orientador e dois professores da Facto podendo ainda compor a banca 01 (um) membro externo em substituição à um docente da instituição.

Caso haja a indicação de um membro externo, o orientador deverá submeter a proposta a aprovação da coordenação.

Os professores do curso poderão ser convidados para participar da banca examinadora, em suas respectivas áreas de atuação ou de interface do conhecimento do curso, mediante prévia indicação por parte do professor orientador.

Os componentes que participarão da banca examinadora deverão receber, com prazo mínimo de 15 dias de antecedência, um exemplar impresso e encadernado com espiral e capa plástica da monografia, para a devida leitura e apreciação.

Os professores que participarem da banca de avaliação da monografia receberão certificado de participação, emitido pela instituição, sob a responsabilidade do professor orientador. O professor orientador encaminhará ata da defesa dos estudantes, sob sua orientação à Secretaria Acadêmica, e lançará o resultado final no diário eletrônico.

Da defesa e avaliação

A apresentação em defesa oral da monografia deverá constituir-se em uma sessão pública, em que o estudante fará uma exposição do conteúdo de seu trabalho, devendo ser seguida de respostas aos questionamentos da banca examinadora e de suas considerações finais.

O tempo destinado à apresentação da monografia será de 20 minutos. Para os questionamentos será atribuído o tempo de 10 minutos para cada membro da banca.

A banca examinadora fará a avaliação do estudante, considerando o trabalho escrito e a defesa oral.

Após a defesa da monografia, o professor orientador, de acordo com os pareceres da banca examinadora, atribuirá o resultado de aprovação ou reprovação do estudante estando este condicionado a realização das correções sugeridas pela banca.

As alterações sugeridas pela banca examinadora deverão ser realizadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, cuja aprovação estará condicionada ao cumprimento do prazo, ao atendimento às sugestões da banca, sem necessidade de nova defesa.

Caberá ao professor orientador apuração da média para registro da avaliação final deste trabalho, considerando a nota da banca e a nota do orientador

O estudante que cumprir, satisfatoriamente, as exigências estabelecidas, dentro do prazo estipulado, será considerado aprovado.

Caberá ao estudante reprovado matricular-se no TCC, no semestre seguinte à reprovação e reelaborar seu projeto inicial ou elaborar nova monografia, seguindo o regulamento em vigor.

A avaliação da banca examinadora para a monografia deverá ser lavrada em ata de defesa, com os registros de dia, horário, local, aprovação ou reprovação do estudante, além de observações pertinentes ao ato da defesa.

A ata, com o registro da defesa da monografia, assinaturas dos membros e eventual indicação para publicação, devem ser encaminhadas à Secretaria Acadêmica, para o devido registro e arquivamento.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Não será permitido tornar público o conteúdo do TCC antes de sua defesa.

A publicação só deverá acontecer mediante aprovação do professor orientador e do NDE.

Compete ao NDE, juntamente com o Coordenador do curso, dirimir as questões e dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, bem como decidir a respeito de casos omissos.

1.1.19.Relevância do trabalho de curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular realizado pelo estudante, sob a orientação docente centrado em determinada área teórica-prática ou de formação profissional, como atividade de integração e síntese de conhecimentos construídos ao longo do curso, bem como em apropriação de metodologias e técnicas de pesquisa.

O desenvolvimento do TCC possibilita o aprofundamento dos conhecimentos inerentes à área de formação, o exercício das competências adquiridas ao longo do curso e ainda, contribui para:

- Despertar a vocação científica;
- Desenvolver aptidões e gosto para a pesquisa;
- Reforçar a integração entre a graduação e a pós-graduação;
- Estimular a produção científica em coautoria docente/discente;
- Desenvolver a capacidade de correlação entre conhecimento científico e social;

- Contribuir para a formação pessoal, profissional e cidadã.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Curso de Agronomia segue os regulamentos institucionais e as orientações para cumprimento das atividades complementares como sendo componentes curriculares obrigatórios, enriquecedores do perfil do estudante, que possibilitam ampliar habilidades, competências e conhecimentos do estudante que são adquiridas em ações de ensino, pesquisa e extensão.

As Atividades Complementares compõem o currículo do curso, com carga horária de 300 horas, conforme definido na estrutura curricular, e estão divididas em três eixos, a saber: ensino, pesquisa e extensão que busquem o aprofundamento temático e interdisciplinar, o aprimoramento profissional, a interação com a comunidade e com o mercado, e ampliem os horizontes da formação profissional, social, cultural e cidadã do estudante.

Essas atividades acontecem, inclusive, fora do ambiente escolar, por meio da prática de estudos e de atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, especialmente nas relações com o mundo do trabalho.

Como componente curricular flexível e relevante para o delineamento do perfil do egresso a ser formado, as atividades complementares permitem o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, em atividades de ensino, pesquisa, iniciação científica, extensão, monitoria, eventos científicos, culturais, programas e cursos oferecidos por organizações. E ainda, as experiências e vivências acadêmicas internas e externas com a finalidade de enriquecer o processo de ensino e de aprendizagem, disseminar conhecimentos, favorecer a prestação de serviços, promover a pesquisa tecnológica e a difusão cultural.

Serão consideradas atividades de ensino a serem validadas como atividades complementares:

- I. monitoria em disciplinas dos cursos ofertados pela instituição.
- II. estágio Supervisionado Não Obrigatório desenvolvido com base nos convênios firmados com a instituição;
- III. disciplinas pertencentes a outros cursos superiores da instituição ou de outras instituições de ensino superior, devidamente comprovadas quanto à frequência e aprovação, desde que não tenham sido objeto de aproveitamento de estudos.
- IV. cursos livres de idiomas, comunicação e expressão e de informática, com frequência e aprovação, cujas cargas horárias não tenham sido objeto de aproveitamento de estudos.
- V. visitas técnicas monitoradas por docentes da instituição.
- VI. programas de intercâmbios nacional ou internacional, realizados em outras instituições de ensino superior.
- VII. atividades complementares realizadas na modalidade virtual.

Como atividades de pesquisa poderão ser validadas como atividades complementares:

- I. trabalhos de iniciação científica;
- II. trabalhos desenvolvidos com orientação docente, apresentados na instituição e em eventos científicos;
- III. trabalhos desenvolvidos com orientação docente, apresentados em eventos científicos específicos ou seminários e publicados em anais, mencionando o nome da instituição;
- IV. trabalhos científicos publicados em revista de circulação nacional, registrando o nome da instituição;
- V. trabalhos científicos publicados em periódicos científicos, registrando o nome da instituição;
- VI. livros ou capítulos de livros publicados, registrando o nome da instituição, quando for o caso;
- VII. assistir apresentação de TCC, dissertações e teses, em que o estudante participa como ouvinte, na Instituição ou em outras Instituições de Ensino Superior;

- VIII. eventos científicos, internos e externos (semana acadêmica, jornada, congresso, simpósio, fórum, entre outros) nos quais o estudante participa como apresentador ou ouvinte;
- IX. eventos científicos ou culturais promovidos pela instituição, nos quais o estudante participa de sua organização;
- X. Atividades de iniciação científica (estudante bolsista ou voluntário).

Serão consideradas atividades de extensão a serem validadas como atividades complementares:

- I. eventos de extensão promovidos pela instituição e por outras instituições de ensino superior;
- II. cursos e/ou eventos internos ou externos à instituição, de interesse da comunidade, nos quais o estudante participa como coordenador ou como componente da comissão organizadora;
- III. ligas acadêmicas, atlética, jornal do curso e/ou da instituição, diretório acadêmico, entre outros, em que o estudante participa de sua organização;
- IV. programas sociais, voluntários, tais como: Comunidade Solidária, Escola Solidária, Projeto Amigos da Escola, Projeto Rondon, ou afins, em que o estudante participa, em suas diversas ações;
- V. eventos culturais promovidos pela instituição ou organizações afins.

No intuito de orientar melhor os acadêmicos do curso, o NDE elabora manual específico, trazendo para uma linguagem mais simples o Regulamento aprovado pelo CEPE.

1.1.20. Acompanhamento das atividades complementares

As Atividades Complementares do currículo do curso de Agronomia devem ser desenvolvidas de forma desdobrada, abrangendo os primeiros nove semestres letivos do curso, totalizando 300 (trezentas) horas de atividades. As ações educativas desenvolvidas no âmbito das aulas práticas e do estágio curricular não poderão ser computadas como atividades complementares.

O cumprimento da carga horária total das atividades complementares é de responsabilidade do acadêmico, devendo este estar atento à divulgação dos eventos disponíveis, oferecidos pelo curso ou por outras instituições. O discente deverá ter com uma postura proativa para complementar a sua formação profissional com estas atividades.

As horas de atividades complementares deverão ser requeridas, via portal, ou mediante requerimento padrão entregue à central de atendimento. Para validação das atividades realizadas, será considerando a data prevista no calendário semestral divulgado pela Instituição.

No ato da entrega do requerimento, o discente deverá entregar a documentação comprobatória, com clara discriminação dos conteúdos, atividades, períodos, carga horária e formas de organização ou realização.

O acadêmico deverá desenvolver as atividades em pelo menos 2 (dois) eixos, dos três, ensino, pesquisa e extensão. Porém, a carga horária de cada eixo não poderá ultrapassar 50%.

Já os acadêmicos transferido de outra IES, para a Católica do Tocantins, deverá cumprir a carga horária de atividades complementares previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, que podem, inclusive, se for o caso, solicitar no ato da transferência, a reavaliação das atividades já realizadas na IES de origem.

1.1.21.Relevância das atividades complementares

O desenvolvimento de atividades complementares por parte dos discentes é fundamental para o somatório de conhecimentos adquiridos ao longo da sua formação acadêmica. Não obstante, estimula a busca contínua por conteúdos e atualizações, característica fundamental ao longo de toda vida do profissional.

Tal procedimento ainda capacita o aluno nas áreas do conhecimento que mais o atraem tornando-o mais preparado e confiante para atuar no mercado de trabalho. Também o aproxima de profissionais já graduados, o que possibilita um intercâmbio de conhecimentos e interesses.

1.1.22. Monitoria

O Curso de Agronomia como os demais cursos da Facto, é contemplado semestralmente com bolsas para o Programa de Monitoria. Este Programa tem por objetivo intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da vida acadêmica, e se dá em dois níveis: Monitoria Remunerada, quando o acadêmico selecionado é contemplado com uma bolsa e Monitoria Voluntária, ambas com mesmas atribuições e objetivos.

À Coordenação de Curso cabe estabelecer o Plano Semestral de Atividades de Monitoria, que prioriza aquelas disciplinas de caráter prático ou que contemplem processos didático-pedagógicos inovadores. Há sempre um processo seletivo para avaliação de candidatos, amplamente divulgado.

Conforme Regulamento Institucional, a monitoria terá vigência semestral e deverá ser solicitada nos meses de novembro e junho. Dessa forma, o processo seletivo deverá ocorrer antes desses períodos, por meio de Editais específicos.

Ao final do período previsto para o exercício das atividades de Monitoria, os monitores, após avaliação realizada pelo professor, recebem um "Certificado de Exercício de Monitoria". O Programa foi aprovado pelo CEPE e é regido por uma Resolução própria.

PROGRAMAS OU PROJETOS DE PESQUISA /INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Alinhado à FACTO, que pretende que a pesquisa/iniciação científica, por meio da geração de conhecimento, dê credibilidade ao saber acumulado, sistematizado e colocado à disposição na graduação, ao tempo que induz os caminhos de relevância e significância social por meio da publicação, socialização e, mormente, mediante a transferência, o que possibilita a inovação, o Curso de Agronomia, participa plenamente dos Editais que sistematizam a Iniciação Científica.

O curso de Agronomia incentivar, estimular e apoiar institucionalmente, por recursos próprios da instituição ou captados em Agências de Fomento, projetos de pesquisa/IC. No

âmbito da Iniciação Científica, o curso segue a regulação do PIBIC e PIBITI, sistematizar a Iniciação Científica, sempre com as bolsas ofertadas pelo CNPq e CAPES.

Além disso, incentiva a pesquisa voluntária, e a investigação temática, para a qual organiza, anualmente, se envolve ativamente da Jornada de Iniciação Científica e Extensão, na Semana de Humanidades, no Encontro de Ética, na Semana do Curso, ocasiões em que a Facto oferece ao Acadêmico oportunidades de expor os resultados de suas investigações.

O Curso de Agronomia entende que a elaboração do TCC, embora ao nível de graduação, seja exercício pleno da atividade de pesquisa, por isso exige-se rigor metodológico e científico, faz opção pela Iniciação Científica Aplicada e espera que esta gere ações culturais, sociais e de transferência de conhecimentos e tecnologias, na perspectiva da sustentabilidade e oportunidade de aprendizagem.

O Curso estimula a participação docente em Congressos, Seminários, Simpósios e outros eventos específicos da área, quanto à disponibilização de recursos financeiros previstos em orçamento, com custeio de inscrições, passagens, hospedagem e/ou alimentação em eventos de capacitação, extensão e/ou iniciação científica. Para os discentes, o Curso viabiliza a participação dos menos em congressos e/ou vista técnicas interestaduais com o auxílio no custeio de ônibus, em acordo com as propostas aprovadas na Semana de Planejamento, no início de cada semestre letivo. As visitas técnicas e/ou congressos, além de auxiliar no processo prático, são instrumentos de difusão de saberes, que auxiliam na compreensão das disciplinas, alinhando teoria e prática, atividade considerada pelo curso um diferencial, com vistas à promoção de uma aprendizagem significativa.

DIVERSIDADE, MEIO AMBIENTE, MEMÓRIA CULTURAL E PATRIMÔNIO CULTURAL PROGRAMAS OU PROJETOS DE EXTENSÃO

A Facto reconhece que a Cultura identifica um povo, uma nação. Preservar sua cultura é preservar sua identidade. Identidade cultural dá a um povo ou nação a garantia de sua força e de sua soberania.

A arte, por sua vez, resultado da cultura, oferece ao povo ou à nação, os mecanismos de torná-la plástica. Arte e cultura se integram e se amalgamam, resultando num componente identitário único. A FACTO, integrante da Amazônia Legal, marcadamente, impactada pela cultura negra, indígena e latina, em força de seu compromisso social, sente-se convocada e responsabilizada a conhecer a riqueza cultural e histórica da Região e a buscar mecanismos consistentes para o seu fomento e sua preservação. O curso cuidar da arte e cultura tocantinense, com o intuito de dar plena visibilidade ao rosto típico deste Estado, o mais jovem da pátria brasileira.

O Curso tem consciência clara do país continental e fortemente diverso que abriga o povo tocantinense, e sabe, e esmerar-se na ciência, de quanto ritmos, esportes, gírias, hábitos, gaiatice, religiosidade, história, folclore e artes impactam esta terra. Por isso, esta Instituição, arregança mangas para organizar meios que deem visibilidade a todos estes aspectos identificadores da nação brasileira. E seu propósito é claro: o de cumprir com seu compromisso social de preservar a cultura, a história e a arte em função do especial cuidado pela identidade regional e nacional.

Em sintonia com as diretrizes da FACTO, o Curso preconiza atividades culturais (Quarta Cultural, Festa Junina, sociais (Dia do Engenheiro Agrônomo e premiação do Aluno Destaque), dentre outros, assim como a transferência do conhecimentos e tecnologias, na perceptiva da sustentabilidade de aprendizagem.

Além disto, o Curso apoia as ações promovidas pela Coordenação da Pastoralidade, em especial o coral, o Núcleo de Cultura Negra e Indígena, a religiosidade e os eventos culturais e artísticos.

PROGRAMAS OU PROJETOS DE EXTENSÃO

A Extensão, para o Curso, é um espaço de aprendizagem e se concretiza em ações culturais, desportivas, sociais, religiosas comunitárias e de transferência de tecnologia e conhecimento. Os projetos de extensão são formulados a partir da publicação do edital pela instituição, onde o curso elabora e submete os projetos para aprovação.

Entretanto, a FACTO pretende orientar a extensão na linha de transferência de conhecimentos e tecnologias. Em virtude disto, busca parcerias com empresas e dá ênfase à publicação. Nesta perspectiva, mantém a revista eletrônica RIU - Revista Integralização Universitária (Qualis B5), publicada semestralmente, além de incentivar seus docentes na busca de outras editoras, mormente de Qualis elevado.

A transferência de tecnologia é uma prática que a FACTO pretende implementar como medida estratégica, pois entende que conhecimento se reverte em desenvolvimento, quando, em parceria com empresas for transformado em produto.

O curso de Agronomia está envolvido com Projetos e Atividades de Extensão, sempre de forma alinhada com o PDI da Instituição. Assim, por linhas, norteia suas ações como abaixo demonstrado:

- **Desenvolvimento Sustentável:** Os estudos a serem desenvolvidos nesta linha de pesquisa abordam os princípios da sustentabilidade com ênfase nos quatro elementos do Desenvolvimento Sustentável — sociedade, ambiente, economia e cultura. A finalidade é realizar pesquisas que busquem definir e operacionalizar um modelo de desenvolvimento sustentável fundamentado no tripé do desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e conservação ambiental. Busca-se encontrar formas de desenvolvimento econômico que se sustente sem a redução drástica dos recursos naturais e danos ao meio ambiente. Isto é, implementar ações e obras necessárias ao funcionamento dos sistemas econômicos e ao provimento de melhores condições de vida às populações preservando os recursos naturais. Para tal fim, as pesquisas abordarão temas como: pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, conflito e violência aos direitos humanos, entre outros.
- **Tecnologia, comunicação e inovação:** O atual ambiente em que as organizações estão inseridas passa por constantes mudanças decorrentes da abertura dos mercados internacionais, das inovações tecnológicas e do avanço da comunicação. Nesse cenário dinâmico, as organizações devem adequar-se às novas condições para se manter competitivas. Um ponto fundamental para que as organizações diretamente relacionado

com a capacidade de identificar e fazer uso das tecnologias de informação, de produção e de comunicação dentro da perspectiva da inovação. Diante desse contexto, faz-se necessário desenvolver estudos e pesquisas que visualizem um mosaico de iniciativas a fim de dar respostas aos desafios e promover mudanças nos padrões existentes, que não mais correspondem às perspectivas da sociedade moderna. Dessa forma, esta linha de pesquisa enfocará temas ligados à difusão das tecnologias de informação e comunicação, reflexão e análise dos meios de produção, competências gerenciais e organizacionais, gestão de empresas, desenvolvimento e implantação de sistemas de informações gerenciais, entre outros.

- **Redes de Cooperação:** A atuação em redes de cooperação se caracteriza como uma importante alternativo para a sociedade. Muitas organizações caminham para o estágio de cooperação. Elas estão derrubando as fronteiras e se organizando sob o formato de associações, cooperativas, clusters, aglomerados, entre outras formas de cooperação, ao combinar as competências e conhecimentos. A cooperação surge como uma estratégia de relacionamento tanto em nível de organização de pessoas, como em grupo de organizações. O trabalho em redes de cooperação possibilita ganhos coletivos por meio do compartilhamento de recursos, troca de conhecimento, aprendizagem organizacional, disseminação da informação, bem como defesa contra as incertezas e a realização de certos objetivos, os quais seriam inalcançáveis por meio das ações isoladas.

Fica claro que uma das soluções para a melhoria da performance das organizações reside em atuarem de forma mais cooperativa, ou seja, atuar sob o formato de redes. Dessa forma, nessa linha de pesquisa, pretende-se estudar e analisar temas teóricos e práticos relacionados às diversas formas de cooperação existentes e verificar a viabilidade dos acordos de cooperação para sociedade moderna.

1.1.23. Compromisso com o desenvolvimento sustentável

Os estudos desenvolvidos nesta linha de pesquisa abordam os princípios da sustentabilidade com ênfase nos quatro elementos do Desenvolvimento Sustentável — sociedade, ambiente, economia e cultura. A finalidade é realizar pesquisas que busquem definir

e operacionalizar um modelo de desenvolvimento sustentável fundamentado no tripé do desenvolvimento social e no equilíbrio e conservação ambiental.

O curso reflete os princípios da sua missão e seu dever visceral de comprometimento social, apercebe-se que nesta linha de extensão os projetos relativos aos Direitos Humanos são condizentes com sua identidade. A partir desta percepção desenvolve a praticabilidade do Projeto de Educação Ambiental – PEA.

Com ações de extensão desenvolvidas a partir desta linha de pesquisa da sustentabilidade com ênfase nos quatro elementos do Desenvolvimento Sustentável — sociedade, ambiente, economia e cultura. Para tanto, os projetos e atividades abordarão temas como: pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, conflito e violência aos direitos humanos, entre outros.

Os esforços do curso estão para desenvolvimentos de Projetos e Atividades como:

- ✓ Workshop de Meio Ambiente é realizado semestralmente com temáticas diferentes;
- ✓ Os projetos de extensão que priorizam projetos que tenha como objetivo a preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade do projeto em si.
- ✓ Atividades de distribuição de mudas incentivando o plantio e reflorestamento de plantas nativas, buscando a sustentabilidade da região.

1.1.24. Dia da responsabilidade social

A responsabilidade do Curso é contemplada num modelo de gestão flexível capaz de adaptar-se às exigências da sociedade. Fundamenta-se em princípios de qualidade, ética e responsabilidade social. Neste contexto, o direcionamento das ações educacionais, ao fundamentar-se em princípios que levam em consideração a formação humanística com uma visão global, habilita os educandos na compreensão do meio social, político, econômico, ecológico e cultural.

Assim, as ações realizadas, que buscam cumprir com o quesito, são desenvolvidas através dos cursos de graduação, sob a supervisão das demais coordenações e direção, envolvendo toda a Instituição. São ações de caráter permanente e pontuais de atendimento de demandas da sociedade. A Faculdade Católica do Tocantins busca interagir com a sociedade, no segmento público e privado e atendimento às demandas e às necessidades do mercado de trabalho.

A Faculdade Católica do Tocantins como uma Associação Civil, Confessional de Direito Privado, de caráter Assistencial, Educacional, Filantrópico e sem fins econômicos, preocupa-se com a socialização do conhecimento e com a inclusão social por meio de ações que visem à interação com a sociedade na qual está inserida.

A IES, por localizar-se em uma região com fortes fluxos migratórios, preocupa-se em agir na difusão cultural relacionada à origem deste “novo cidadão tocantinense” e concomitantemente busca valorizar e divulgar as diversas manifestações culturais locais.

A Instituição persegue anualmente, por meio do Dia da Responsabilidade Social, o selo de Instituição Socialmente Responsável, distinção concedida pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES). Este dia previsto no calendário acadêmico pressupõe a paralisação da rotina institucional e o envolvimento de todos os cursos em atividades coordenadas pela Pastoralidade.

Anualmente, o curso se envolve na atividade institucional, denominada Dia de Responsabilidade Social, coordenada pela Pastoral. Neste dia substitui-se as atividades de rotina por um dia de mergulho, juntamente com toda a comunidade acadêmica do curso, em ações de produção de mudas, produção de hortaliças com materiais recicláveis, conservação de frutas por meio da desidratação, produção de orgânicos, confecção de armadilhas para captura do mosquito da dengue, etc.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Desde 2012 a Católica do Tocantins vem trabalhando para que a avaliação não seja um ponto final do processo de ensino e aprendizagem, nesta perspectiva definiu que o Sistema de Avaliação da Aprendizagem nos seus cursos de graduação são integrados pelos os testes, provas, trabalhos individuais e em grupos, projetos e outros meios de produção acadêmica que permitam avaliar o rendimento do acadêmico no processo de aprendizagem, entendendo por rendimento do acadêmico no processo de aprendizagem a soma dos esforços e o progresso do acadêmico em seu processo de formação.

O Sistema de Avaliação da Aprendizagem deverá promover um processo contínuo e abrangente, priorizando a utilização de instrumentos diversificados. Neste sentido, entende-se por processo contínuo e abrangente aqueles instrumentos que contemplem os conteúdos ministrados até sua aplicação, promovendo assim coerência no processo avaliativo.

O docente da disciplina é responsável por definir sua metodologia para o processo de avaliação (composição da avaliação: testes, trabalhos individuais e em grupos, projetos e outros meios), bem como a forma de mensuração dos resultados finais para obtenção de Primeira Avaliação (A1) e Segunda Avaliação (A2) e deverá explicitar detalhadamente todo o processo em seu Plano de Ensino.

As notas atribuídas para o rendimento acadêmico variam de 0,0 (zero) a 10,0 (dez inteiros) e devem ser registradas parcialmente no Sistema Acadêmico RM, obedecendo aos limites dos prazos definidos no Calendário Acadêmico. A nota da Avaliação Semestral será resultante de média aritmética da Primeira Avaliação (A1) com a Segunda Avaliação (A2). Concluído o semestre, considera-se aprovado por média, em cada disciplina, o acadêmico que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média aritmética semestral (MS) igual ou superior a 7,0 (sete inteiros). Ao acadêmico que não obtiver Média Semestral superior a 7,0 (sete inteiros) e possuir frequência igual ou superior a 75% na disciplina fica garantido o direito de realizar Avaliação Substitutiva (AS) e/ou Exame Final (EF).

Caso o Acadêmico falte a uma das avaliações (A1 ou A2) poderá se valer de Avaliação Substitutiva (AS), o que independe de razões e comprovações. A Avaliação Substitutiva (AS) será pontuada de 0,0 (zero) a 10,0 (dez inteiros). E, considera-se aprovado por Exame Final (EF) o acadêmico que obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis inteiros). Tanto a Avaliação Substitutiva (AS) quanto o Exame Final (EF) versarão sobre todo o conteúdo da disciplina e serão aplicados em encontros presenciais em data e horário especificados no Plano de Ensino. Para as disciplinas de Estágio e Monografia ou Trabalho de Conclusão de Curso não se aplicam estas normas, sendo a avaliação conduzida pelo Regulamento próprio para cada assunto, aprovado pelo CEPE da Católica do Tocantins e adequado ao curso, quando necessário for.

SISTEMA DE AUTO AVALIAÇÃO DO CURSO

A Autoavaliação Institucional permite que, a partir dos resultados, as IES possam atualizar e melhorar seus processos continuamente. Assim, também o próprio processo de autoavaliação deve passar por melhorias. A Católica do Tocantins (FACTO) vem, a cada ano, tentando melhorar o seu processo de autoavaliação, atualizando os instrumentos de coleta e o tratamento dos dados. Para o exercício de 2012, foram utilizados sistemas de informação disponíveis nas ferramentas do Ambiente Católica Virtual (ACV).

Vale lembrar que os dados colhidos no processo de autoavaliação não são usados apenas para compor o relatório de autoavaliação, mas principalmente, como subsídios para tomadas de decisões, tanto na área acadêmica, quanto de gestão e estratégica.

Ressalta-se que a análise dos resultados teve por base a média mínima de 70%, ou seja, a mesma média exigida por meio do Regimento Interno aos acadêmicos, centrando-se assim a meta de atingi-la minimamente para todos os quesitos avaliados.

Autoavaliação Institucional

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Católica do Tocantins é parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Possui caráter paritário, sendo composta atualmente por seis (6) membros, institucionalizada por meio de portaria específica.

As portarias da CPA da Facto possuem mandato com vigência de um (01) ano. Os membros são indicados pelos seus pares, em colegiado, por meio de listas tríplices, a partir das quais a Direção Geral procede à escolha; excetuando-se o presidente, o qual é indicado, conforme seu Regulamento Interno. O Regulamento Interno é revisado sempre que necessário.

Eixos Avaliados no Projeto/Processo de Autoavaliação da Facto

O Projeto/Processo de Autoavaliação Institucional da Facto contempla a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065, de 09 de outubro de 2014, organizado nas 10 dimensões preconizadas no Art. 3º da Lei Nº 10.861, Lei do SINAES, distribuídos em 5 eixos, a saber:

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional: Dimensão 8: Planejamento e Avaliação;

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional: Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição;

Eixo 3: Políticas Acadêmicas: Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade; Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes;

Eixo 4: Políticas de Gestão: Dimensão 5: Políticas de Pessoal; Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição; Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira; e

Eixo 5: Infraestrutura Física: Dimensão 7: Infraestrutura Física.

Objetivo Geral

Sistematizar o processo de Avaliação Institucional da FACTO, tanto interna quanto externamente, conforme o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, Lei Nº 10.861 (2004), retroalimentando o Planejamento Estratégico (PE) e servindo de bússola para que as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) possam ser cumpridas com maior êxito.

Objetivos Específicos

Sistematizar os ciclos avaliativos semestrais de autoavaliação institucional da FACTO, promovendo:

- realização de pesquisa de opinião junto à comunidade acadêmica em relação aos setores, serviços, projetos e processos da FACTO;

- realização de pesquisa de opinião junto aos discentes sobre o desempenho didático dos seus professores, bem como sobre a atuação dos seus respectivos coordenadores de Curso;

- análise dos documentos e relatórios institucionais da FACTO, à luz do instrumento de avaliação institucional vigente;

- tabulação e tratamento dos dados obtidos.;

- identificação das potencialidades institucionais, à luz do instrumento de avaliação institucional vigente;

- identificação das fragilidades institucionais, à luz do instrumento de avaliação institucional vigente;

- elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional (RAI), semestralmente para a gestão da IES; e, anualmente, para o MEC (via Procurador Institucional); conforme a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N°065, de 09 de outubro de 2014;

- divulgação dos resultados do RAI e promoção de sua ressignificação pela comunidade acadêmica;

- divulgação das melhorias decorrentes do processo de Autoavaliação Institucional;

- sugestão de melhorias à gestão institucional;

- analisar e acompanhar a implementação das metas do PDI e do PE, junto à Assessoria de Desenvolvimento Institucional - ADI;

- acompanhar a Autoavaliação dos Cursos de Graduação - ACG, em parceria com a Assessoria Pedagógica - AP da FACTO;
- acompanhar a Avaliação Externa Institucional e dos Cursos de Graduação, por meio dos indicadores de qualidade do Inep/MEC;
- elaborar, implantar e acompanhar, em parceria com a Assessoria Pedagógica - AP, a execução do 'Plano Institucional para o ENADE', junto aos coordenadores de Cursos;
- reunir-se e prestar esclarecimentos, quando for solicitada, às Comissões Avaliadoras in loco do MEC, quando dos atos regulatórios oficiais;
- guardar os registros dos processos de Autoavaliação Institucional da FACTO, junto à Secretária Acadêmica.

Público Alvo do Projeto/Processo de Autoavaliação Institucional da FACTO

O público alvo do Processo de Autoavaliação Institucional da FACTO é constituído por Discentes, Docentes e Técnicos-Administrativos. Os gestores acadêmicos e administrativos da casa, também participam ativamente do processo.

Metodologia do Projeto/Processo de Autoavaliação Institucional da FACTO

A Autoavaliação Institucional (Avaliação Interna) é realizada em 4 fases distintas, a saber:

Fase 1 - Sensibilização/Mobilização

A fase sensibilizadora/mobilizadora da comunidade acadêmica da FACTO ocorre por meio da utilização de recursos de marketing, além de divulgação direta por meio de reuniões, em sala de aula, ambientes administrativos e outros. A série histórica 2011/2015 do índice de adesão da comunidade acadêmica, vem sendo incrementada e obtendo índices crescentes a cada semestre. Em 2016, a Facto implantou uma Campanha de marketing específica para a

Autoavaliação Institucional, tarefa prevista no Planejamento Estratégico (PE) de 2016, a qual se tornou uma rotina institucional.

Fase 2 - Coleta de dados

A elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional da FACTO - RAI, ocorre por meio de coleta semestral realizada pela CPA, prevista em Calendário Acadêmico, conforme detalhamento a seguir:

- a) percepção da comunidade acadêmica por meio de aplicação dos instrumentos de autoavaliação institucional sobre os aspectos relativos aos cinco (5) eixos preconizados pelo SINAES (2004); aplicando-se 3 questionários: um contendo 16 questões, para os técnicos administrativos; outro, com 48 questões para os docentes e; outro, com 38 questões para os discentes;
- b) percepção sobre o desempenho didático do docente pelo discente, também através de instrumento específico; a qual é realizada desde o ciclo avaliativo 2013, aplicando-se 16 questões;
- c) percepção do Discente e do Docente sobre a atuação dos Coordenadores de Cursos (1 questão); e
- d) análise de documentos e relatórios institucionais; em que a CPA solicita relatórios setoriais para complementar informações sobre os cinco (5) eixos avaliativos, SINAES (2004).

Os instrumentos a serem aplicados são revisados e validados pela CPA; em seguida, implementados em software específico, junto aos colaboradores de TI/UBEC, situada em Brasília, por meio do Centro de Serviços Compartilhados, o CSC e parceiros.

Para acessar ao questionário, os participantes contam com a orientação de um ‘passo a passo’ específico para cada segmento, o qual é amplamente divulgado na FACTO.

Fase 3 - Tabulação dos dados

Os dados das pesquisas de opinião são disponibilizados à CPA por meio de relatórios específicos, com suporte da TI/UBEC, situada em Brasília, por meio do Centro de Serviços Compartilhados –CSC e parceiros. A tabulação é realizada pela CPA, que conta com suporte técnico sazonal.

Fase 4 - Divulgação dos resultados

A divulgação dos resultados do Relatório de Autoavaliação Institucional – RAI é realizada pela CPA, que o apresenta à Diretoria Geral e aos Coordenadores Setoriais e de Cursos, via Assessoria de Desenvolvimento Institucional - ADI.

A CPA produz, a cada semestre, material (slides) contendo as informações simplificadas do RAI, bem como as providências tomadas até então, a partir das fragilidades detectadas no RAI anterior. Tal material é apresentado pelo professor, em sala de aula, e discutido com todos os acadêmicos de cada turma da Facto, concomitantemente.

A data desta divulgação também é prevista em calendário acadêmico e ocorre semestralmente. Os registros são realizados em sala de aula por um acadêmico voluntário, em formulário específico, reunidos e analisados pelo Coordenador do Curso e, após, encaminhados à CPA também para análise e posterior arquivo.

Ao final do ciclo avaliativo, a CPA da FACTO apresenta os resultados e sugestões de melhorias tanto do RAI quanto da comunidade Acadêmica, à ADI, a qual procede o feedback com o Colegiado Diretor da FACTO, para providências cabíveis e tomadas de decisões estratégicas.

Por fim, as melhorias decorrentes da Autoavaliação Institucional são divulgadas amplamente, fechando-se o ciclo de avaliação interna da IES. Esta também ocorre por meio de Campanha de Marketing específica à comunidade acadêmica, a qual vale-se do uso de selos adesivos, TV Indoor e postagem do material divulgado no site institucional.

Quanto à Avaliação do Desempenho Didático do Docente pelo Discente, os resultados semestrais são emitidos por meio de relatórios enviados diretamente ao docente, via e-mail institucional.

Cabe ao coordenador do Curso, proceder o feedback individual com cada docente sob sua responsabilidade, emitir relatório geral e registrar as conversas, elogios e acordos saneadores, quando for o caso. A FACTO considera este momento como oportunidade de autorreflexão das práticas pedagógicas e tomadas de decisão estratégicas para a gestão de cada Curso. O relatório geral é protocolizado na CPA, para integrar o arquivo interno.

Avaliação dos Cursos de Graduação Prevista no Projeto/Processo de Autoavaliação Institucional

A FACTO oportuniza aos Cursos de Graduação sua autorreflexão estratégica, por meio da Autoavaliação dos Cursos de Graduação – ACG, na busca de sua excelência.

A ACG é uma ação prevista no ‘Plano Institucional para o ENADE’, que se utiliza da análise dos resultados das suas respectivas avaliações internas e externas (Exame Nacional de Desempenho do Estudante - ENADE e Avaliações in loco anteriores).

Além disso, quando ocorrem as visitas de verificação in loco do MEC para os atos institucionais, a CPA da FACTO realiza o acompanhamento de todas as etapas do processo, junto aos avaliadores do MEC, ao Procurador Institucional – PI, aos Coordenadores dos Cursos e ao Colegiado Diretor.

A CPA FACTO, ainda, zela pelo registro e arquivamento dos Relatórios de AGC, auxiliando, sugerindo e acompanhando as ações desempenhadas pelos Cursos.

Monitoramento dos Resultados do ENADE Previsto no Projeto/Processo de Autoavaliação Institucional

Com o intuito de atingir a excelência educacional com base nos indicadores de avaliação externa, a FACTO implantou o ‘Plano Institucional para o ENADE’, integrado ao Planejamento

Estratégico - PE 2018/2022 e que objetiva sistematizar os ciclos avaliativos do ENADE na Instituição, numa ação conjunta com toda a comunidade acadêmica, por meio de 3 frentes, a saber: Frente 1 - Implementação da parte operacional de acompanhamento do ENADE; Frente 2 – Promoção da motivação dos agentes envolvidos, sobretudo dos estudantes concluintes habilitados ao ENADE; e Frente 3 - Implementação da parte pedagógica do ENADE.

Cronograma de Autoavaliação Institucional

O quadro abaixo apresenta o cronograma de Autoavaliação Institucional, previsto em calendário acadêmico, referente aos dois (2) ciclos de Avaliação Institucional previstos pelo Inep/MEC, 2018/2020 e 2021/2022, que ocorrerão durante o período de vigência deste Plano (2018/2022).

AVALIAÇÕES OFICIAIS DO CURSO

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) foi criado pela Lei Nº 10.861, de 14 de Abril de 2004 e implantado em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) que, desde então passaram a contar com uma Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Os objetivos da CPA são conduzir o processo de Autoavaliação Institucional, da Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade), desde a coleta de dados, análise por setores e cursos, registros, relatos, divulgação e acompanhamento de planos de ação. Ela é composta atualmente por um coordenador e por um representante: docente, discente, administrativo, da ouvidoria interna e da comunidade externa. Reunindo-se ordinariamente semestralmente e extraordinariamente quando necessário.

Sendo assim, os Cursos de Graduação são acompanhados sistematicamente pela CPA por meio de instrumentos que permitem perceber a impressão anual da comunidade acadêmica sobre a Católica do Tocantins como um todo, bem como que permitem analisar e monitorar semestralmente a autoavaliação do docente, a do discente e a avaliação do docente pelo discente. Outros instrumentos também aplicados semestralmente são voltados para o acompanhamento dos estudantes ingressantes e concluintes de cada um dos cursos de graduação.

A CPA também auxilia a coordenação do curso, bem como o Núcleo Docente Estruturante (NDE) na oportunidade das visitas avaliativas in loco do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para autorização de funcionamento de cursos, bem como reconhecimento dos mesmos.

Outro processo avaliativo externo acompanhado anualmente pela CPA na Católica do Tocantins é o Enade. Tal acompanhamento envolve a parte operacional do processo, estabelecendo uma ponte entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do Governo Federal encarregado pelo Exame, inscrições de estudantes regulares e irregulares, esclarecimento e ampla divulgação aos estudantes envolvidos no processo junto aos coordenadores dos cursos de acordo com o ano de abrangência.

Outra parte integrante do referido acompanhamento realizado é pedagógica onde, é vigilante junto aos NDEs dos cursos de graduação em relação ao compromisso dos colegiados de desenvolver nos acadêmicos as competências mínimas exigidas pelas Diretrizes Curriculares dos Cursos (DCNs) e as àquelas cujas especificidades são mais locais e que estão inclusas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), no decorrer do curso.

As presentes formas de avaliação estão diretamente relacionadas ao Conceito Preliminar dos Cursos (CPCs), bem como ao Índice Geral dos Cursos (IGC) que de uma forma simplificada, corresponde a uma espécie de média entre os primeiros.

Contudo, a CPA e o Procurador Institucional (PI), colaborador que responde pela IES junto ao Portal do e-MEC e ao Inep, se encontram e se colocam sempre numa atitude vigilante e colaborativa com a coordenação dos cursos e seus respectivos NDEs a fim de garantir não só o melhor conceito possível, mas, sobretudo a formação e entrega de profissionais de excelência técnica e humana que farão a diferença na comunidade a qual estarão inseridos.

IV. CORPO SOCIAL DO CURSO

CORPO DISCENTE

FORMA DE ACESSO AO CURSO

O processo seletivo para o curso de Agronomia segue os critérios estabelecidos para acesso e as orientações presentes no Regimento Geral da Católica do Tocantins.

Os critérios que compõem o processo seletivo são fixados pela direção geral da instituição, de acordo com a sua natureza e devidamente publicado em edital. Deverá estar à disposição do candidato, e ser amplamente divulgado, de acordo com a legislação pertinente.

No processo seletivo o candidato, deverá ter domínio do conteúdo que abrange conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, a serem avaliados em provas, na forma disciplinada pelo CEPE.

A classificação respeita o limite de vagas aprovadas, faz-se pela ordem decrescente dos resultados obtidos e excluídos os candidatos que não atendem aos critérios estabelecidos no edital do processo seletivo. A classificação obtida é válida, exclusivamente, para a matrícula no período letivo para o qual se realiza o processo seletivo.

Tornam-se nulos os efeitos de classificação no processo seletivo se o candidato deixar de requerer a matrícula nos prazos previstos, ou, em o fazendo, não apresentar a documentação necessária ou apresentar-se fora do prazo para efetivação da matrícula.

O ingresso também poderá ocorrer através do Programa Universidade para Todos (PROUNI). O estudante a ser beneficiado será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). As vagas disponíveis para essa modalidade de ingresso seguem os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação.

Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderá realizar-se novo processo seletivo, e, ainda, restando vagas, nelas poderão ser recebidos alunos transferidos de outro curso ou instituição ou portadores de diploma de graduação, mediante processo seletivo.

ATENÇÃO AOS DISCENTES

A Faculdade Católica do Tocantins realiza a partir da sua Missão Institucional, uma política de bom atendimento e acolhida a todos os discentes. Para tanto são núcleos e departamentos responsáveis pelo desenvolvimento de ações e atividades para garantir um trabalho efetivo de apoio direto ao discente.

No entendimento da Católica do Tocantins o acadêmico é foco de todas as atividades realizadas pela Instituição. Isto significa que desde as atividades dos serviços gerais até a Direção Geral da IES o trabalho é focado para criar condições de atendimento propícias ao desenvolvimento e apreensão de conhecimentos.

No que concerne ao apoio à realização de eventos Acadêmicos, estes são realizados através das coordenações de cursos e da Coordenação de Pastoralidade.

Estas ações devem fazer parte dos planos de ação de cada um dos cursos de graduação. Em todos os eventos Institucionais os acadêmicos são instados a participar desde a concepção do programa até sua efetiva realização.

Nas áreas de desenvolvimento de atividades de caráter científico educacional o estímulo é feito através dos Programas de Iniciação Científica – PIBIC e também da participação de acadêmicos em projetos realizados pelo corpo docente, assim como as monitorias realizadas semestralmente.

A divulgação e socialização das atividades de caráter científico educacional são realizadas nas Semanas Acadêmicas, Semanas de Cursos. Utiliza-se ainda o sítio Institucional e a RIU - Revista de Integralização Universitária.

Os setores Institucionais que tem um relacionamento direto de apoio às iniciativas discentes são: Coordenações de Cursos, Diretoria de Escola, a Central de Atendimento, a Ouvidoria, a Secretaria Acadêmica e a Pastoral Universitária.

1.1.1. Núcleo de Atenção Psicológica (NAP)

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) é um órgão de atendimento e orientação relativo com o objetivo de desenvolver ações de orientação psicopedagógica e de acolhimento das demandas suscitadas, visando orientações e intervenções junto à comunidade acadêmica, compreendendo o corpo discente e docente da FACTO.

O NAP tem por finalidade oferecer recursos que auxiliem tanto o desempenho acadêmico do estudante como também busca atuar na mediação das relações interpessoais entre docente e discente quando demandado. Tem ainda como objetivo, prestar apoio aos colaboradores da FACTO, visando sua inserção de forma integral no processo de trabalho e na perspectiva organizacional.

O Núcleo de Atenção Psicológica (NAP) consiste em um espaço de acolhimento para o aluno. Tem como objetivo geral fomentar ações de acolhimento, integração e socialização que favoreçam a inserção na vida acadêmica e o desenvolvimento pessoal e profissional do discente. Para tanto disponibiliza aos alunos atendimentos individuais para escuta, aconselhamento e encaminhamento em suas necessidades relacionadas a formação.

O objetivo do Núcleo não é oferecer atendimento psicoterapêutico, ele visa à promoção de saúde através do desenvolvimento de ações que favoreçam o aprimoramento das relações sociais na instituição.

1.1.2. Mecanismos de nivelamento

A Católica do Tocantins recebe, a cada semestre, acadêmicos bastante heterogêneos, não só com relação à faixa etária, mas, sobretudo quanto ao conhecimento específico nas disciplinas e ao desenvolvimento de competências e habilidades básicas.

O nivelamento, além de buscar sanar essas deficiências oriundas do ensino médio, irá contribuir também para que os dados referentes à evasão sejam reduzidos. A Facto acredita que não é possível atingir qualquer competência, sem o suporte de conhecimento, sem a instrumentalização de informações.

Para auxiliar o discente em seu trajeto acadêmico, a Católica conta com um mecanismo de nivelamento, com vistas a favorecer o desempenho de forma integral e continuada. Isto acontece com o Programa denominado Encontro de Aprendizagem.

O Encontro de Aprendizagem, como um programa de nivelamento básico, é uma atividade programada para atendimento aos acadêmicos iniciantes nos cursos da faculdade e tem como estratégia de ação uma programação diferenciada onde se desenvolve atividades a fim de minimizar o desnivelamento do conteúdo programático e ansiedade pela nova situação pessoal de estar no Ensino Superior.

O Programa de Nivelamento é uma atividade programada para atendimento aos acadêmicos iniciantes nos cursos da faculdade e tem como estratégia de ação uma programação diferenciada onde se desenvolve atividades a fim de minimizar o desnivelamento do conteúdo programático e ansiedade pela nova situação pessoal de estar no Ensino Superior. Para dar atenção às demandas encontradas, serão desenvolvidas atividades em aulas específicas de Português, Matemática Básica, Informática, Física, Química e Biologia. O Programa será desenvolvido com 75% da carga horária à distância e 25% em encontros presenciais, estes para fechamento de um módulo e abertura de um novo.

Além disto, por meio do seu Plano Institucional para o Enade, denominado Pró-Enade, a Facto propõe um nivelamento paralelo aos seus acadêmicos. O Nivelamento Paralelo acontece a partir do 3º Período quando os estudantes participam anualmente do Simulado. Os relatórios de desempenho dos estudantes são criteriosamente analisados e cada turma passa a receber tratamento diferenciado, no intuito de sanar as deficiências detectadas. Este tratamento diferenciado pode chegar a cada estudante, quando for o caso, com atividades extras. Acredita-se que assim o estudante poderá realmente, ao longo dos anos de curso, adquirir e comprovar aquisição das competências esperada para o egresso do curso Agronomia.

1.1.3. Apoio às atividades acadêmicas

A coordenação do curso e seu colegiado mantém um calendário com os congressos e feiras, regionais e nacionais e constantemente fomenta a participação dos discentes nos mesmos.

1.1.4. Mecanismo de Monitoria

O Programa de Monitoria da Faculdade Católica do Tocantins, tem como objetivo proporcionar ao estudante mais um espaço de aprendizagem que traduza uma atividade de preparação do aluno para o desenvolvimento de habilidades relacionadas às atividades de ensino, tendo como objetivo intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da vida acadêmica.

Conforme Regulamento Institucional, a monitoria terá vigência semestral e deverá ser solicitada nos meses de novembro e junho. Dessa forma, o processo seletivo deverá ocorrer antes desses períodos, por meio de Editais específicos.

OUVIDORIA

A Ouvidoria é órgão de escuta da Facto, pautada pela discrição, pela preservação inegociável da privacidade e pela objetividade. As escutas são classificadas como elogios, sugestões e queixas. É um precioso serviço de comunicação interna, externa, contínua e permanente da FACTO. Além da escuta, quanto às informações institucionais de posse da ouvidora, identifica as queixas dos interessados como equivocadas e, nestes casos, exerce também o papel educativo. Sendo assim, a ouvidoria deve se valer do diálogo assertivo e maximamente cortês e respeitoso. Subsidiariamente, o setor fornece informações aos interessados que a procuram.

Departamento responsável em escuta da Facto, pautada pela discrição, pela preservação inegociável da privacidade e pela objetividade. As escutas são classificadas como elogios,

sugestões e queixas. É um precioso serviço de comunicação interna, externa, contínua e permanente da FACTO. Além da escuta, quanto às informações institucionais de posse da ouvidora, identifica as queixas dos interessados como equivocadas e, nestes casos, exerce também o papel educativo. Sendo assim, a ouvidoria deve se valer do diálogo assertivo e maximamente cortês e respeitoso. Subsidiariamente, o setor fornece informações aos interessados que a procuram.

São objetivos da Ouvidoria da Católica do Tocantins:

- I – assegurar a participação da comunidade na Instituição, para promover a melhoria das atividades desenvolvidas;
- II – reunir informações sobre diversos aspectos da Faculdade, com o fim de contribuir para a gestão e avaliação institucional.

ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A Católica do Tocantins tem como objetivo uma política efetiva de acompanhamento de egressos que possibilite a avaliar a recepção destes profissionais no mercado de trabalho e também o desenvolvimento individual por meio de educação continuada. e de oportunidades à Instituição, pela avaliação do exercício profissional do egresso, corrigir ou potencializar os PPC's institucionais. Os Egressos, sob cuidados específicos de cada curso, são contemplados, nos seus atendimentos, por políticas institucionais próprias, estabelecidas pelo Projeto de Acompanhamento ao Egresso, aprovado pelo CEPE.

A FACTO verifica, no âmbito dos cursos, a situação do egresso em relação à sua atuação profissional, responsabilidade social e cidadania, onde a IES está inserida,

Para tanto, em 2014, o CEPE aprovou o Projeto de Acompanhamento de Egressos, no intuito de tornar real seu compromisso e cuidado para com ele, sob o olhar da ética, da sustentabilidade, da justiça, da solidariedade, do desenvolvimento e do progresso da humanidade.

Este acompanhamento é planejado para ser realizado com a seguinte sistemática: acompanhar, por meio de um banco de dados e via internet, o ex-acadêmico, no intuito de subsidiar serviços e, apoiar e monitorar sua atividade profissional; buscar a reintegração do egresso em cursos de pós-graduação lato sensu, visando sua formação permanente; promover encontros com os egressos para fomentar a formação continuada.

A Coordenação do Curso realiza o Acompanhamento de Egressos anualmente, por meio de projeto próprio que visa acompanhar a atuação profissional dos egressos durante um ano após a conclusão do curso, onde o NDE realiza contato com os egressos por meio de redes sociais, meios eletrônicos, ...

GESTÃO DO CURSO

COORDENAÇÃO DO CURSO

1.1.5. Formação Acadêmica

O coordenador possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - Campus de Ilha Solteira - SP, Mestrado e Doutorado em Sistemas de Produção pela mesma universidade.

Durante todo o período de graduação e pós-graduação atuou dedicando-se exclusivamente a área da pesquisa e docência onde realizou projetos relacionados aos sistemas de produção da cultura da soja e milho, fertilidade dos solos, entomologia agrícola, dentre outros. Logo, se destacou na área da docência onde teve a oportunidade de ministrar aulas no curso de Agronomia da UNESP.

Além disso, a sua experiência deve-se também aos serviços realizados para a iniciativa pública e privada, especificamente os projetos de educação ambiental, estudos de impactos ambientais, geoprocessamento, licenças para construção de barragens, responsabilidade técnica em laboratórios de solos, nos quais contribuíram de forma significativa para a construção da didática utilizada pelo profissional na qual é usufruída pelos discentes hoje. Atua como

representante da Católica do Tocantins no CREA-TO e Coordenador da Câmara de Agronomia do Estado do Tocantins.

1.1.6. Experiência

Iniciou suas atividades como professor do curso de Agronomia em 2008 na Católica do Tocantins, um ano após a abertura do curso na instituição, fazendo parte até então da construção do curso atuando de forma direta na idealização de ações que firmassem a estrutura física do campus de ciências agrárias e ambientais, além da evolução da didática empregada aos acadêmicos para um melhor aproveitamento.

Desde então, atuou ministrando aulas de diversas disciplinas nos cursos de agronomia, tecnologia em gestão ambiental e zootecnia e participou do Núcleo Docente Estruturante dos respectivos cursos. Em meados do ano de 2010 assumiu o cargo de Coordenador do Curso de Agronomia no qual exerce até os dias atuais. Com isso, na ocasião como coordenador participou do processo de reconhecimento do curso supracitado junto ao Ministério de Educação e Cultura.

1.1.7. Regime de trabalho e carga horária dedicada ao curso

O regime de trabalho exercido na coordenação é integral com 28 horas, disponibilizando aproximadamente cerca de 17 minutos por aluno semanalmente.

O coordenador ministra aulas totalizando em 8 horas semanais em sala de aula, e quanto a pesquisa são dedicadas 4 horas, perfazendo um total de 40 horas semanais.

1.1.8. Atuação da coordenação

O coordenador procura sempre estabelecer uma relação estreita com os docentes e discentes, estando sempre aberto a debates e opiniões que visam a evolução dos educadores e acadêmicos enquanto cidadãos.

Neste sentido, realiza visitas semanais as salas de aulas, onde são verificadas as condições de estudo do ponto de vista dos discentes, bem como suas sugestões e elogios. Em relação aos docentes, são realizadas reuniões mensais sempre com a presença de um representante discente, na qual se discutem acerca da melhoria da didática empregada pelos professores, atuação efetiva dos mesmos nos eventos realizados pela instituição, desenvolvimento de pesquisas de iniciação científica, onde é solicitado o feedback dos projetos realizados como artigos publicados em periódicos e congresso nacionais. Também é foco do debate as reclamações e sugestões dos docentes e discentes, visando a construção de medidas mitigadoras e melhor eficiência do ensino, pesquisa e extensão.

COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO COLEGIADO DE CURSO

O curso de agronomia apresenta um colegiado composto por 7 integrantes, sendo o coordenador como presidente, 5 professores e um representante discente, sendo 16,66% de doutores, 83,34% mestres os quais se reúnem mensalmente no campus da instituição onde o curso é sediado. Para tratar sobre as deliberações pedagógica, estruturais e de forma geral sobre a condução do curso.

Todos os membros do colegiado são convidados com antecedência a comparecerem aos encontros. A cada encontro é elaborado uma pauta a ser seguida. As deliberações acordadas nos encontros são registradas em atas, assinadas por todos os membros participantes e encaminhadas aos devidos destinos.

Todos os docentes são estimulados a elaborar e aplicar propostas de pesquisa visando aprofundar o conhecimento, bem como alinhar os assuntos teóricos a prática, na possibilitando assim ao acadêmico visualizar soluções para problemas da comunidade rural local.

Todo professor ao ingressar no colegiado do curso, assume as responsabilidades de:

- Elaborar e apresentar o plano de ensino, no início do semestre letivo, discutindo-o com o aluno, de modo a assegurar o pleno comprometimento de ambos, professor e aluno, com os objetivos propostos, programação estabelecida, critérios de avaliação, oportunidades de recuperação, encaminhamento pedagógico das atividades e bibliografia recomendada;

- Proceder à avaliação do acadêmico, tendo como referencial o estabelecido no item “Avaliação” do Plano de Ensino e do Regimento da Faculdade Católica, assegurando-lhe oportunidades de recuperação mediante a realização de estudos orientados, seguidos de nova avaliação e previstos nos respectivo planejamento;
- Elaborar os instrumentos de avaliação, em absoluta consonância com os conteúdos e metodologias desenvolvidas e ministradas em sala de aula, bem como com a bibliografia recomendada;
- Anunciar os resultados das avaliações aos acadêmicos, em tempo hábil, permitindo assim aos mesmos o conhecimento e entendimento dos seus erros e acertos, deste modo é possível a reiteração da aprendizagem;
- Incentivar aos acadêmicos a praticarem a auto-avaliação, assim é possível levantar os potenciais e limitações.
- Identificar e adotar estratégias criativas e alternativas para a efetividade da aprendizagem dos alunos;
- Acompanhar a frequência efetiva dos acadêmicos, apresentando o quantitativo de frequências e adotar estratégias preventivas para reduzir reprovações por falta, deste modo, diminuir a evasão do curso;
- Cabe ao professor de cada disciplina acompanhar a assiduidade dos acadêmicos e no caso de acadêmicos menores de 18 anos, informar a coordenação de curso quando este atingir 50% das faltas permitidas, para que seja informado seu rendimento aos representantes legais.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

1.1.9. Composição

O Núcleo Docente Estruturante – NDE é composto por cinco docentes, sendo um doutor e quatro mestres, presidido, pelo Coordenador do Curso.

As ações conduzidas na implementação do Projeto Pedagógico são de responsabilidade do NDE, além de qualquer alteração ou atualização que se julgar necessária para o aprimoramento dos resultados almejados no processo ensino-aprendizagem. Compõem o atual Núcleo Docente estruturante:

NUCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE				
Docente	Graduado em	Titulação	Experiência Profissional *	Regime de Trabalho
1. Cid Tacaoca Muraishi	Agronomia	Doutor	10 Anos	Integral
2. Evandro Reina	Agronomia	Mestre	8 Anos	Integral
3. Thiago Magalhães de Lazari	Agronomia	Mestre	8 Anos	Parcial
4. Ingergleice Machado de Oliveira Abreu	Agronomia	Mestre	8 Anos	Integral
5. Gentil Cavalheiro Adorian	Agronomia	Doutor	4 Anos	Integral

Obs.: O número de anos deve ser arredondado para o inteiro mais próximo, ou seja, menos de 6 meses para o inteiro inferior e a partir de 6 meses para o inteiro superior.

*Somente para os CSTs

1.1.10. Atuação

O NDE – Núcleo Docente Estruturante do Curso de Agronomia da Católica do Tocantins tem como objetivo favorecer e respaldar o processo de implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso.

O núcleo é formado equipe multiprofissional, que busca desenvolver programas, projetos e atividades dirigidas ao corpo docente e discente e demais membros da comunidade, buscando atingir os objetivos pretendidos do Projeto Pedagógico do Curso.

As reuniões ordinárias são realizadas mensalmente, nas ultimas sextas-feiras. No entanto os membros do núcleo são convocados com antecedência para reuniões extraordinárias,

sempre que houver a necessidade de discussão ou implantações de atividades referentes ao curso.

CORPO DOCENTE

O docente é essencialmente quem possui a função de intermediar a relação entre a instituição e a comunidade na qual está inserida. Portanto, sua atribuição é mediar o conhecimento e, utilizando-se da compreensão aprofundada de sua área de atuação, orientar os alunos nos domínios da ciência e na maneira como irão atuar na sociedade.

É comprometido com a integração do ensino, da pesquisa e da extensão, inserido na região da Amazônia Legal, em sua diversidade cultural, atuando como potencializador das relações socioeconômicas, e do desenvolvimento sustentável. Com postura ética e autonomia intelectual, participa com criticidade da missão da Instituição, fortalecendo sua permanente construção.

O professor universitário deve possuir profunda competência pedagógica, que, aliada ao domínio do conhecimento específico, irá proporcionar condições para o desempenho satisfatório de atividades nas áreas do ensino, pesquisa e extensão. O corpo docente do curso de Agronomia é composto em sua maioria por Mestres e Doutores, com experiência em ensino superior.

TITULAÇÃO E EXPERIÊNCIA DO CORPO DOCENTE E EFETIVA DEDICAÇÃO AO CURSO

Os docentes têm formação de Especialista, Mestre ou Doutor, associada a uma longa experiência no campo técnico e/ou didático, o que favorece o acesso aos conhecimentos, por parte dos acadêmicos.

1.1.11. Titulação

TITULAÇÃO	Nº	%
Doutor	6	23
Mestre	13	50
Especialista	7	27
TOTAL	26	100

1.1.12. Regime de trabalho do corpo docente

REGIME DE TRABALHO	Nº	%
Tempo integral	5	22
Tempo parcial	9	34
Horista	12	47
TOTAL	26	100

1.1.13. Experiência (acadêmica e profissional)

1.1.13.1. Experiência profissional

Experiência Profissional- FMS (faixas)	Nº	%
Sem experiência	0	0
Um (1) ano	6	23
Dois(2) anos	2	7
Dois(3) anos	2	7
Quatro (4) anos	4	15
Cinco (5) anos	3	12
De seis (6) a dez (10) anos	6	24
Acima de 10 anos	3	12
TOTAL	26	100

Obs.: O número de anos deve ser arredondado para o inteiro mais próximo, ou seja, menos de 6 meses para o inteiro inferior e a partir de 6 meses para o inteiro superior.

1.1.13.2. Experiência no magistério superior

Experiência No Magistério Superior - NMS (faixas)	Nº	%
Sem experiência	0	0
Um (1) ano	6	23
Dois(2) anos	2	7
Dois(3) anos	2	7
Quatro (4) anos	4	15
Cinco (5) anos	3	12
De seis (6) a dez (10) anos	6	24
Acima de 10 anos	3	12
TOTAL	26	100

Obs.: O número de anos deve ser arredondado para o inteiro mais próximo, ou seja, menos de 6 meses para o inteiro inferior e a partir de 6 meses para o inteiro superior.

1.1.13.3. Experiência no exercício da docência na educação básica

Experiência Na Educação Básica - NEB (faixas)	Nº	%
Sem experiência	9	47
Um (1) ano	2	10
Dois(2) anos	0	0
Dois(3) anos	2	10
Quatro (4) anos	0	0
Cinco (5) anos	0	0
De seis (6) a dez (10) anos	2	10
Acima de 10 anos	4	23
TOTAL	19	100

Obs.: O número de anos deve ser arredondado para o inteiro mais próximo, ou seja, menos de 6 meses para o inteiro inferior e a partir de 6 meses para o inteiro superior.

PLANO DE CARREIRA E INCENTIVOS AO CORPO DOCENTE

É importante ressaltar que o Plano de Incentivo à Capacitação Docente compreenderá diversas modalidades de ações incentivadoras da capacitação docente, merecendo destaque:

- Disponibilização de instalações para pesquisas, entrevistas e reuniões;
- Disponibilização de pessoal auxiliar para editoração eletrônica;
- Cessão gratuita de papéis, capeamento de trabalhos e teses, bem como editoração e distribuição de formulários de pesquisas, tabulação de dados e outros trabalhos necessários de que o professor venha a necessitar;
- Programação de eventos e financiamento para a participação em congressos, seminários, encontros e similares, na área de atuação do professor;
- Programação e financiamento de visitas a entidades e empresas que efetuam trabalhos e pesquisas na área de atuação do professor;
- Concessão constante de bolsas de estudo de cursos de pós-graduação *Stricto sensu*.

DO PLANO DE CARREIRA

A Católica do Tocantins conta com o plano de carreira que deverá ser amplamente discutido com membros de todas as unidades e, de comum acordo, com toda a comunidade educativa. Faz parte da política acadêmica da Católica estar trabalhando somente com mestres e doutores, que hoje recebem o mesmo valor hora/aula.

PARTICIPAÇÃO DO CORPO DOCENTE NA DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Católica do Tocantins propõe e incentivará a efetiva participação de seu corpo docente em todas suas atividades. Pedagogicamente, adota a metodologia do “aprendizado cooperativo” o que vem criando um modelo de gestão participativo e co-responsável. Essa forma cooperativa de gestão deverá, pouco a pouco, ser ainda mais implementada através da criação de novos órgãos de participação:

- Conselho de Ensino e Pesquisa - um representante do corpo docente, nos termos da legislação vigente na condição de Coordenador de Curso de Graduação;

- Colegiado de Curso - cuja composição compreende todos os professores em exercício em um mesmo curso;
- Coordenação de Curso - posição exercida por um dos docentes do curso, indicado pelos corpos discente e docente através de uma lista tríplice, com mandato de dois anos, sendo permitida a recondução.
- Núcleo Docente Estruturante (NDE) – grupo formado professores do curso responsáveis por repensar e nortear ações que propiciem o crescimento e adaptação constante as necessidades institucionais, acadêmicas e docentes.

CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

A Faculdade Católica do Tocantins entende ser essencial para a excelente prestação de serviços educacionais manter um corpo técnico administrativo motivado e capacitado.

Na política de capacitação, direcionada ao corpo técnico administrativo, as ações são realizadas em momentos coletivos e também no incentivo à busca de formação profissional/pessoal.

Na capacitação de caráter coletivo, realizada semestralmente, atingindo todos os servidores, são acentuadas as políticas institucionais direcionadas ao trabalho. Neste aspecto, a ação intensifica a importância do trabalho em grupo, as técnicas de atendimento, a postura dos servidores e outras características consoantes com a proposta educacional e os valores institucionais.

Também de caráter coletivo, são ofertadas capacitações direcionadas a setores específicos, tanto para o atendimento acadêmico e funcionamento da Instituição, quanto àqueles que subsidiam a forma de atuação dos servidores perante situações de prevenção de riscos no ambiente físico, especialmente os trabalhos relacionados a CIPA (brigada de incêndio, orientações educativas e outros). Ainda, as capacitações incluem orientação aos servidores sobre os procedimentos diante de pessoas com necessidades especiais e indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Para a execução de serviços nos diversos setores, os servidores técnico-administrativos são capacitados ao bom atendimento de acordo com a característica de cada setor. Nestas capacitações, embora de caráter específico, quando realizados na Instituição, a orientação é a de que os servidores de outros setores devam acompanhar os treinamentos e capacitações.

CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

ESCOLARIDADE	NÚMERO DE COLABORADORES					Regime de Trabalho
	2018	2019	2020	2021	2022	
Fundamental Incompleto	04	00	00	00	00	REGIME CLT
Fundamental Completo	12	12	10	08	05	
Ensino Médio Incompleto	06	10	10	08	05	
Ensino Médio Completo	72	70	69	65	71	
Superior Incompleto	05	09	13	15	20	
Ensino Superior Completo	22	20	23	30	35	
Especialização	02	04	05	05	07	
Mestrado	05	07	10	12	12	
TOTAL	128	132	140	143	155	

Plano de Carreira Administrativo

PCAD- PLANO DE CARREIRA DOS ADMINISTRATIVOS - Homologado pelo Ministério do Trabalho e despacho no diário oficial da União dia 11/08/2017

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS E INCENTIVOS AO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos – PCCTA regula as condições de admissão e ascensão vertical e horizontal dos colaboradores técnico-administrativos da Católica do Tocantins, Instituição de Ensino Superior mantida pela União Brasileira de Educação e Cultura – UBEC.

O regime jurídico dos colaboradores da Católica do Tocantins é o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

O dimensionamento do quadro de pessoal será submetido à Diretoria, com a participação das unidades organizacionais envolvidas, estabelecendo o número de vagas por cargos e as quantidades necessárias por unidade de trabalho.

A progressão horizontal ocorre por meio da avaliação de desempenho por competência e antiguidade.

1º - A progressão por avaliação de desempenho por competência obedece aos critérios da periodicidade anual e mudança de faixa, quando houver disponibilidade financeira.

2º - O processo de avaliação de desempenho por competência é conduzido por uma comissão nomeada pelo Diretor.

3º - Na implantação do PCCTA todos os colaboradores serão enquadrados na faixa salarial compatível com a remuneração vigente, sendo respeitado, para progressão horizontal, o critério de tempo de permanência na instituição necessário para avançar para o próximo estágio

A progressão vertical ocorre por meio de concurso interno, regulado por normas internas e atendidos os requisitos estabelecidos por Edital específico para esta finalidade.

V. INFRAESTRUTURA

ESPAÇO FÍSICO GERAL

Atualmente a Católica do Tocantins, conta com duas Unidades: uma localizada na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 1402 Sul, Conjunto 1, denominada Unidade Sede e outra localizada na Rodovia TO 050, Loteamento Coqueirinho, Lote 7. Possui ainda, imóvel alugado, na Avenida J, Quadra 166, Lote 14, Jardim Aurenny III, Palmas Tocantins, utilizada para alocação do Núcleo de Práticas Jurídica.

Com terreno de 103.808,37m² e 14.339,99m² de área construída, oferecem-se os cursos dos Centro Superior da Politécnica e Centro Superior de Ciências Sociais e Aplicada. Dispõe de dois estacionamentos, um ao ar livre, dianteiro ao prédio Bloco 1, com cerca de 540 vagas e outro no subsolo do Bloco 2, com 102 vagas, já previstos os percentuais de vagas para deficientes, gestantes e idosos. A Sala de Professores é ampla, bem acondicionada com lugares para descanso, mesas com computadores, salas privativas para uso dos docentes contratados em regime de tempo integral.

A Secretária Acadêmica teve seu espaço ampliado para uma área de 131,67m² para melhor atendimento da comunidade acadêmica e também foram realizadas adequações para atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Possui 73 salas de aulas, devidamente equipadas com ar condicionado, data show, quadro branco e carteiras universitárias, além de 23 laboratórios com capacidade média de 40 alunos, devidamente climatizados e equipados com os aparelhos necessários para a prática acadêmica, além de possuir uma sala intitulada “Tribunal do Júri” para as práticas acadêmicas do curso de Direito.

O Campus possui um conjunto de salas individuais de coordenação, que abrigam os Coordenadores dos Cursos pertencentes àquele Centro Superior. Nestas salas se encontram equipamentos e mobiliários necessários ao trabalho de gestão e atendimento aos discentes.

Estão instalados no Campus I, 10 laboratórios de informática dispondo de um total de 275 máquinas operando com Softwares básicos e específicos para a prática acadêmica tais como o Office, Chrome, Adobe, Winrar, Java, Jdk, Eclipse, Revit, Autocad, Mozilla e net-bens.

Conta ainda com um auditório com capacidade para 200 pessoas, devidamente climatizado e equipado para os mais variados eventos acadêmicos.

Todo o Campus é atendido por três geradores de energia com potência de 750kVA cada, para os casos em que houver interrupção da energia por parte da concessionária.

A infraestrutura existente em cada uma das unidades, está descrita na planilha a seguir:

INFRAESTRUTURA UNIDADE SEDE			
Terreno: 103.808,37 m²			
Área Construída: 7.639,55 m²			
Área Livre: 96.168,82 m²			
Qtdade	Tipo/Uso	Capacidade	Área (m²)
1	Almoxarifado		47,2
2	Auditório	120	125,6
43	Salas de Aula	50	62,8
1	Sala de emergência		7,2
1	Serviço Social		42,4
1	Áudio Visual		5,7
1	Biblioteca		251,2
1	Central de Atendimento		37,0
1	ADM/FINANCEIRO		122,6
1	Cantina		321,5
1	Telefonia		7,5
1	Deposito/Mkt		5,7
1	Sala de orientação monografia		62,8

INFRAESTRUTURA UNIDADE SEDE
Terreno: 103.808,37 m²
Área Construída: 7.639,55 m²
Área Livre: 96.168,82 m²

Qtidade	Tipo/Uso	Capacidade	Área (m ²)
1	Núcleo de Práticas contábeis		62,8
2	Copiadora		8,6
1	Depósito		15,9
1	Bloco de banheiros		22,5
1	Radio		3,7
1	Ouvidora		7,2
1	Depto de Informática		62,8
1	Diretoria		130,0
1	Secretaria Acadêmica		72,8
1	NUPAD		11,0
1	Coordenações		100,3
1	Sala de Professores		62,8
2	Bloco de banheiros		57,3
4	Bloco de banheiros		32,8
1	Tribunal do Júri		72,8
1	NTI		62,8
1	Empresa Junior		62,8
4	Laboratórios de Informática		62,8
1	Sala de Reuniões		51,1
1	Pastoral		11,7
1	Capela		117,6
1	Casa de bombas		9,5
1	Área de Conv/Circulação		2.288,2
2	Depósito Biblioteca		7,11

INFRAESTRUTURA UNIDADE SEDE**Terreno: 103.808,37 m²****Área Construída: 7.639,55 m²****Área Livre: 96.168,82 m²**

Qtidade	Tipo/Uso	Capacidade	Área (m ²)
1	CPA/NADIME		20,3

UNIDADE II

Com terreno de 500.000m² e aproximadamente 7.500,00m² de área construída, oferecem-se os cursos dos Centro Superior da de Agrarias e Ambiental. Dispõe de dois estacionamentos, um ao ar livre, para alunos e comunidade em geral com capacidade de 245 veículos já previstos os percentuais de vagas para deficientes, gestantes e idosos. A Sala de Professores é ampla, bem acondicionada com lugares para descanso, mesas para reuniões e salas privativas para uso dos docentes contratados em regime de tempo integral.

Possui 22 salas de aula, devidamente equipadas com ar condicionado, data show, quadro branco e carteiras universitárias. O Campus possui um conjunto de salas individuais de coordenação, que abrigam os Coordenadores dos Cursos pertencentes àquele Centro Superior. Nestas salas se encontram equipamentos e mobiliários necessários ao trabalho de gestão e atendimento aos discentes.

Estão instalados no Campus II, 02 laboratórios de informática dispondo de um total de 64 máquinas operando com Softwares básicos e específicos para a prática acadêmica tais como o Office, Chrome, Adobe, Winrar, Java, Jdk, Eclips, Revit, Autocad e Mozilla.

Conta ainda com um auditório com capacidade para 200 pessoas, devidamente climatizado e equipado para os mais variados eventos acadêmicos.

Todo o Campus é atendido por um gerador de energia com potência de 750kVA cada, para os casos em que houver interrupção da energia por parte da concessionária.

As áreas de pastagens e plantio são irrigadas por sistema de captação de água do Ribeirão Taquaruçu, devidamente autorizado pela Agência Nacional de Águas.

O Campus é localizado em local privilegiado, por contar com espaço e infraestruturas necessários para as práticas acadêmicas pertinentes aos cursos de agrárias. Dentre os espaços destacam-se os setores de Aves, Suínos, Equinos, Bovinos de Corte e Leite, Piscicultura, Ovinos e Caprinos, Apiário, Viveiro de Flores Tropicais, Viveiro de Plantas Nativas, Estufas e Pomar.

INFRAESTRUTURA UNIDADE II			
Terreno: 500.000 m²			
Área Construída: 6.411,28 m²			
Área Livre: 493.588,72 m²			
Qtdade	Tipo/Uso	Capacidade	Área (m2)
Bloco São João Bosco			
1	Salas de Aula	50	91,0
1	Recepção		95,8
1	Sala de Aula	40	54,7
2	Sala de Aula	70	73,4
1	Bloco de Banheiros		33,1
6	Sala de Aula	40	54,7
1	Limpeza		3,0
1	Circulação		340,6
1	Depósito		8,0
Bloco Santa Maria Mazarello			
1	Salas de Aula	50	91,0
1	Recepção		95,8
1	Sala de Aula	40	54,7
2	Sala de Aula	70	73,4
1	Central Elétrica		3,0

INFRAESTRUTURA UNIDADE II			
6	Sala de Aula	40	54,7
1	Bloco de Banheiros		33,1
1	Circulação		340,6
1	Copiadora		8,0
Bloco São Gaspar Bertoni			
1	Salas de Aula	50	91,0
1	Recepção		95,8
1	Sala de Aula	40	54,7
2	Sala de Aula	70	73,4
6	Sala de Aula	40	54,7
1	Circulação		340,6
1	Depósito		3,0
1	Bloco de Banheiros		33,1
1	Copiadora		8,0
Bloco São João Batista			
1	Coordenação Laboratórios		35,8
1	Lab. De Águas		57,0
1	Banco de Sementes		16,3
1	Depósito		18,9
1	Laboratório de Microbiologia		92,0
1	Lab. de Sementes		23,0
1	Lab. De Morfologia Vegetal		36,0
1	Lab. De Anatomia Animal		144,5
1	Depósito de Reagentes		12,3
1	Lab. Química e Bioquímica		73,4
1	Lab. Física e Biofísica		73,4
1	Lab. De Fitopatologia		73,4
1	Lab. De Nematologia		23,1

INFRAESTRUTURA UNIDADE II			
1	Circulação		381,2
1	Lab. De Solos		100,4
Bloco São Marcelino			
1	Audiovisual		8,0
1	Cantina		87,7
1	Depósito		18,9
1	Sala de Professores		58,2
2	Banheiros		2,2
1	Sala de Orientação		14,1
1	Biblioteca		193,1
1	Administração/tesouraria		110,7
1	Coordenação		73,4
1	Lab. Informática		98,4
1	Lab. Informática		73,4
1	Circulação		371,2
2	Vestiários		13,1
1	Passarela		382,8
Galpão de Máquinas			
1	Galpão de Máquinas		300,0
1	Lab. De Entomologia		50,0
1	Lab. De Irrigação e Hidráulica		50,0
1	Lab. Processamento Agroindustrial		50,0
1	Depósito		150,0

INFRAESTRUTURA DE TERCEIROS (LOCAÇÃO) NPJ

Terreno: 587,5 m²

INFRAESTRUTURA DE TERCEIROS (LOCAÇÃO) NPJ
Área Construída: 275 m²
Área Livre: 312,5 m²

Qtidade	Tipo/Uso	Capacidade	Área (m ²)
1	Secretaria		6,7
1	Sala de Conciliações		17,8
1	Sala de Digitalização de Processos		10,1
1	Coordenação NPJ		10,7
1	Coordenação Pacificar		10,6
1	Circulação		27,9
1	Recepção		22,0
1	Sala de Reuniões		12,3
1	Sala de Estudos		6,7
1	Sala de Estudos		4,7
1	Sala de Estágios I		14,5
1	Sala de Estágios II		63,8
1	Sala de Estágio III		17,4
1	Sala de Estágio IV		15,4
1	Depósito		15,0
1	Banheiro Masculino		3,8
1	Banheiro Masculino		3,9
1	Banheiro Feminino		3,9
1	Banheiro Feminino		2,8
1	Cozinha		4,9

INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA

Os equipamentos e instalações são protegidos fisicamente por câmeras de segurança, vigilância armada e porteiros 24 horas por dia. Os ambientes são controlados e equipados de forma que garanta a segurança do usuário. O acesso é permitido após agendamento e os usuários serão sempre acompanhados por técnicos ou professores de cada área. A parte lógica do sistema é protegida por firewall e antivírus, atualizados periodicamente.

A CIPA acompanha com frequência a utilização de equipamentos de segurança, uniformes e estruturas físicas de segurança. As falhas constatadas são notificadas pelos membros, solicitando providências, correções e reparos.

A Católica do Tocantins foi projetada e construída atendendo todas as normas de segurança estabelecidas pela legislação, os projetos de prevenção e combate a incêndio e de acidentes foram devidamente aprovados e frequentemente vistoriados pelo Corpo de Bombeiros.

A Católica possui uma equipe de brigadistas formada pelo corpo de colaboradores da instituição, treinada conforme exigências legais, que podem atuar em diversas situações de emergência dando suporte básico de salvamento e contenção em situações de risco eminente. No caso dos laboratórios experimentais, existe toda a estrutura de suporte necessária a resolução de emergências. O prédio conta com detectores de fumaça, sistema hidráulico de combate a incêndio, extintores de incêndio, chuveiro lava-olhos e lâmpadas de emergência.

MANUTENÇÃO, E CONSERVAÇÃO E EXPANSÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DOS EQUIPAMENTOS

A manutenção, conservação e limpeza das instalações físicas são realizadas por técnicos e auxiliares pertencentes ao quadro de funcionários da própria Faculdade ou da Mantenedora, especialista em instalações elétricas, hidráulica, estruturais e lógicas.

A manutenção e conservação dos equipamentos são realizadas por pessoal técnico lotado na Central de Tecnologia, nos casos de equipamentos de TI. No caso de manutenção de equipamentos de laboratórios específicos de cada curso, a manutenção é realizada por empresas especializadas. A metodologia de manutenção depende do tamanho, quantidade e estado do equipamento, conforme for o caso, a manutenção é realizada na sede da Faculdade, com deslocamento de técnicos especializados ou então o equipamento é enviado para manutenção externa, na sede da empresa prestadora de serviços.

Os laboratórios da Católica do Tocantins são estruturados com equipamentos e espaço físico de forma a atender o número de vagas ofertadas para cada curso. Conforme os avanços tecnológicos, necessidades e demandas dos Cursos, os laboratórios são modernizados com aquisição novos equipamentos e instalações.

CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A Católica do Tocantins está totalmente adaptada, no que se refere à infra-estrutura física, para acolher os Portadores de Necessidades Especiais. Todos os prédios da instituição dispõem de acessos específicos para pessoas com mobilidade reduzida, seja por rampas e/ou elevadores, desde a via pública até a sala de aula.

As rampas foram confeccionadas com inclinações, patamares e corrimãos adequados. Onde não há rampas existem elevadores. Os prédios possuem, em geral, dois banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais, no térreo ou nos andares.

Nos estacionamentos há a separação das vagas exclusivas para deficientes, conforme NBR 9050, devidamente dimensionadas, localizadas e com sinalização vertical. Conta com

espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20m de largura, quando afastada da faixa de travessia de pedestres.

Em conformidade aos itens 6.9.2.1.2 e 3 da NBR 9050, todas as portas, inclusive de elevadores, tem um vão livre de no mínimo 0,90m e altura mínima de 2,10m, o mecanismo de acionamento das portas requer força humana direta igual a 29N, as portas tem condições de serem abertas com um único movimento e suas maçanetas são do tipo alavanca, instaladas a uma altura de 0,95m.

RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA

Como apoio às atividades de ensino e extensão, a Católica do Tocantins conta com recursos atualizados, conforme o levantamento apresentado na tabela abaixo. No momento desse levantamento, o número de projetores multimídia já é superior ao número de salas de aula.

TIPO DE EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
Televisor	03
Projetor	76
DVD Player	02
Sistema de som	03

ESPAÇOS FÍSICOS UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DO CURSO

Os laboratórios e instalações existentes na Católica do Tocantins, disponíveis para o curso de Agronomia, são descritos a seguir:

SALA DE PROFESSORES E SALA DE REUNIÕES

A instituição disponibiliza para os professores uma sala de reunião, copa, sala de convivência e salas individuais para os professores de tempo integral, banheiros masculino e feminino. Utilizadas também para a realização de reuniões tanto com os NDE's quanto com os colegiados dos cursos da Unidade II, com mesa grande e cadeiras para realização das reuniões.

GABINETES DE TRABALHO PARA DOCENTES

Os professores de tempo integral dispõem de salas individuais, com mesas e cadeiras, cada sala dispõe de um computador de mesa, com internet. As salas são sempre limpas, climatizadas, com ótima iluminação, com ótima acessibilidade e na sala dos professores possuem sanitários exclusivos para os docentes. Os professores de regime parcial tem disponível na sala de reunião mesas individuais com acesso a internet para uso, além de ter mesa disponível na área de convivência e sofás.

ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS.

Em um mesmo ambiente físico a instituição disponibiliza ao coordenador sala individual, climatizadas, com armários, acesso à internet, instalações sanitárias e com acessibilidade, bem como uma secretaria para as coordenações.

SALAS DE AULA

As salas de aulas apresentam estrutura física padronizada, funcionalmente adequada, climatizadas, iluminadas, com recursos áudio visuais, acústica adequada, acessibilidade, instalações sanitárias. O curso dispõe de 10 salas de aula dispostas no Bloco Santa Maria Mazarello, onde comporta uma capacidade mínima de 50 alunos por sala de aula.

EQUIPAMENTOS

A prática vigente de atualização, modernização e crescimento dos laboratórios, software e equipamentos tecnológicos, deve ser norteada por uma política que defina critérios claros e

precisos de desenvolvimento, por meio da aquisição de tecnologias laboratoriais, que atendam as demandas institucionais, aprovadas pelo Conselho de Administração - CAD.

Assim, a FACTO elaborará uma política de atualização, conservação, acessibilidade, inovações tecnológicas, relação equipamentos/alunos e expansão de equipamentos dos Laboratórios Experimentais e de Informática.

Os Laboratórios de Informática atendem às necessidades institucionais e pedagógicas das disciplinas de cada curso oferecido pela Instituição. O quadro que segue apresenta a especificação e o cronograma quantitativo de expansão a ser seguido na vigência deste PDI.

Equipamento	Especificação	Quantidade	2018	2019	2020	2021	2022
Computadores	Lab. 1 – Unidade I	24	24	24	24	24	24
Computadores	Lab. 2 – Unidade I	32	32	32	32	32	32
Computadores	Lab. 3 – Unidade I	24	24	24	24	24	24
Computadores	Lab. 4 – Unidade I	24	24	24	24	24	24
Computadores	Lab. 1 – Unidade II	32	32	32	32	32	32
Computadores	Lab. 2 – Unidade II	32	32	32	32	32	32
Computadores	Lab. 5	32			32	32	32
Computadores	Lab. 6	32			32	32	32
Computadores	Núcleo Contábil	18	18	18	24	24	24
Impressoras	Brother/HP	16	16	16	16	18	18
Projetores	Epson	78	78	78	96	114	114
Televisores		04	04	04	04	04	04

1.1.1. Acesso a equipamentos de informática pelos alunos

Acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação,

bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo.

Com relação à acessibilidade nos laboratórios, aplica-se o estabelecido no Plano de Acessibilidade Institucional.

O novo prédio que será construído na Unidade I, onde serão implantados diversos laboratórios experimentais, terão como referência para critérios de acessibilidade a NBR 9050 que trata da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; e após sua construção passará pela avaliação do Núcleo de Acessibilidade da Instituição, para identificar possíveis inconformidades. Os laboratórios da Unidade II, construídos sob a regulamentação da NBR 9050 de 2004, deverão ser readequados, de forma a atender os critérios de acessibilidade previstos na NBR 9050 de 2015.

LABORATÓRIOS E AMBIENTES ESPECÍFICOS PARA O CURSO

Os Laboratórios de apoio, citados servem como área das aulas práticas, bem como estágios e pesquisa, atendendo as necessidades acadêmicas quanto à vivência da prática e da rotina laboratorial. Devidamente equipados se localizam no bloco central do curso, tornando-se assim de fácil acesso aos alunos.

Para atingir os objetivos propostos é necessária a seguinte infra-estrutura de laboratórios e área de campo: Laboratório de anatomia animal, Laboratório de microbiologia e imunologia, Laboratórios informática, Laboratórios de geoprocessamento e desenho técnico, Laboratório de bromatologia, Laboratório de Sementes, Laboratório de fitopatologia, Laboratório de nematologia, Laboratório de química e bioquímica Laboratório de solos, Laboratório de esterilização de água, Laboratório de morfologia vegetal, Laboratório de Entomologia, área experimental para culturas comerciais, casa de vegetação, viveiro e hidroponia.

INSTALAÇÕES GERAIS

- Instalações agronômicas*
- Linha de vapor*
- Linha de ar comprimido*
- Linha de gases*
- Linha de produção de frio

LABORATÓRIOS TEMÁTICOS

- Laboratório de anatomia animal
- Laboratório de microbiologia e imunologia
- Laboratórios informática
- Laboratórios de geoprocessamento e desenho técnico
- Laboratório de bromatologia
- Laboratório de fitopatologia
- Laboratório de nematologia
- Laboratório de química e bioquímica
- Laboratório de solos
- Laboratório de esterilização de água
- Laboratório de morfologia vegetal
- Laboratório de Entomologia
- Laboratório de Sementes
- Casa de Vegetação
- Viveiro de Mudanças
- Hidroponia

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DOS LABORATÓRIOS ESPECIALIZADOS

1.1.2. Laboratório de Informática

O objetivo do laboratório de informática é proporcionar ao aluno o contato com aplicativos básicos e softwares de informática (Sistemas Operacionais, Editores de Texto, Planilhas Eletrônicas, Gerenciadores de Bancos de Dados, Linguagem de Programação), reforçando os ensinamentos através da aplicação prática. Todos os laboratórios possuem infraestrutura necessária para acesso aos principais serviços disponíveis na INTERNET (www, FTP, Telnet, E-Mail.), possibilitando a pesquisa através da INTERNET e facilitando a obtenção de material de forma atualizada e dinâmica.

O Laboratório tem em sala de 80 m² com capacidade para atender 40 alunos por aula prática.

1.1.3. Laboratório de Sensoriamento e Geoprocessamento e Desenho Técnico

Este laboratório possui 32 máquinas sendo todas providas de programas ARQUIGIZ e AUTOCAD para atender as necessidades das aulas práticas de do curso de Agronomia.

1.1.4. Laboratório de Microbiologia e Imunologia

O Laboratório de Microbiologia e Imunologia, possui uma área física de 92 m², climatizado equipado com microscópios estereoscópicos (lupa) e microscópios biológicos binoculares e trinoculares e uma coleção de lâminas histológicas, que permitem o auto-conhecimento por parte dos alunos, quanto as estruturas e funções celulares, assim como a realização de pesquisas voltadas à biologia celular e tecidual humana, animal e vegetal. Composto por armários, bancadas de mármore com pia e bancadas para acomodação dos microscópios que servirão de suporte para estudo dos discentes. Além de todo material de consumo necessário às práticas, tais como, vidraria, reagentes e meios de cultura.

1.1.5. Laboratório de Bromatologia

O Laboratório de Bromatologia e Nutrição possui uma área física de 80 m², climatizado, foi montado para desenvolver atividades de determinação da composição química dos alimentos, através da análise do valor nutricional, a partir de técnicas de amostragem para digestão de amostras alimentícias e métodos de análise para os principais constituintes dos alimentos. Parâmetros avaliados como: pH, umidade, sólidos totais, cinzas, conteúdo mineral, proteína, lipídios, fibras, açúcares e vitaminas. A estrutura conta com: moinho multiuso, agitador de tubos, centrifuga, estufa, pHmetro, forno mufla, bureta, capela de exaustão, digestor, extrator de óleos e balança.

1.1.6. Laboratório de Química e Bioquímica

O Laboratório de química e bioquímica possui a infraestrutura necessária à realização de aulas práticas das disciplinas, Química Geral, Química Orgânica, Química Analítica e Bioquímica Fundamental, e ao desenvolvimento de pesquisas pelos docentes e discentes. O Laboratório tem 72m², e capacidade para atender 25 alunos por aula prática.

1.1.7. Laboratório de Solos

O Laboratório de Solos é climatizado com paredes revestidas de azulejos brancos com sistema de esgoto independente, possui ainda uma sala separada de pesagem de amostras, apresentando 35m². Atualmente, neste laboratório, são realizadas as aulas práticas e pesquisas relacionadas às disciplinas de Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas e Gênese Morfologia e Classificação de Solos do curso de Agronomia. Além das aulas práticas, este laboratório realiza a prestação de serviços a terceiros, tais como análises físicas e químicas de solos para recomendação de adubação e calagem em propriedades rurais. Equipado com equipamentos de última geração, como: dispersor de solo, fotômetro, balança, espectrofotômetro, mesa agitadora, bureta, capela de exaustão, destilador, phmetros, agitador magnético e estufa.

1.1.8. Laboratório de esterilização de água

O laboratório Central de Esterilização e Águas é composto dos seguintes equipamentos: Jar-test automático, Estufa de Esterilização/Secagem, Autoclave vertical e Destilador de água, Galões 60,0 L. Anexo ao laboratório de solos.

1.1.9. Laboratório de Fitopatologia

O Laboratório de Fitopatologia é climatizado, com as paredes revestidas de azulejos brancos, com sistema de esgoto independente, é composto de quatro bancadas para 35 alunos, com saídas de gás em cada uma delas. Este laboratório possui uma infraestrutura básica e é dotado de equipamentos modernos, necessários para o desenvolvimento das aulas práticas e pesquisas em micologia e bacteriologia, são eles: balança de precisão, medidor de umidade, agitador de tubos, bancada de fluxo laminar, centrífuga, estufa, pHmetro, banho maria, agitador magnético, microscópios, autoclave, estereomicroscópio, chapa aquecedora, freezer, forno micro-ondas e BOD.

No laboratório são executadas atividades rotineiras em diagnose de doenças, como isolamentos, repicagem e preservação de microrganismos; e ainda, a implantação de uma coleção lâminas permanentes de fungos e também de plantas herborizadas com sintomas típicos de doenças. Além disso, tem como objetivo de estabelecer um banco de dados que permita fazer o levantamento e identificação das principais doenças de plantas cultivadas na região. O laboratório conta com uma área de 100 m², com capacidade para 40 alunos.

1.1.10. Laboratório de Nematologia

O Laboratório de Nematologia é climatizado, com as paredes revestidas de azulejos brancos, com sistema de esgoto independente, é composto de uma bancada com saída de água e com saídas de gás, laboratório consta como anexo do de fitopatologia. Os principais objetivos do laboratório são: ministrar aulas práticas de identificação e extração de nematóides, e desenvolver pesquisas científicas. Além disso, atualmente realiza prestação de serviços em análises nematológicas.

1.1.11. Laboratório Anatomia e Morfologia Vegetal

O Laboratório de Anatomia e Morfologia Vegetal construído em área de 110 m², totalmente climatizado, com as paredes revestidas de azulejos brancos, e com sistema de esgoto independente, é composto de bancadas com saída de águas e um sensor de fumaça. Conta com os equipamentos: estereomicroscópios, televisor, lupas etc.. O principal objetivo, até o presente momento, é a realização de aulas práticas, no entanto, futuramente, pretende-se implantar um mini-herbário com espécimes coletadas durante as atividades práticas da disciplina de Morfologia e Sistemática Vegetal.

1.1.12. Laboratório de Anatomia Animal

Construído seguindo todas as especificações necessárias para a execução de aulas práticas de Anatomia Animal, o laboratório possui uma área física de 144,45 m², climatizado, com mesas de aço inox, freezers, armários, cubas para a armazenagem de peças anatómicas, material cirúrgico, maca ambulatorial e esqueletos, sendo utilizado para aulas práticas dos cursos de Agronomia e Zootecnia, oferecendo todas as condições tecnológicas de suporte a pesquisa na área e atividades teórico-práticas de diversas técnicas anatômicas.

No laboratório se encontram peças anatómicas constituídas de ossos das espécies bovina, equina, suína, ovina/caprina, canina e felina, além de órgãos conservados em formol dos diversos sistemas que compõe o corpo do animal, tais como: reprodutor, respiratório, circulatório, urinário, digestório e nervoso.

1.1.13. Laboratório de Entomologia

O laboratório apresenta 90m², é composto por bancadas de trabalho, microscópio, estereoscópios (lupas), placas de petri, bacia de inox e/ou plástico pequena, estufa, laminas, pinças, tesoura, suporte para secagens de lâminas, agulhas e seringas de 1 ml, pipeta de plástica, No laboratório são armazenadas as coleções de exemplares de insetos nos projetos de pesquisa e banco de dados de referência.

3.3.12. Laboratório de Sementes

As atividades desenvolvidas nesse laboratório estão relacionadas, principalmente, ao ensino e à pesquisa em Tecnologia de Sementes, contando com uma área de 70m². A infraestrutura atual conta com os recursos físicos e técnicos essenciais para a avaliação da qualidade e a conservação, em curto prazo, de sementes das principais espécies vegetais.

As instalações, os materiais e os equipamentos permitem a amostragem das sementes, o estabelecimento da composição física das amostras de sementes e as determinações do teor de água, da massa da semente, da infestação por insetos, da germinação e do vigor, além da realização de vários testes destinados à avaliação rápida da viabilidade (tetrazólio), de injúrias mecânicas e de outros atributos da qualidade das sementes. Os equipamentos, os materiais e os reagentes são variados: homogeneizador, balanças, germinadores, condutivímetros, câmaras de refrigeração, estufas, lupas, soprador, pHmetro, medidor de umidade, substratos para a germinação das sementes e placas contadoras.

1.1.14. Casa de Vegetação

Construída na área experimental Campus de Ciências Agrárias e Ambientais, com estrutura de polietileno, possui uma área total de 500 m² irrigada, automatizada, utilizada pelos cursos de Graduação em Agronomia, Zootecnia e Gestão Ambiental, por meio do aporte didático à realização de aulas, estágios atividades, atividades práticas na área de produção de mudas. Além disso, é destinada, também, para desenvolver pesquisas, treinamentos, cursos nas áreas de propagação de mudas (enxertia, estaquia, borbulhia, alporquia), adubação e nutrição mineral de plantas.

1.1.15. Viveiro de Mudanças

O viveiro de mudas está localizado na área experimental do Campus de Ciências Agrárias e Ambiental, com uma área total de 400 m², protegido com sombrite e irrigado de maneira automatizada. A manutenção de um viveiro de mudas e bancos de germoplasma, em uma instituição que busca a pesquisa e extensão, permite o contato íntimo dos acadêmicos com a parte prática de disciplinas fundamentais para sua formação. Os acadêmicos poderão realizar

os programas de estágio dentro da própria faculdade, facilitando a etapa de conclusão de cursos e permitindo a integração do aluno com os projetos de infraestrutura oferecidos pela faculdade.

Os acadêmicos poderão realizar trabalhos técnicos e científicos, atuando tanto com a produção de mudas quanto com o processo de coleta e beneficiamento de sementes para formação dos bancos de germoplasma. A parceria entre o Naturatins e a Católica do Tocantins para a implantação do viveiro florestal foi idealizada visando à produção de mudas de espécies nativas, considerando a necessidade de preservação do bioma cerrado, a manutenção da biodiversidade, e a recuperação de áreas degradadas. As principais espécies a serem produzidas nos viveiros serão aquelas ameaçadas de extinção: espécies frutíferas nativas e aquelas que apresentam características adequadas para recuperação/restauração de áreas degradadas

O papel a ser executado pelo docente é de acompanhar, orientar, supervisionar e monitorar todo o processo envolvendo a coleta de sementes, formação e desenvolvimento das sementeiras, tratamentos culturais com as mudas produzidas e, ainda, o armazenamento e estoque de sementes para compor os bancos de germoplasma.

1.1.16. Hidroponia

Funciona como um laboratório de hidroponia, com uma área de 150m² construídos, é inteiramente voltado para o cultivo hidropônico e, também, em cultivo protegido.

VI. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos.** – v. 1, n.1. Brasília-DF: Conab, 2013. Mensal. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acessado em: 25 de março de 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro- RJ. Ed. 2013, 156p.

MEC. Ministério da educação. Conselho nacional de educação. **PARECER CNE/CES Nº: 132/2011, de 10 de outubro de 2011.** Diário Oficial da União. Seção 1, Pág. 15.

MEC. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Portaria nº 1432/2011, de 10 de outubro de 2011.** Diário Oficial da União. Seção 1, Pág.10.

TOCANTINS (Estado). **Dados Socioeconômicos.** Secretaria e Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. Ed. junho/2013.

VII. ANEXOS

1. Regulamento de Extensão
2. Regulamento de Iniciação Científica
3. Regulamento do Estágio Supervisionado
4. Regulamento das Atividades Complementares

ANEXO 1

REGIMENTO INTERNO DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

Da Concepção e Objetivos

Art.1º A extensão acadêmica é um processo educativo, cultural, que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, e que viabiliza a relação transformadora entre a instituição de ensino e a sociedade.

§1º Dentro desta concepção considera-se que a Extensão da Faculdade Católica do Tocantins (FACTO):

I - representa um trabalho de interação e intercâmbio na relação faculdade-professoraluno-sociedade, exercendo influência sobre as formas de lidar com os desafios que emergem dessa relação e provocando modificação mútua e complementar;

II - constitui um veículo de comunicação permanente com os setores da sociedade e sua problemática, numa perspectiva contextualizada;

III - é um meio de formar profissionais-cidadãos capacitados a responder, antecipar e criar respostas às questões da sociedade;

§2º Obedecendo ao preceito da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” os planos de atividades de extensão ou Projetos de Extensão deverão ser elaborados a partir da contemplação das perspectivas acima.

Art.2º A Extensão da FACTO atenderá as iniciativas voltadas para a comunidade extracampus, que garantam e difundam a qualidade científica, tecnológica, artístico-cultural e os valores cristãos, democráticos de igualdade e desenvolvimento social.

§1º A extensão pode alcançar as instituições públicas ou privadas por cursos e serviços devidamente planejados por projetos.

§2º As ações propostas devem atender, em especial, aquelas parcelas da sociedade que não têm acesso aos bens científicos e culturais, produzidos ou sistematizados pelo saber humano.

Das Diretrizes das Ações de Extensão

Art.3º As atividades de extensão implicam na necessidade de uma articulação permanente entre as coordenações de cursos e a coordenação de Pesquisa com seus respectivos projetos e programas.

Art.4º As atividades de extensão serão consideradas como parte inerente ou etapa integrante dos processos de produção de conhecimento.

Art.5º Entende-se por extensão as ações desenvolvidas sob a forma de programas, projetos e atividades em consonância com as orientações do Plano Nacional de Extensão do MEC e o Plano de Desenvolvimento Institucional. Essas ações visam:

I - Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade universitária com interesses e necessidades da sociedade, em todos os níveis, estabelecendo mecanismos que relacionem o saber acadêmico ao saber popular.

II - Democratizar o conhecimento acadêmico e a participação da sociedade na vida da

FACTO.

III - Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos.

IV – Reforçar propostas que objetivem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural.

V - Contribuir com a sistematização do conhecimento produzido na FACTO.

§1º Um Programa de Extensão deve ser entendido como um conjunto de projetos de caráter orgânico-institucional gerenciado com uma mesma diretriz e voltado a um objetivo comum.

§2º Um Projeto de Extensão deve ser entendido como a sistematização de atividades de caráter educativo, cultural, científico e/ou tecnológico.

§3º As Atividades de Extensão devem ser entendidas como ações de caráter educativo, cultural, científico ou tecnológico, a exemplo de eventos, prestações de serviços, produções e publicações, estando incorporadas a um projeto ou mesmo, no caso de episódica, tendo planejamento isolado.

§4º As atividades de extensão devem ser desenvolvidas preferencialmente de forma interdisciplinar.

§5º As ações de extensão devem propiciar a participação da comunidade acadêmica, privilegiando ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil.

§6º As atividades de extensão devem, preferencialmente, atender às questões prioritárias da sociedade para o desenvolvimento da cidadania plena.

§7º As atividades de extensão devem ser submetidas à avaliação sistemática.

Da Competência da Extensão

Art.6º. As atividades de extensão são coordenadas na FACTO:

I - no âmbito institucional, pela Coordenação de Extensão, com a devida aprovação da Vice-Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão;

Art.7º. Cabe à Coordenação de Extensão:

I - estabelecer uma política de extensão acadêmica;

II - tornar efetiva a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

III - estabelecer instrumentos que apoiem as coordenações de cursos da FACTO no gerenciamento de ações de extensão;

IV - desenvolver mecanismos que permitam sensibilizar e conscientizar a comunidade acadêmica sobre o papel e a importância da extensão, quer como atividade formadora quer como fonte de pesquisa e transformação social;

V - assessorar as coordenações de cursos na elaboração de propostas de criação, de desenvolvimento e de transformação de programas e projetos de extensão;

VI - analisar e emitir pareceres nos processos de instalação de programas e projetos e amplitude geral e institucional;

VII - desenvolver e aplicar mecanismos de acompanhamento e avaliação dos programas e projetos de extensão tendo como diretriz a relevância dos resultados para o benefício social;

VIII - apoiar e estimular as atividades de intercâmbio e cooperação da FACTO com entidades representativas dos diversos segmentos da sociedade;

Art. 8º. Cabe aos docentes e pesquisadores proponentes de atividades de extensão:

I - elaborar propostas de atividades de extensão, de acordo com as diretrizes aqui expostas;

II – elaborar propostas de atividades de extensão de acordo com o Modelo de Projetos de Extensão;

III - responsabilizar-se pela execução da proposta;

IV - supervisionar e avaliar o desempenho dos envolvidos na execução das atividades;

V- elaborar relatórios a respeito das atividades de extensão realizadas, de acordo com normas estabelecidas;

VI - prestar contas dos recursos financeiros dentro dos prazos previstos e das normas vigentes.

Do Desenvolvimento das Atividades de Extensão

Art. 9º - As propostas de desenvolvimento das atividades de extensão podem originarse na comunidade acadêmica e nas Coordenações de cursos devendo as mesmas serem formuladas através de projetos seguindo a regulamentação estabelecida.

Parágrafo único. Os alunos, o Diretório Central dos Estudantes e os Centros

Acadêmicos poderão propor atividades de extensão desde que sob a supervisão de um professor da respectiva área de conhecimento.

Art.10º. A participação discente nas atividades de extensão deverá ser estimulada e poderá ser registrada pela Coordenação de curso a que estiver vinculado para todos os efeitos de histórico escolar, vida acadêmica e horas complementares.

Art.11º. Os projetos multidisciplinares devem ser aprovados apenas na coordenação a que pertence o coordenador da atividade, garantindo o registro nas demais coordenações envolvidas.

Art.12. As propostas e relatórios das atividades de extensão universitária devem ser encaminhadas conforme formulário fornecido pela Coordenação de Extensão, obedecidas as exigências da presente Resolução.

Art.13. Cada atividade de extensão estará submetida a uma coordenação própria à qual caberá:

I - estabelecer contatos e parcerias com a comunidade-alvo do projeto;

II - buscar a articulação da atividade de extensão com outras atividades desenvolvidas na FACTO ou na sociedade;

III - supervisionar o trabalho de alunos voluntários vinculados aos projetos e programas;

V - zelar pelos equipamentos e materiais colocados à disposição para a realização da atividade;

VI - apresentar às instâncias competentes a prestação de contas advindas de taxas de inscrições, convênios e cooperações, anexando a aprovação das contas ao relatório;

VII - apresentar à Coordenação de Extensão os relatórios da atividade para a aprovação e certificação.

Art.14. Os proponentes deverão encaminhar ao Coordenação de Extensão a programação das atividades no início de cada semestre letivo, bem como o relatório das atividades desenvolvidas, para fins de registro, ao término de cada semestre letivo.

Dos Projetos de Extensão Universitária

Art.15. É considerado projeto de extensão universitária o conjunto de atividades de caráter educativo, cultural, artístico, científico e tecnológico, que envolva docentes, pesquisadores e discentes (bolsistas ou voluntários), desenvolvidas junto à comunidade, com prazo mínimo de duração de 01 (um) semestre.

Art.16. O projeto de extensão deverá ser encaminhado à Coordenação de Extensão, em formulário próprio, para análise e aprovação.

Art.17. Cabe às FACTO a emissão de certificados dos projetos de extensão cujo relatório tenha sido aprovado pela Coordenação de Extensão.

Dos Eventos de Extensão Universitária

Art.18. São considerados eventos de extensão universitária as atividades realizadas, no cumprimento de programas específicos, oferecidos com o propósito de produzir, sistematizar e divulgar conhecimentos, tecnologias e bens culturais, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com a finalidade visada e a devida aprovação.

Art.19. Os eventos de extensão podem ser realizados sob a forma de Mostras, Encontros, Simpósios, Oficinas, Congressos, Jornadas, Conferências ou Ciclos de Conferências, Seminários, Fóruns, Debates ou Ciclo de Debates, Reuniões Técnicas,

Concertos, Festivais, Manifestações Artísticas e Culturais, Espetáculos, Ateliês, Exposições e similares, dirigidos a públicos específicos, consequentemente com especificidade próprias.

Art.20. Cabe à coordenação responsável pelo Evento de Extensão Universitária, a Coordenação de Extensão o acompanhamento e avaliação do mesmo.

Art. 21. Cabe à FACTO a expedição de certificados aos docentes, coordenadores e participantes.

Parágrafo único. Os certificados serão expedidos aos inscritos que comprovem a frequência mínima exigida nas atividades programadas.

Art.22. Cabe às Coordenações de cursos encaminhar semestralmente à Coordenação de Extensão, para registro institucional, relatório de Eventos de Extensão Universitária em documento próprio.

Dos Programas de Extensão Universitária

Art.23. Considera-se Programa de Extensão Universitária o conjunto projetos de extensão e de atividades que articulam ensino, pesquisa e extensão de caráter orgânico institucional, integrados a programas institucionais direcionados às questões relevantes da sociedade.

Art.24. Os Programas de Extensão devem coordenar as atividades que abrangem experiências político-pedagógicas que viabilizem a troca entre o conhecimento acadêmico e o saber popular; a participação junto a diferentes segmentos da sociedade, integrando ações, articulando ensino, pesquisa e extensão e divulgando as experiências resultantes dessas ações em benefício da comunidade, na realização do compromisso social da FACTO.

Art.25. A articulação, coordenação e supervisão dos programas de extensão serão de competência da Coordenação de Extensão.

Art.26. A execução dos programas de extensão será feita pelos respectivos proponentes.

Art.27. As atividades dos Programas de Extensão serão executadas através de programações conjuntas entre as coordenações, núcleos temáticos, organizações estudantis, docentes e técnico-administrativas, grupos e organizações populares, bem como através de convênios entre a FACTO e Instituições Públicas, Privadas e Organizações Sociais.

Art.28. Cabe à Secretaria Acadêmica o registro de certificados dos Programas de Extensão Universitária.

Dos Recursos Financeiros

Art.29. As atividades de extensão buscarão ser autofinanciáveis.

Art.30. A Coordenação de Extensão e a coordenação dos programas, projetos e atividades de extensão buscarão apoio em programas de fomento e anualmente estimará recursos orçamentários junto a FACTO para as atividades de extensão.

Art.31. Para efeito de considerações e possível apoio financeiro e material por parte da Faculdade Católica do Tocantins, a análise das propostas apresentadas levará em conta os seguintes aspectos:

I - caráter interdisciplinar da proposta;

II - participação efetiva de docentes, ou pesquisadores, e alunos;

III - articulação concreta com o ensino e a pesquisa;

IV - articulação concreta com a comunidade e seus segmentos significativos, inclusive órgãos públicos;

V - participação financeira de fontes externas;

VI - quitação de relatórios anteriores.

Da Avaliação da Extensão

Art.32. A avaliação da extensão deve estar inserida na avaliação institucional da FACTO e integrada com as demais áreas do fazer acadêmico.

Art.33. A avaliação da extensão deve ser contínua, qualitativa e quantitativa, abrangendo todas as ações de extensão, de forma a garantir a qualidade e a credibilidade do que é produzido durante as mesmas e ter seus resultados considerados no planejamento e na tomada de decisão da FACTO, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Das Disposições Finais

Art.34. Cabe à Coordenação da Extensão encaminhar os relatórios de programas e projetos de extensão à Vice-Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art.35. Os casos omissos serão resolvidos pela Vice-Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Faculdade Católica do Tocantins

ANEXO 2

REGIMENTO INTERNO DA COORDENAÇÃO DE PESQUISA

O presente Regimento Interno tem por finalidade atualizar a regulamentação da subordinação, composição, atuação e competências da Coordenação de Pesquisa da Faculdade Católica do Tocantins, criado pela Portaria/FACTO/DIR/ N0 03/10, de 01/02/2010.

CAPITULO I

SUBORDINAÇÃO E COMPOSIÇÃO

Art. 1º – A Coordenação de Pesquisa é um órgão consultivo da Vice-Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo constituído por uma Coordenação e pelo Comitê Técnico-científico.

Art. 2º – É de responsabilidade da Coordenação de Pesquisa: o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), o Programa de Pesquisa Científica (PP), a Editoração da Revista Científica da Faculdade Católica do Tocantins.

Parágrafo Único: o Comitê de Ética de Pesquisa em Seres Humanos e de Uso de Animais (CEC) trabalham em interação com a Coordenação de Pesquisa.

CAPITULO II

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Seção I

Art. 3º - A estrutura básica da Coordenação de Pesquisas é composta pelo Comitê Técnico-Científico formado por um representante de cada colegiado dos Cursos de graduação, tecnólogo e pós-graduação da Faculdade Católica do Tocantins.

Seção II

Do Coordenador

Art. 4º - O coordenador de pesquisa será nomeado pela Diretoria Geral e pela Vice-Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão por um mandato de 02 (dois) anos, tendo uma carga horária de 20 horas semanais.

Art. 5º - Compete ao Coordenador de Pesquisas:

I – Presidir o Comitê Técnico-Científico;

II – Administrar a Coordenação de Pesquisas, coordenando e fiscalizando todas as suas atividades;

III – Coordenar com a participação do Comitê Técnico-Científico a elaboração da política de prestação de serviços de pesquisas;

IV – Estabelecer ligações com outras Faculdades, Universidades, Órgãos Governamentais e Empresas, quanto a assuntos de interesse da coordenação de pesquisas;

V – Manter entendimentos necessários da coordenação de pesquisas;

VI – Cumprir e fazer cumprir este Regimento.

Seção III

Da Representação do Comitê Técnico-Científico

Art. 6º - Os representantes no Comitê Técnico-Científico serão indicados pelo Coordenador de pesquisa em conjunto com os coordenadores de curso e aprovados pela Diretoria Geral e pela Vice-Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 7º - Compete ao Comitê Técnico-Científico:

I – Estabelecer a política de prestação de serviços da coordenação de pesquisas;

II – Decretar o impedimento, por decisão de 2/3 de seus componentes, do coordenador, diante de atitude inequivocadamente ilícita ou que implique em abuso de poder, garantido o direito de defesa do acusado;

III – Propor e opinar sobre modificações deste Regimento;

IV – Examinar, avaliar e aprovar os programas de bolsa PIBIC;

V – Auxiliar na editoração da Revista Científica da Faculdade Católica do Tocantins;

VI – Cumprir e fazer cumprir este Regimento.

Seção IV

Das Reuniões

Art. 8 – As reuniões do Comitê Técnico-Científico serão:

I – Ordinárias, pelo menos uma (01) por mês, de acordo com as datas estabelecidas em calendário, anualmente aprovado;

II – Extraordinárias, as convocadas pelo Coordenador, com indicação de motivo ou a requerimento de um terço (1/3) dos integrantes do Conselho; e

III – Solenes, as realizadas para grandes comemorações ou determinadas homenagens

IV – Os membros do CTC receberão o equivalente a uma (1) hora/aula por reunião.

Parágrafo Único – Na hipótese de convocação de reunião extraordinária por um terço (1/3) dos integrantes do Comitê Técnico-Científico, caso o Coordenador não a convoque para instalar-se no prazo de sete (07) dias, a conta-se da apresentação do requerimento convocatória à Vice-Diretoria de Ensino da Faculdade, o Comitê se reunirá, na forma e hora estabelecida no Calendário anual, no primeiro dia útil imediatamente seguinte ao transcurso daquele prazo.

Art. 9 – De cada reunião lavrar-se-á uma ata, e da qual constarão os nomes dos membros do Comitê presentes e dos ausentes, e uma exposição sucinta do expediente lido e de todos os trabalhos.

§ 1º - Depois de aprovadas, as atas serão assinadas pelo Coordenador e o secretário e arquivadas em ordem cronológica.

§ 2º - Os Membros do comitê poderão pedir inserção na ata, de declaração de voto, que será encaminhado por escrito ao Coordenador, até o final da reunião.

§ 3º - Na ata não será inserido teor de qualquer documento sem expressa autorização do Coordenador.

CAPITULO IV

ATUAÇÃO E COMPETÊNCIAS DA COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Da Atuação

A Coordenação de Pesquisa deverá pautar a sua atuação baseado nas seguintes premissas:

Art. 10 – Elaborar e operacionalizar estratégias para o desenvolvimento da pesquisa institucional, que fomentem a integração graduação/pós-graduação Lato Sensu, levando a um crescimento ordenado das atividades de pesquisa e de publicações científicas qualificadas.

Art. 11 – Fomentar o desenvolvimento das atividades de pesquisa, apoiando e incentivando a realização de Projetos de Pesquisas que envolvam pesquisadores da Instituição e consolidando de Projetos de Iniciação Científica junto aos diferentes cursos.

Art. 12 – Analisar e aprovar todos os projetos de caráter científico, registrando os para que venham a compor o acervo da produção científica institucional, atuando de maneira articulada com os Colegiados de Cursos.

Art. 13 – Buscar a integração entre as atividades de pesquisa e os cursos de graduação e de pós-graduação, viabilizando a abertura e a sustentabilidade acadêmica de grupos e linhas de pesquisa aos quais serão vinculados os projetos.

Art. 14 – Atuar de forma a consolidar as suas ações, no sentido de deixar patente a existência de iniciativas e incentivos, por parte da Instituição, para a realização de pesquisas a partir dos cursos de graduação, conforme requisitos estabelecidos pela legislação.

Parágrafo Único – Incentivar o aumento quantitativo e qualitativo da produção científica, junto aos cursos de graduação e pós-graduação, vinculando-a sempre às linhas de pesquisas.

Da Competência

Art. 15 – Regularizar, acompanhar e validar todas as pesquisas realizadas no âmbito e que levam o nome da Faculdade Católica do Tocantins, garantindo que a Instituição seja resguardada de violações éticas e, ainda, buscando consolidá-las em relação aos seus conteúdos e formatação metodológica.

Parágrafo Único – É obrigatório que os PIBIC e PP que envolvam seres humanos e animais sejam submetidos previamente aos respectivos comitês de ética.

Art. 16 - Analisar e emitir parecer técnico sobre a viabilidade, oportunidade e validade dos PP e PIBIC submetidos, podendo solicitar a participação de especialistas ad hoc na emissão de pareceres.

Art. 17 – Auxiliar, orientar e validar a criação de Grupos de Pesquisa e suas respectivas linhas, assim como seu registro junto ao CNPq.

Art. 18 – Identificar os Grupos de Pesquisa que abriguem as linhas de pesquisa, para que essas possam atender tanto a graduação como a pós-graduação e, ainda, que se enquadrem nas linhas de pesquisa estabelecidas como prioritárias pela Instituição.

Art. 19 – Manter o controle sobre os Grupos de Pesquisa criados e validados junto a Plataforma Lattes do CNPq, de forma a garantir que os dados constantes desses grupos estejam permanentemente atualizados.

Art. 20 – Propor, operacionalizar e regularizar os Editais dos Projetos de Pesquisa e Projetos Institucionais de Bolsa de Iniciação Científica.

Art. 21 – Propor, aos órgãos competentes, a concessão de Bolsas de Iniciação Científica e Bolsas de Apoio à Pesquisa, para os pesquisadores cujos PP e PIBIC forem aprovados e selecionados para o recebimento desses incentivos, sempre levando em consideração as normas estabelecidas pelos referidos editais.

Art. 22 – Validar as atividades de pesquisa nos Colegiados dos Cursos, mostrando, por intermédio de reuniões periódicas com os professores dos cursos e seus respectivos Coordenadores, a produtividade em pesquisa de cada curso, visando incentivar a participação dos referidos professores nos PP e PIBIC.

Art. 23 – Acessar e avaliar, com frequência mínima semestral, os currículos Lattes dos professores, com objetivo de mantê-los atualizados e de detectar quais docentes perfazem o perfil desejado para a atuação como orientadores, ou mesmo virem a atuar como membro do comitê de áreas de conhecimento.

Art. 24 – Avaliar a necessidade do membro do comitê por área de conhecimento e propor aos órgãos competentes a sua designação para atuar na Coordenação de Pesquisa.

Art. 25 – Estabelecer parcerias e coordenar as atividades dos pesquisadores responsáveis por PP ou Orientadores de PIBIC.

Art. 26 – Orientar os membros do comitê no sentido de ser o elo entre a Coordenação e os Colegiados dos Cursos de Graduação e os professores que atuam nesses cursos, objetivando o desenvolvimento das atividades e pesquisa e o aumento da produção científica dos cursos.

Art. 27– Incentivar a publicação dos Relatórios de Pesquisa e os Artigos Científicos produzidos pelos pesquisadores e orientadores em veículos de divulgação científica e participação em eventos nacionais e internacionais tais como: Simpósios, Seminários e Congressos, dando preferência aos veículos científicos que possuam qualificação QUALIS (A, B e C) do CNPq, visando aumentar a publicação de caráter científico da Faculdade Católica do Tocantins.

Art. 28– Apoiar a realização de eventos técnico-científicos, sob a coordenação da ViceDiretoria de Ensino, para divulgação da produção científica de pesquisadores e/ou orientadores e que conte com a participação dos alunos envolvidos nos PIBIC e PP, no âmbito da graduação e da pós-graduação.

Art. 29– Buscar parcerias com Instituições de Pesquisa nacionais e internacionais, visando aumentar a produção científica e participar de PP que possam vir a consolidar as linhas de pesquisas apontadas como de interesse da Faculdade Católica do Tocantins.

Art. 30 – Buscar de forma permanente captar recursos financeiros externos que permitam apoiar e da sustentabilidade econômico-financeira as atividade promovidas pela Coordenação de Pesquisa.

Art. 31 – Encaminhar, com a periodicidade que lhe for determinada pelos órgãos competentes, relatório de suas atividades. Para tal, os nucleadores, pesquisadores, orientadores de PIBIC e/ou Líderes de Grupos de Pesquisa deverão fornecer dados e informações pertinentes às suas atividades para comporem ditos relatórios.

CAPITULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 32 - Os casos omissos a este Regimento serão discutidos, em primeira instância, pela Vice-Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, podendo ainda ser levados a instâncias superiores, dependendo do caso.

Art. 33 Regimento aprovado aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, em reunião ordinária do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE e pela Resolução CEPE Nº 20/10 de 26 de outubro de 2010.

ANEXO 3

REGULAMENTO INSTITUCIONAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento da Católica do Tocantins, mantida pela União Brasileira de Educação e Cultura (UBEC), tem por finalidade regulamentar as atividades do Estágio Supervisionado a serem desenvolvidas nos cursos de graduação, com o integral cumprimento indispensável para a integralização curricular.

Art. 2º Os cursos de graduação estão organizados por Escolas, que têm como base as áreas do conhecimento, de forma a promover uma integração acadêmica e administrativa, cabendo articulação dos processos e unidade dos procedimentos, sem perder de vista as especificidades de cada curso, particularmente os da área da Saúde e Direito.

Seção I

Dos direcionadores acadêmicos e administrativos

Art. 3º O processo de desenvolvimento do Estágio Supervisionado, em termos acadêmicos e administrativos, pauta-se pelos seguintes direcionadores:

§ 1º Atenção ao estudante estagiário, por meio do alinhamento entre todos os responsáveis diretos e indiretos, que têm como referência a missão, visão, princípios e valores institucionais.

§ 2º Gestão compartilhada dos processos e fluxos acadêmicos e administrativos, visando à otimização e à identificação de melhorias a serem implementadas continuamente.

§ 4º Processo de formação profissional pautado na pastoralidade, a fim de promover o desenvolvimento humano e social e o estímulo ao aprendizado sistêmico e pertinente aos desafios apresentados pela sociedade contemporânea.

§ 5º Adoção de metodologias ativas e valorização das competências para integração de conhecimentos e experiências da vida com o cotidiano do campo de atuação profissional.

§ 6º Ampla sinergia e integração com o cenário regional, promovendo o empreendedorismo, o senso de pertinência e a cultura da sustentabilidade, de forma a manter a consistência da proposta pedagógica para o Estágio, a qual se reflete no posicionamento institucional e na visão de mundo.

Seção II

Da concepção pedagógica do Estágio supervisionado

Art. 4º O Estágio é uma atividade pedagógica desenvolvida em situação real que possibilita ao estudante consolidar sua formação pessoal, profissional e cidadã, além de desenvolver competências, habilidades e atitudes específicas, requeridas pelo mercado de trabalho.

Art. 5º O Estágio Supervisionado está fundamentado em uma proposta pedagógica que o compreende e o classifica como:

§ 1º Componente curricular que integra o itinerário formativo dos estudantes, contextualizado no projeto pedagógico de cada curso, de caráter teórico-prático, cuja especificidade proporciona o contato efetivo do estudante com o campo profissional, acompanhado pela IESM e pela parte concedente, de acordo com a legislação.

§ 2º Mecanismo de articulação da formação acadêmica com o exercício profissional, a partir da efetiva participação dos estudantes em situação real de trabalho.

§ 3º Atividade privilegiada de diálogo crítico com a realidade que favorece a articulação entre ensino, iniciação científica/pesquisa, extensão e o mercado de trabalho.

§ 4º Ambiente de trabalho formativo que conduz à sensibilização dos estudantes para o atendimento às necessidades sociais, preservando os valores éticos norteadores da prática profissional.

§ 5º Momento de aproximação e comp

reensão da realidade profissional, à luz dos aportes teóricos estudados, que favorece a reflexão sobre a realidade, a aquisição da autonomia intelectual e o desenvolvimento de habilidades inerentes à profissão.

Seção III

Do desenvolvimento de habilidades, atitudes e competências

Art. 6º O Estágio contempla atividades teórico-práticas supervisionadas, capazes de consolidar um conjunto de habilidades, atitudes e competências dos estudantes, para desenvolver:

§ 1º Capacidade da integração de conhecimentos e experiências da vida com o cotidiano do campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais e habilidades para elaborar, implementar e consolidar programas, projetos, planos, processos inerentes à área de atuação profissional.

§ 2º Domínio e atitude nos processos de comunicação compatíveis com o exercício profissional.

§ 3º Raciocínio lógico, crítico e analítico para atuação profissional.

§ 4º Capacidade para o reconhecimento e definição de problemas, além de oferecer adequadas soluções.

§ 5º Desenvoltura na iniciativa, determinação, aprendizado contínuo, assim como abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do exercício profissional no âmbito da gestão das pessoas e das organizações.

Seção IV

Da classificação dos Estágios

Art. 8º Os Estágios Supervisionados classificam-se em Obrigatório e Não Obrigatório.

§ 1º O Estágio Supervisionado Obrigatório constitui-se em uma atividade curricular, com carga horária específica, cujo cumprimento é requisito para integralização da carga horária e conclusão do curso, conforme definido no Projeto Pedagógico de cada curso.

§ 2º O Estágio Não Obrigatório é desenvolvido como atividade opcional, certificado pela Central de Estágio, por meio de documentação comprobatória.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Seção I

Da matrícula

Art. 9º O Estágio Supervisionado Obrigatório está condicionado à matrícula no componente curricular, nos períodos indicados na matriz curricular do curso e ao atendimento aos requisitos definidos no projeto pedagógico e no manual de Estágio de cada curso.

Art. 10. O Estágio Não Obrigatório poderá ser realizado pelo estudante, mediante matrícula no curso de graduação; atendendo à proposta pedagógica e aos requisitos constantes no manual de Estágio de cada curso.

Parágrafo único - Caso os Estágios não correspondam às finalidades pedagógicas e ao atendimento à legislação vigente, serão invalidados e ficam sujeitos à imediata interrupção, conforme o Termo de Compromisso de Estágio – TCE, celebrado entre as partes.

Art. 11. Antes do início da atividade de Estágio Supervisionado, o estudante ou, em casos específicos, o professor orientador deverá protocolar os documentos necessários na Central de Estágio.

§ 1º Os documentos necessários serão definidos no manual de Estágio de cada curso, além dos documentos exigidos pela legislação pertinente.

§ 2º Os modelos de TCE e Termo de Convênio para Estágio Supervisionado (celebrado entre a Instituição de Ensino e o local de Estágio Supervisionado) podem ser os da unidade concedente, desde que aprovados pela Instituição de Ensino.

Art. 12. Quando houver alteração nas atividades e processos de Estágio Supervisionado, será necessária a comunicação da alteração à Central de Estágio, pelo professor orientador, pelo estudante ou pela unidade concedente de Estágio, tendo em vista a elaboração de um novo TCE.

Seção II

Da estrutura institucional

Art. 13. A organização do Estágio Supervisionado contará com uma Central de **Estágio Supervisionado**, subordinada à (Pró-Reitoria Acadêmica ou Vice-Diretoria Acadêmica), com a função de zelar pelo cumprimento das diretrizes acadêmicas e legais, relativas ao desenvolvimento do Estágio Supervisionado.

Art. 14. A Central de Estágio Supervisionado é composta por:

I - Coordenação Geral de Estágio Supervisionado: a que responde pela Central de Estágio Supervisionado e está subordinada à (Pró-Reitoria Acadêmica ou à Vice-Diretoria Acadêmica).

II - Supervisão de Estágio: a que responde pelo Estágio Supervisionado, no âmbito de cada Escola e está subordinada à Diretoria da Escola e à Coordenação Geral de Estágio Supervisionado, atendendo às especificidades de cada curso.

IV - Professores Orientadores de Estágio Supervisionado: vinculados a um ou a mais cursos, estão subordinados à Coordenação do Curso e ao Professor responsável pelo Estágio Supervisionado do curso.

CAPÍTULO III

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES

Seção I

Da central de estágio supervisionado

Art. 15. A Central de Estágio Supervisionado tem a função de zelar pelo cumprimento das diretrizes acadêmicas e legais dos Estágios, além de coordenar, orientar e articular as ações propostas pelas coordenações de curso, pelos supervisores de Estágio supervisionado da Escola

ou pelos professores responsáveis pelo Estágio supervisionado no curso de agronomia, quando houver, e por professores orientadores, tendo em vista assegurar a qualidade do Estágio Supervisionado, respeitando as particularidades de cada curso.

Art. 16. A coordenação geral de Estágio poderá ser exercida por um professor ou um profissional administrativo, com competência para gerenciar processos e pessoas e realizar a interlocução com a comunidade externa e potenciais campos de Estágio.

Art. 17. São atribuições da Coordenação Geral de Estágio Supervisionado:

I - Assegurar o cumprimento do disposto na legislação vigente, nas diretrizes acadêmicas institucionais, no regulamento institucional de Estágios e no manual de Estágio Supervisionado do curso.

II - Intermediar contatos entre as unidades concedentes de Estágios Supervisionados a (Reitoria ou Vice-Diretoria), visando à realização de convênios.

III - Providenciar os documentos necessários para a realização de convênios e zelar pelo trâmite e guarda de toda a documentação relativa ao Estágio Supervisionado.

IV - Assinar Termo de Compromisso de Estágio (TCE).

V - Receber e protocolar documentos de Estágio Supervisionado estabelecidos no manual de Estágio Supervisionado de cada curso, como Termo de Compromisso de Estágio (TCE), Plano de Atividades de Estágio Supervisionado, Cronograma, Avaliação de Desempenho e Relatórios Finais, caso tais atividades sejam definidas pelo curso.

VI - Encaminhar os documentos de Estágio Supervisionado, referidos no inciso V, ao Supervisor de Estágio Supervisionado da Escola ou ao Professor responsável pelo Estágio Supervisionado do Curso, quando for o caso.

VII - Constituir e atualizar, continuamente, a base de dados relativa ao Estágio Supervisionado, que abrange informações referentes às unidades concedentes, estagiários

e professores vinculados ao Estágio Supervisionado, tais como: TCEs, requerimentos, manuais e normatizações.

VIII - Coordenar a disponibilização e atualização de informações no site institucional, para promover a interação e o relacionamento, disseminar notícias relevantes sobre o mercado de trabalho, divulgar vagas de Estágio Supervisionado, entre outras informações pertinentes.

IX - Efetuar atendimento aos estudantes, aos coordenadores de curso, aos supervisores de escola, aos agentes de integração e às empresas, entre outros.

X - Manter atualizado o cadastro de convênios para fins de Estágio Supervisionado, zelando pelo cumprimento dos requisitos legais e pelo intercâmbio com as unidades concedentes de Estágio Supervisionado.

XI - Ampliar o contato com organizações potenciais, com vistas à disponibilidade de vagas para desenvolvimento de Estágio Supervisionado.

Seção II

Da supervisão de estágio na escola

Art. 18. A supervisão do Estágio Supervisionado deverá ser exercida por professor vinculado à Escola a qual o curso pertence.

Art. 19. São atribuições do Supervisor de Estágio Supervisionado:

I - Fazer cumprir, no âmbito da Escola, o disposto no regulamento institucional de Estágio Supervisionado, nos projetos pedagógicos e manuais de Estágio Supervisionado dos cursos, atendendo à legislação vigente e às diretrizes institucionais.

- II – Promover a articulação e a integração dos processos de Estágio Supervisionado, no âmbito da Escola, garantindo unidade e integração dos processos acadêmico-pedagógico e administrativos.
- III – Atender e orientar os estudantes candidatos às vagas de Estágio Supervisionado.
- IV – Atuar, junto à coordenação geral de Estágio Supervisionado, na orientação de estudantes e professores orientadores e no acompanhamento dos processos.
- V – Gerenciar, com a coordenação de cursos, a oferta do número de áreas de Estágio Supervisionado, a quantidade de professores orientadores disponíveis por área, bem como o formato de apresentação, orientação, supervisão e coordenação das referidas atividades.
- VI – Gerenciar, com a coordenação de curso, a quantidade de estagiários por professor orientador (não se deve exceder 10 estudantes por professor).
- VII - Promover integração entre o curso e as unidades concedentes de Estágio Supervisionado, em parceria com a coordenação geral.

Seção III

Dos professores orientadores de estágio supervisionado

Art. 20. O professor orientador está subordinado à supervisão que se reporta à coordenação da Central de Estágio Supervisionado.

Art. 21. São atribuições do professor orientador de Estágio Supervisionado:

- I – Orientar os estagiários quanto às políticas e às normas institucionais de Estágio Supervisionado.

- II - Fornecer ao estagiário todas as informações necessárias ao seu desempenho, bem como o cronograma, o local e horário dos encontros para orientação, além de cuidar do acompanhamento e da avaliação do Estágio Supervisionado.
- III - Assegurar a articulação entre as atividades de Estágio Supervisionado e o Projeto Pedagógico do Curso.
- IV - Elaborar e aprovar, em conformidade com o manual de Estágio Supervisionado do curso, o plano de atividade.
- V - Comparecer assídua e pontualmente aos encontros de orientação com os estagiários.
- VI - Acompanhar e orientar o estagiário durante o desenvolvimento do Estágio Supervisionado e auxiliar na solução de possíveis problemas ou dificuldades encontradas.
- VII – Manter continuamente, o contato com unidades concedentes de Estágio Supervisionado para acompanhamento e avaliação dos estagiários.
- VIII – Avaliar o cumprimento das atividades previstas no plano de atividades de Estágio Supervisionado.
- IX – Participar de reuniões convocadas pela coordenação de curso, pela supervisão de Estágio Supervisionado e pelo coordenador da Central de Estágio Supervisionado e, ainda, pelas instâncias superiores.
- X– Apresentar relatórios, documentos e informações, sempre que solicitado.
- XI– Realizar avaliação dos estagiários, mediante relatórios parciais e finais, conforme critérios estabelecidos no plano de atividades, embasado pelo Manual de Estágio Supervisionado do curso e registrar a nota na forma definida pela secretaria acadêmica.

Seção IV

Dos estagiários

Art. 22. São considerados estagiários todos os estudantes dos cursos de graduação, devidamente matriculados no componente curricular – Estágio Supervisionado Obrigatório.

Art. 23. O estagiário gozará de todos os direitos inerentes à sua condição de acadêmico e assumirá seus deveres, em conformidade com as normas estabelecidas pela unidade concedente e pela legislação vigente.

Art. 24. São direitos do estagiário:

I - Realizar o Estágio Supervisionado com qualidade satisfatória, decorrente das condições oferecidas pela instituição e pela unidade concedente de Estágio Supervisionado.

II - Receber tratamento ético adequado à condição de estudante.

III - Ter assegurado os direitos previstos em Lei.

Art. 25. O estudante deverá realizar o Estágio Supervisionado Obrigatório no período estabelecido no Termo de Compromisso de Estágio - TCE, em consonância com a integralização da carga horária do curso.

Art. 26. São atribuições do estagiário:

I - Manter a matrícula ativa no curso.

II - Comparecer às reuniões para as quais for convocado.

III - Comparecer ao local do Estágio Supervisionado, pontualmente, nos dias e horários estabelecidos.

IV - Cumprir efetivamente, em todas as fases do Estágio Supervisionado, as ações previstas no planejamento.

V - Assinar e zelar pelo cumprimento do TCE e respeitar as normas da empresa/instituição concedente.

VI - Observar atentamente a aplicação dos princípios básicos de comunicação, das relações humanas e da ética profissional, pertinentes ao ambiente acadêmico e ao ambiente profissional.

VII - Providenciar e elaborar, quando for o caso, os documentos e formulários solicitados pela IESM e pela unidade concedente de Estágio Supervisionado.

VIII - Elaborar relatórios parciais e finais e outros instrumentos avaliativos de Estágio Supervisionado, conforme a solicitação.

IX - Apresentar a documentação comprobatória das imunizações obrigatórias, cartão de vacina e outros, quando for o caso.

X - Apresentar, no prazo estipulado, a documentação necessária à realização do Estágio Supervisionado.

XI - Comunicar de imediato e por escrito, à Central de Estágio Supervisionado, a ocorrência de qualquer fato relevante relacionado à realização do Estágio Supervisionado e, da mesma forma, a interrupção, suspensão ou cancelamento da matrícula.

Seção V

Das unidades concedentes de estágio

Art. 27. Constituem-se como Unidades Concedentes de Estágio Supervisionado os estabelecimentos de direito público e privado, de economia mista, no município e Distrito Federal ou fora dele, que tenham condições de proporcionar vivência efetiva de situações concretas de vida e trabalho, dentro de um campo profissional e da própria Católica do Tocantins.

Parágrafo único - Podem oferecer Estágio Supervisionado, observadas as obrigações legais os profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

Art. 28. A unidade concedente de Estágio Supervisionado deverá atender às determinações previstas na Lei nº 11.788/2008, relativas à jornada de atividade em Estágio Supervisionado.

Art. 29. A Católica do Tocantins firmará um instrumento legal de convênio com a unidade concedente de Estágio Supervisionado, estabelecendo as condições necessárias para sua realização, considerando:

§ 1º A obrigatoriedade de um supervisor de campo, com formação ou experiência correspondente à área profissional, conforme previsto em lei.

§ 2º As condições para a supervisão, orientação e acompanhamento por parte da instituição.

§3º O prazo da vigência do convênio.

§ 4º A obrigatoriedade de contratação de seguro contra acidentes pessoais, em favor do estagiário, no caso de Estágio Não Obrigatório.

Art. 30. O Estágio Supervisionado poderá ser realizado por meio de atividades em programas e projetos de extensão e de pesquisa ou em empreendimentos de interesse social e comunitário, de natureza urbana ou rural, desde que previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 31. Para realização do Estágio Supervisionado, Obrigatório ou Não Obrigatório, as partes envolvidas firmarão um Termo de Compromisso de Estágio, cabendo à Católica do Tocantins a designação do professor responsável, e à unidade concedente indicar o supervisor.

§ 1º A realização do Estágio Supervisionado deverá obedecer ao Plano de Atividades, que acompanhará o TCE.

§ 2º O estagiário deverá ser incluído em apólice de seguro contra acidentes pessoais, antes de iniciar o Estágio Supervisionado, e deverá ser informado do número da apólice no TCE.

§ 3º A responsabilidade pela contratação do seguro, no caso de Estágio Supervisionado Obrigatório, poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição ou pela unidade concedente.

§ 4º No caso de Estágio Supervisionado Não Obrigatório, caberá à unidade concedente a responsabilidade pelo seguro.

Seção VI

Da avaliação do estágio

Art. 32. O processo de avaliação do estagiário será global e conclusivo em cada período letivo, sendo o estagiário promovido à etapa seguinte mediante aprovação e integralização da carga horária estabelecida no componente curricular “Estágio Supervisionado”.

Art. 33. O desempenho do estagiário será avaliado mediante critérios definidos pela legislação em vigor, previstos nos planos de ensino e no manual de Estágio Supervisionado do curso.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34. No desenvolvimento do Estágio Supervisionado deverão ser observadas as normas contidas no Manual de Estágio do respectivo curso, obedecendo às regras dos órgãos e agentes de integração, sem perder de vista a legislação vigente.

Art. 35. Os casos omissos e extraordinários serão apreciados pela Coordenação da Central de Estágio Supervisionado, encaminhados às instâncias subordinadas e superiores, quando necessário.

Art. 36. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo órgão colegiado competente da Católica do Tocantins, após validação da UBEC, revogando as disposições em contrário.

ANEXO 4

REGULAMENTO INSTITUCIONAL DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regulamento define as orientações básicas, comuns a todos os cursos da Católica do Tocantins, mantida pela União Brasileira de Educação e Cultura (UBEC). Tem por finalidade normatizar as atividades complementares de seus cursos e seu integral cumprimento, condição indispensável para a integralização curricular.

Art. 2º A Católica do Tocantins define as atividades complementares como sendo componentes curriculares obrigatórios, enriquecedores do perfil do estudante, que possibilitam ampliar habilidades, competências e conhecimentos do estudante que são adquiridas em ações de ensino, pesquisa e extensão. Essas atividades acontecem, inclusive, fora do ambiente escolar, por meio da prática de estudos e de atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, especialmente nas relações com o mundo do trabalho. Consideram-se atividades complementares:

§ 1º Atividades de ensino, pesquisa e extensão, que busquem o aprofundamento temático e interdisciplinar, o aprimoramento profissional, a interação com a comunidade e com o mercado, e ampliem os horizontes da formação profissional, social, cultural e cidadã do estudante.

§ 2º Componente curricular flexível e relevante para o delineamento do perfil do egresso a ser formado, que permite o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, em atividades de ensino, pesquisa, iniciação científica, extensão, monitoria, eventos científicos, culturais, programas e cursos oferecidos por organizações.

§ 3º Experiências e vivências acadêmicas internas e externas com a finalidade de enriquecer o processo de ensino e de aprendizagem, disseminar conhecimentos, favorecer a prestação de serviços, promover a pesquisa tecnológica e a difusão cultural.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Católica do Tocantins contará com uma Central de Atividades Complementares.

Art. 4º A Central de Atividades Complementares deverá ser composta por:

- I. Supervisor de carreira: deverá responder pela Central de Atividades Complementares, com atribuições definidas neste regulamento, sob orientação do Diretor da Escola, podendo ou não ser docente da Instituição.
- II. Docente orientador de carreira: atenderá aos cursos que compõem a Escola, com atribuições definidas neste regulamento, sob orientação do Supervisor de carreira.
- III. Funcionários administrativos: deverão oferecer suporte técnico e operacional.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 5º As Atividades Complementares compõem o currículo dos cursos, conforme carga horária estabelecida nos respectivos projetos pedagógicos.

Art. 6º As Atividades Complementares estão divididas em três eixos, a saber: ensino, pesquisa e extensão.

Art. 7º Compete a cada Escola, em consonância com o previsto neste regulamento definir tabela com informação para cada eixo constando: nome da atividade, descrição da atividade, carga horária e formas de comprovação das atividades complementares pelo estudante.

Seção I

De ensino

Art. 8º Serão consideradas atividades de ensino a serem validadas como atividades complementares:

- I. Monitoria em disciplinas dos cursos ofertados pela instituição.
- II. Estágio Supervisionado Não Obrigatório desenvolvido com base nos convênios firmados com a instituição;
- III. Disciplinas pertencentes a outros cursos superiores da instituição ou de outras instituições de ensino superior, devidamente comprovadas quanto à frequência e aprovação, desde que não tenham sido objeto de aproveitamento de estudos.
- IV. Trabalho de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses realizadas na instituição ou em outras instituições de ensino superior em que o estudante participa como ouvinte.
- V. Cursos livres de idiomas, comunicação e expressão e de informática, com frequência e aprovação, cujas cargas horárias não tenham sido objeto de aproveitamento de estudos.
- VI. Visitas técnicas monitoradas por docentes da instituição.
- VII. Programas de intercâmbios nacional ou internacional, realizados em outras instituições de ensino superior.
- VIII. Atividades complementares realizadas na modalidade virtual.
- IX. Outras atividades a serem definidas pela Escola da instituição.

Seção II

De pesquisa

Art. 9º Serão consideradas atividades de pesquisa a serem validadas como atividades complementares:

- I. Trabalhos de iniciação científica.
- II. Trabalhos desenvolvidos com orientação docente, apresentados na instituição e em eventos científicos.
- III. Trabalhos desenvolvidos com orientação docente, apresentados em eventos científicos específicos ou seminários e publicados em anais, mencionando o nome da instituição.
- IV. Trabalhos científicos publicados em revista de circulação nacional, registrando o nome da instituição.
- V. Trabalhos científicos publicados em periódicos científicos, registrando o nome da instituição.
- VI. Livros ou capítulos de livros publicados, registrando o nome da instituição, quando for o caso.
- VII. Bancas de TCC, dissertações e teses, em que o estudante participa como ouvinte.
- VIII. Eventos científicos, internos e externos (semana acadêmica, jornada, congresso, simpósio, fórum, entre outros) nos quais o estudante participa como apresentador ou ouvinte.
- IX. Eventos científicos ou culturais promovidos pela instituição, nos quais o estudante participa de sua organização.
- X. Atividades de iniciação científica (estudante bolsista ou voluntário).
- XI. Outras atividades a serem definidas pelas Escolas da instituição.

Seção III

De extensão

Art. 10. Serão consideradas atividades de extensão a serem validadas como atividades complementares:

- I. Eventos de extensão promovidos pela instituição e por outras instituições de ensino superior.
- II. Cursos e/ou eventos internos ou externos à instituição, de interesse da comunidade, nos quais o estudante participa como coordenador ou como componente da comissão organizadora.
- III. Ligas acadêmicas, atlética, jornal do curso e/ou da instituição, diretório acadêmico, entre outros, em que o estudante participa de sua organização.
- IV. Programas sociais, voluntários, tais como: Comunidade Solidária, Escola Solidária, Projeto Amigos da Escola, Projeto Rondon, ou afins, em que o estudante participa, em suas diversas ações.
- V. Eventos culturais promovidos pela instituição ou organizações afins.
- VI. Outras atividades a serem definidas pelas Escolas da instituição.

Seção IV

Das atribuições do supervisor de carreira

Art. 11. Ao supervisor de carreira compete:

- I. Gerenciar a Central de Atividades Complementares.
- II. Divulgar o calendário para entrega dos documentos comprobatórios das atividades complementares realizadas, em cada semestre, pelos estudantes, articulados com o calendário acadêmico.
- III. Promover a articulação entre os orientadores de carreira de cada Escola.
- IV. Controlar e acompanhar os fluxos e registros das atividades complementares realizados pelo estudante, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade.

- V. Avaliar os critérios que nortearão a validação das atividades complementares (documentação, relevância, prazos), junto aos orientadores de carreira.
- VI. Acompanhar e controlar, junto ao setor competente (secretaria de ensino superior e/ou centro de processamento acadêmico), o registro no histórico escolar do estudante, no que se refere às atividades complementares realizadas.
- VII. Divulgar eventos internos e externos, junto aos orientadores de carreira, que possa ser validado como atividades complementares.
- VIII. Divulgar catálogo de atividades complementares virtuais, junto aos orientadores de carreira.
- IX. Emitir relatórios sobre o andamento das atividades complementares, por curso e por estudante, aos orientadores de carreira, coordenações de curso e diretores de escola.
- X. Esclarecer dúvidas referentes à interpretação das normas estabelecidas para o desenvolvimento das atividades complementares, bem como oferecer informações adicionais ao entendimento do regulamento, expedindo, com aval das instâncias superiores, os atos que se fizerem necessários.

Seção V

Das atribuições do orientador de carreira

Art. 12. Ao orientador de carreira compete:

- I. Orientar o estudante, considerando a pertinência das atividades, o desenvolvimento de suas potencialidades e de sua formação geral e profissional.
- II. Incentivar o estudante, na realização das atividades complementares, no decorrer do curso, que atendam ao previsto nas matrizes curriculares.
- III. Disponibilizar horários (presencial e virtual), previamente agendados e locais determinados para orientação aos estudantes.
- IV. Divulgar cronograma, contendo a programação dos eventos internos relacionados ao ensino, à pesquisa e à extensão, pertinentes às áreas de conhecimento da escola, para participação dos estudantes, articulados com o calendário acadêmico institucional e com o horário semanal de aula.
- V. Acompanhar os relatórios recebidos pela Central de Atividades Complementares, para tomada de decisão junto aos coordenadores de curso e aos diretores das Escolas.
- VI. Orientar os estudantes, quanto à guarda da documentação comprobatória das várias atividades realizadas e registradas como atividades complementares, e quanto à expedição do diploma, orientando-o na organização dos documentos, em portfólio.
- VII. Acompanhar o controle da carga horária das atividades complementares realizadas pelo estudante, o cumprimento dos prazos estabelecidos pelo calendário semestral, divulgado pela Central de Atividades Complementares.
- VIII. Divulgar eventos externos que tenham vinculação com os cursos da escola e incentivo à participação dos estudantes.

Seção VI

Das obrigações do estudante

Art. 13. Ao estudante compete:

- I. Informar-se sobre as atividades oferecidas, dentro ou fora da instituição, e aceitar para o curso, período ou série em que estiver matriculado.
- II. Participar das atividades/eventos oferecidos pela escola e/ou pela instituição, sempre que tais atividades forem determinadas como atividade complementar para o seu curso.
- III. Providenciar a documentação que ateste sua participação, considerando os critérios definidos no regulamento da Escola.
- IV. Entregar em local a ser definido pela instituição, até a data-limite fixada pelo calendário acadêmico, a documentação comprobatória das atividades realizadas, formalizando a sua validação.
- V. Cumprir a carga horária mínima das atividades complementares previstas no Projeto Pedagógico do Curso.
- VI. Providenciar a documentação comprobatória das atividades complementares, apresentando-a sempre que solicitado.

Seção VII

Da solicitação, validação e registro das atividades complementares

Art. 14. O estudante deve participar das atividades de cunho acadêmico-científico-cultural, que possibilitem um efetivo diferencial na qualidade de sua formação, e que, nos termos deste regulamento, possam ser consideradas como atividades complementares.

Art. 15. O estudante deverá requerer, via portal, ou mediante requerimento entregue à central de atendimento, a validação das atividades realizadas, considerando a data prevista no calendário semestral divulgado.

Parágrafo único - O requerimento deverá ser acompanhado de documentação comprobatória, com clara discriminação dos conteúdos, atividades, períodos, carga horária e formas de organização ou realização.

Art. 16. As atividades complementares deverão ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo do curso, observando-se as alocações das horas de atividades complementares, na respectiva matriz curricular.

Art. 17. Todas as atividades complementares desenvolvidas pelos estudantes necessitam de validação pela Central de Atividades Complementares.

Art. 18. As atividades complementares, requeridas pelos estudantes, serão validadas pela Central de Atividades Complementares, que se encarregará de atribuir as horas correspondentes nos termos deste regulamento e das tabelas de cada Escola/Curso, dirimindo dúvidas, junto aos orientadores de carreira e/ou ao supervisor de carreira.

Art. 19. A Central de Atividades Complementares deverá encaminhar documento comprobatório da Carga Horária cumprida pelo estudante à Secretaria de Ensino Superior ou ao Setor de Acompanhamento e Controle Acadêmico para registro no sistema acadêmico.

Art. 20. O fluxo da entrega até a devolução ao estudante das atividades complementares poderá ser criado pela instituição, consoante com as determinações deste regulamento.

Art. 21. O estudante deverá desenvolver as atividades em pelo menos 2 (dois) eixos dos três: ensino, pesquisa e extensão; porém a carga horária de cada eixo não poderá ultrapassar 50%.

Art. 22. O estudante transferido de outra IES para a Católica do Tocantins deverá cumprir as horas de atividades complementares prevista no Projeto Pedagógico do Curso, que

podem, inclusive, se for o caso, solicitar no ato da transferência, a reavaliação das atividades já realizadas na IES de origem.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. As atividades complementares serão desenvolvidas ao longo do curso e, preferencialmente, concluídas até o penúltimo período.

Art. 24. Compete aos Diretores das Escolas, ouvidos os NDEs e/ou Colegiados de Curso, dirimir dúvidas referentes à interpretação deste regulamento, bem como suprir as suas lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

Art. 25. As alterações no presente regulamento somente poderão ser realizadas pelo Conselho competente da Católica do Tocantins, após validação da UBEC.

Art. 26. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo órgão colegiado competente da Católica do Tocantins, após validação da UBEC, revogando-se as disposições em contrário.